



FUNDO AMAZONIA

Consulta Prévia

**RUMO AO DESMATAMENTO ILEGAL ZERO NO ESTADO DO
ACRE¹**

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

**Setembro/2023
Versão revisada 01**

SUMÁRIO

FICHA RESUMO DO PROJETO.....	5
1. PRIMEIRO MÓDULO.....	6
CARACTERÍSTICAS E INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE E SUBEXECUTORAS.....	6
A. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE.....	6
B. HISTÓRICO.....	7
C. ORDENAMENTO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO.....	8
D. ESTRUTURA E GESTÃO.....	9
E. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	11
SUBEXECUTORAS VINCULADAS AO PROJETO.....	11
SUBEXECUTORA 01: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS INDÍGENAS – SEMA.....	11
SUBEXECUTORA 02: INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE – IMAC.....	15
SUBEXECUTORA 03: INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE/ITERACRE.....	16
SUBEXECUTORA 04: INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS/IMC.....	17
SUBEXECUTORA 05: CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO ACRE/CBMAC.....	19
SUBEXECUTORA 06: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA/SEJUSP.....	20
SUBEXECUTORA 07: POLÍCIA MILITAR DO ACRE.....	27
SUBEXECUTORA 08: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA/SEAGRI.....	29
ESTRUTURA DE GESTÃO DO PROJETO.....	32
F. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	37
G. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO NO CURTO E MÉDIO PRAZO.....	40
2. SEGUNDO MÓDULO.....	41
ALINHAMENTO DO PROJETO COM AS DIRETRIZES DO FUNDO AMAZÔNIA.....	41
A. INDICAÇÃO DO BIOMA E DO PÚBLICO ALVO BENEFICIADOS COM O PROJETO E DO LOCAL ONDE AS INTERVENÇÕES SERÃO REALIZADAS, PREFERENCIALMENTE COM COORDENADAS GEOESPACIAIS.....	41
B. INDICAÇÃO DAS ÁREAS CONTEMPLADAS.....	41
C. ALINHAMENTO COM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
D. CONTRIBUIÇÃO PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO.....	45
E. ADICIONALIDADE DOS RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA.....	47
3. TERCEIRO MÓDULO.....	49
O PROJETO, SUA LÓGICA DE INTERVENÇÃO E OS IMPACTOS ESPERADOS.....	49
A. SITUAÇÃO PROBLEMA.....	49
B. OBJETIVOS DO PROJETO.....	57
C. PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO.....	59

D. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	59
1. Componente Monitoramento e Controle.....	60
1,1 Objetivo Específico: Informações integradas e disponibilizadas em tempo hábil....	60
1.2 Objetivo Específico: Maior eficácia no combate ao desmatamento.....	61
1.3 Objetivo Específico: Aumento da resposta frente aos incêndios florestais.....	65
1.4 Objetivo Específico: Melhorias na prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais.....	65
2. Componente Ordenamento Territorial.....	66
2,1 Objetivo Específico Redução das ameaças às terras indígenas.....	66
2,2 Objetivo Específico: Avanço na destinação dos vazios fundiários.....	67
3. Componente Produção Sustentável.....	69
3.1 Objetivo Específico: Avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental.....	69
E. DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO DO PROJETO.....	71
1. Componente Monitoramento e Controle.....	71
1.1 Objetivo Específico: Informações integradas e disponíveis em tempo hábil.....	71
1.2 Objetivo Específico Maior eficácia no combate ao desmatamento.....	78
1.3 Objetivo Específico Aumento da resposta frente a incêndios florestais.....	81
1.4 Objetivo Específico: Melhorias na prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais.....	83
2. Componente Ordenamento Territorial.....	83
2,1 Objetivo Específico Redução das ameaças às terras indígenas.....	83
2,2 Objetivo Específico: Avanço na destinação dos vazios fundiários.....	86
3. Componente Produção Sustentável.....	89
3.1 Objetivo Específico: Avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental.....	89
4. Estrutura de Gestão do Projeto.....	91
F. INDICADORES DE EXECUÇÃO E DE EFETIVIDADE DO PROJETO.....	92
1. Componente Monitoramento e Controle.....	92
a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia.....	92
b) Indicadores específicos do projeto.....	92
2. Componente Ordenamento Territorial.....	93
a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia.....	93
b) Indicadores específicos do projeto.....	93
3. Componente Produção Sustentável.....	94
a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia.....	94
b) Indicadores específicos do projeto.....	94
G. QUADRO CONSOLIDADO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO.....	95
H. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO.....	97
I. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO.....	99
J. QUADRO DE USOS E FONTES CONSOLIDADO DO PROJETO.....	102

CONTRAPARTIDA NÃO FINANCEIRA.....	102
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	102

FICHA RESUMO DO PROJETO

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN
RUMO AO DESMATAMENTO ILEGAL ZERO NO ESTADO DO
ACRE VALOR TOTAL DO PROJETO R\$ 97.768.222,52**

Prazo de implantação do projeto	48 meses
--	-----------------

Projeto

O objetivo desse projeto é contribuir para coibir práticas ilegais de desmatamento, a partir da conjunção de estratégias das áreas de comando e controle, gestão territorial e ambiental e produção sustentável. Ao final da iniciativa espera-se que boas práticas produtivas sejam alcançadas, de forma concomitante a regularização e destinação fundiária e dos passivos ambientais, além de fortalecer as secretarias que atuam prevenindo e coibindo os ilícitos ambientais, com contribuição substantiva ao alcance dos objetivos e metas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/Acre.

RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO	VALOR (R\$)
BNDES	97.768.222,52
Recursos Próprios	
Outras Fontes <i>(Especificar)</i>	
TOTAL	97.768.222,52

1 - PRIMEIRO MÓDULO

CARACTERÍSTICAS E INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE E SUBEXECUTORAS

O histórico de atuação das instituições que integram este projeto e são responsáveis por sua execução faz parte de uma estrutura administrativa que, conjuntamente, há mais de 20 anos, vem implantando um modelo de desenvolvimento sustentável que busca conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental e a inclusão social.

Assim, dentro dos moldes de ação integrada do Governo do Acre, a instituição proponente será a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, responsável pela gestão operacional desta proposta, que terá a supervisão técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, sendo as demais subexecutoras, as seguintes instituições:

- 1) Polícia Militar – PMAC, por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA;
- 2) Corpo de Bombeiros Militar do Acre – CBMAC;
- 3) Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC;
- 4) Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais – IMC;
- 5) Instituto de Terras do Acre – ITERACRE;
- 6) Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI;
- 7) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, por meio do Grupo Especial de Fronteira - GEFRON e o Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER;
- 8) Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI.

A) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

ESTADO: Governo do Estado do Acre	CNPJ: 63.606.479/0001-24
GOVERNADOR: Gladson de Lima Cameli	TELEFONE: 68 3215 2812
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, s/n - Centro, Rio Branco - AC	CEP: 69.900-100
ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO	
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	

DIRIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO		
NOME COMPLETO	CARGO	CPF
Ricardo Brandão dos Santos	Secretário de Estado	360.641.652-00

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO			
NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-mail
Kelly Cristina Lacerda	Secretária Adjunta	(68) 99215-2714	adm.kellylacerda@gmail.com
Alexandre de Souza Tostes	Diretor	(68) 99971-0502	alexandre.tostes@ac.gov.br
Leandro Andre Knorst	Chefe do Dep.de Captação de Recursos	(68) 98111-5890	leandro.knorst@gmail.com

B) HISTÓRICO

A Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN tem a missão de planejar e controlar a execução das políticas públicas estaduais, tomando como diretrizes básicas os princípios da sustentabilidade, da equidade, da promoção do exercício pleno da cidadania e da promoção da qualidade de vida, garantindo a eficácia das ações governamentais.

O arcabouço jurídico e institucional concebido, bem como a abrangência das políticas adotadas, transformou o Estado em um novo paradigma, tanto pelos resultados obtidos no controle do desmatamento, como também em função da adoção de um complexo Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que visa estimular a adoção de práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais, e induzir, por meio de sinalizações positivas, a adoção de tecnologias e processos produtivos sustentáveis nas diversas cadeias produtivas para atrair investimentos de alto impacto positivo e inclusão social.

A implantação desse modelo se dá por meio de investimentos, que, numa primeira fase, visaram elaborar e implementar o Zoneamento Econômico Ecológico do Estado, que precedeu a definição dos diversos aspectos da política econômica que seria adotada. Em decorrência desse estudo, foi possível identificar as aptidões regionais e estabelecer as prioridades de investimento que resultaram em programas de assistência à agricultura familiar, de reaproveitamento das áreas degradadas, de valorização dos ativos florestais, de implantação de projetos de manejo sustentável da floresta, além de expressivos investimentos em infraestrutura, educação, saúde e saneamento.

Após esse esforço, o Estado do Acre deu continuidade ao processo de desenvolvimento, organizando as cadeias de valor agroflorestais e pecuárias, com destaque para a diversificação da produção de proteína animal e para as 41 cadeias florestais madeireiras e não madeireiras, todas associadas a uma base de industrialização, que tem o compromisso da agregação de valor aliada a conservação ambiental, geração de renda e a promoção da inclusão social.

Este modelo de desenvolvimento, de base verde e de baixo carbono, buscando impactar o mínimo possível, ou seja, buscando desenvolver-se considerando a conservação do meio ambiente, vem conseguindo entre outros resultados: i) manter um dos maiores índices de investimentos do Brasil; ii) aliar crescimento econômico com conservação ambiental e inclusão social; e, iii) obter uma avaliação bastante positiva em áreas crônicas do país, como saúde e educação.

E foi este modelo de desenvolvimento adotado que foi decisivo para o estabelecimento de cenários macroeconômicos, e logística, favoráveis à atração de investimentos privados, à implantação de polos e empreendimentos industriais, e ao aumento da oferta de produtos regionais, como peixe, leite, milho, fruticultura, entre outros. Dessa forma, o estado do Acre impulsionou a agregação de valor dos recursos agroflorestais, aproveitando seu rico capital natural através de políticas ativas de industrialização e do enfoque de cadeias de valor.

O conjunto destes aspectos, resumem o propósito de sustentabilidade que orientou a trajetória política do Acre de 1999 até o momento, e que se reafirma a cada dia como compromisso essencial ao desenvolvimento e crescimento do Estado e à melhoria da qualidade de vida da população.

A SEPLAN foi escolhida como a instituição que realizará a gestão operacional

(administrativa, técnica e financeira) do projeto devido à sua atribuição e experiência em monitorar o cumprimento dos objetivos e metas das áreas estratégicas e dos programas e projetos prioritários do Estado; monitorar e avaliar os resultados das políticas implementadas pela administração estadual; e ainda pela experiência em promover e coordenar a cooperação interinstitucional técnica, financeira e administrativa, visando o fortalecimento das ações do Estado e da captação de recursos nacionais e internacionais.

Para tanto, cabe a SEPLAN demonstrar um histórico abrangente de atuação, das atividades desenvolvidas e a das regiões atendidas, ancorada, além de sua vasta experiência em gestão, planejamento, captação de recursos e monitoramentos de projetos e programas, também, da vasta experiência das entidades subexecutoras que comporão o projeto e que trazem seu histórico, conforme descrito nesta proposta.

C) ORDERNAMENTO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

ESTADO DO ACRE DECRETO Nº 11.254, DE 05 DE JUNHO DE 2023. Estabelece a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

I – Gabinete do Secretário - GABIN;

II – Consultoria Jurídica - CONJUR;

III – Controle Interno - COINT;

IV - Ouvidoria - OUVID;

V - Secretaria Adjunta - SECADJ:

a) Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF;

b) Diretoria de Planejamento Estratégico e Governança - DIRPLA;

c) Diretoria de Captação e Monitoramento de Recursos - DIRCAM;

d) Diretoria de Desenvolvimento Regional – DIRDR

VI - Órgãos Colegiados vinculados:

a) Comitê Estadual de Gestão de Convênios - CEGECON;

b) Comitê de Apuração do Orçamento Criança e Adolescente - OCAD;

c) Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental – REPLAG

D) ESTRUTURA E GESTÃO

D.1) Caracterização da Gestão

De acordo com o Regimento Interno, a SEPLAN tem a missão de planejar e controlar a execução das políticas públicas estaduais, tomando como diretrizes básicas os princípios da sustentabilidade, da equidade, da promoção do exercício pleno da cidadania e da promoção da qualidade de vida, garantindo a eficácia das ações governamentais. A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN está descrita no ordenamento jurídico abaixo.

São competências da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN:

I – Implantar e coordenar a metodologia de governança pública com o objetivo de garantir a execução das políticas prioritárias do Estado;

II - Orientar a elaboração e acompanhar a implementação e a avaliação das políticas públicas estaduais;

III - Coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico, do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA;

IV - Coordenar a execução orçamentária dos programas, projetos e ações estratégicas do governo;

V - Promover, desenvolver, customizar, modernizar e coordenar o processo de integração de sistemas de planejamento, orçamento e finanças, de monitoramento de programas, de gestão de pessoas, de compras, aquisições e contratos, de patrimônio e arquivo geral do Poder Executivo;

VI - Fomentar e coordenar a política de desenvolvimento socioeconômico sustentável, alinhada aos instrumentos de gestão ambiental e territorial, orientando os investimentos públicos e privados conforme as potencialidades regionais;

VII - Promover, realizar e coordenar a elaboração de estudos e pesquisas aplicadas ao planejamento e gestão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

VIII - Monitorar, sistematizar e publicar indicadores e dados oficiais do Estado;

IX - Monitorar e avaliar os resultados e impactos das políticas e programas de desenvolvimento socioeconômico do Estado;

X - Coordenar a elaboração e a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Regional;

XI - Monitorar e orientar os programas e ações previstas na política estabelecida para o Fundo de Desenvolvimento Sustentável – FDS;

XII - Coordenar as negociações das operações de crédito e captação de recursos nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes do chefe do Poder Executivo;

XIII - Coordenar o gerenciamento, monitoramento e avaliação das operações de crédito e contratos com organismos internacionais e agências governamentais;

XIV - Coordenar e assessorar a gestão de convênios e contratos de repasse em que o Estado seja conveniente ou contratante em conformidade com a política de desenvolvimento socioeconômico;

XV - Coordenar a política de desestatização do Poder Executivo; e

XVI - Acompanhar a elaboração e a execução de projetos e contratos de concessão e parcerias público-privadas.

D.2) Recursos Humanos do Projeto

Secretário: Ricardo Brandão dos Santos

Diretor: Alexandre de Souza Tostes

Chefe de Departamento: Leandro Knorst

Área/Função	Quantidade
Agentes Administrativos	09
Técnico em Contabilidade	03
Datilógrafo	02
Motorista Oficial	01
AOSD	02
Vigia	01
Pedagogo	01
Sociólogo	02
Técnico em Educação	01
Técnico em Assuntos Culturais	01
Gestor de Políticas Públicas	21
Técnico em gestão Pública	07
Analista de Suporte Técnico	01
Engenheiro Agrônomo	01
Engenheiro Civil	01
Engenheiro Florestal	01
Terceirizados	22
Estagiários	05
Comissionados	21
Consultor	05

D.3) Estrutura Física

A Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN está sediada à Avenida Getúlio Vargas, nº232, 4º Andar do Palácio das Secretarias, Centro, CEP 69.900-660, Rio Branco-Acre, e dispõe de sede própria, de máquinas e equipamentos de informática a serem utilizados pelo Projeto.

VEÍCULOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Caminhonetes	03

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Computador	123
Impressora	09 (contrato de locação)
Nobreak	18
Notebook	18

E) ARTICULAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

A SEPLAN mantém articulações e parcerias com as diferentes esferas públicas nacionais, estaduais e municipais, aqui principalmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, além de ter uma relação de parceria relevante com organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD, Banco de Desenvolvimento da América Latina/CAF, Banco Alemão KfW *Bankengruppe*, dentre outros, como também, com organismos da sociedade civil, movimentos sociais e setor privado.

Para a execução desta proposta, a articulação da SEPLAN será com as subexecutoras e estas, por sua vez, deverão manter atualizados contatos e articulações estratégicas para viabilizar a execução da proposta e manter a política de governança estabelecida pelo Governo do Acre. A seguir uma síntese de cada uma das subexecutoras para melhor compreensão da dinâmica dos trabalhos.

SUBEXECUTORAS VINCULADAS AO PROJETO**SUBEXECUTORA 01: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA é um órgão da administração pública estadual direta, com a competência da política estadual de meio ambiente; do desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental do território estadual; da política estadual de educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos, biodiversidade e acesso aos recursos genéticos; e, da gestão de unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável.

Incorporada à presente proposta pleiteada junto ao Fundo Amazônia/BNDES, pretende-se o ganho de escala e o fortalecimento das estratégias de gestão territorial por meio da atualização permanente e revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE-Acre), a implementação e monitoramento do Plano Estadual de Prevenção e controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-Acre), a modernização do sistema de alertas e de monitoramento de desmatamento, degradação e queimadas e a modernização da gestão do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas.

Desse forma, lastreado no **Conceito de Ecossistema de Inovação Ambiental no Estado do Acre**, em cooperação multilateral, para promoção do desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis, na facilitação da transferência de conhecimentos e tecnologias, de forma a impulsionar a gestão da agenda ambiental, na preservação e conservação da

natureza e gestão de recursos naturais e o comando e controle ambiental, frente ao cenário de mudanças climáticas.

- **SECRETÁRIA DA SEMA**

NOME DO TITULAR: Julie Messias e Silva

ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, 856, Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-160

TELEFONE: (068) 99226-0812

CNPJ: 63.601.769/0001-85

EMAIL: semapi.gabinete@gmail.com

CONTATOS PRINCIPAIS DO PROJETO			
NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
André Schatz Pellicciotti	Diretor de Meio Ambiente	(68) 99937-4186	diretoriamambiente.SEMA@gmail.com andrepellicciotti@gmail.com
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Coordenador do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CIGMA	(68) 99958-3663	claudioufac@gmail.com

A SEMA conta atualmente com uma equipe técnica de 96 profissionais, sendo 26 servidores efetivos do quadro permanente, 10 cargos em comissão e 60 prestadores de serviço terceirizados, para o apoio à execução do projeto.

CARGO	FORMAÇÃO	VINCULO	Qtde
Especialista Engenheiro(a) Florestal	Engenharia Florestal	Efetivo	14
Especialista Engenheiro(a) Agônomo	Engenharia Agrônômica	Efetivo	05
Especialista Exec. - Biólogo	Biologia	Efetivo	04
Geógrafo	Geografia	Efetivo	01
Especialista Exec. - Sociólogo	Ciências Sociais	Efetivo	01
Especialista Exec. - Administrador	Administração	Efetivo	01
Chefia, Assistência e Assessoramento (CAS)	-	Comissionado	10
Analista Ambiental	-	Terceirizado	23
Gerente de Operações	-	Terceirizado	02
Assistente Técnico	-	Terceirizado	18
Viveirista	-	Terceirizado	17
TOTAL			96

A SEMA dispõe de **sede própria**, o Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – **CIGMA** e o **Viveiro da Floresta** em Rio Branco, o **Escritório Regional do Juruá** em Cruzeiro do Sul, os Centros Integrados de Meio Ambiente – **CIMA's** nos municípios de Feijó, Brasiléia e Cruzeiro do Sul, as Unidades de Gestão Ambiental Integrada – **UGAI's** nos municípios de Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Tarauacá e Cruzeiro do Sul; e, da seguinte estrutura de máquinas, equipamentos e veículos, em suporte

à execução do Projeto:

Equipamentos		
Qtde	Descrição	Situação
135	Computadores Desktop	Bom
15	Notebooks	Bom
03	Servidores	Bom
20	Impressoras	Bom
08	Copiadoras/Scanner	Bom
03	Veículos de passeio	Bom
05	Quadriciclos	Bom
03	Caminhões	Bom
15	Caminhonetes	Bom
04	Motocicletas	Bom

Dentre as parcerias estabelecidas pela SEMA para execução do Projeto, destacam-se:

Instituições Públicas Federais:

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);** como uma das instituições responsável pela pesquisa e apoio no desenvolvimento dos estudos temáticos que subsidiam o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE-Acre) e no desenvolvimento de pesquisas e protocolos, para o monitoramento remoto com a utilização RPA (*Remotely Piloted Aircraft*) de áreas em recomposição florestal.
- **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);** como uma das instituições responsáveis pela fiscalização, comando e controle ambiental, órgão parceiro no planejamento integrado, para a realização das ações de combate ao desmatamento, degradação, queimadas e incêndios florestais.
- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);** como uma das instituições responsáveis pela fiscalização, comando e controle ambiental nas Unidades de Conservação Federais, órgão parceiro no planejamento integrado, para a realização das ações de combate ao desmatamento, degradação, queimadas e incêndios florestais, nas Unidades de conservação Federais.
- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);** como instituição responsável pela implantação e gestão dos projetos de assentamentos, possui sinergia na promoção das ações para a regularização ambiental de imóveis e posses rurais.
- **Ministério do Meio Ambiente (MMA);** responsável pela gestão operacional do Projeto Paisagens sustentáveis da Amazônia (ASL), com recursos do fundo GEF, executado entre outros, no Estado do Acre, em ações de restauração florestal e gestão e proteção de Unidades de Conservação.

Instituições Públicas Estaduais:

- **Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC;** instituição responsável na produção de soluções tecnológicas, com o uso sustentável dos recursos naturais locais e na

integração para a promoção da rede de sementes florestais no Acre.

- **Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC**; órgão responsável pelo licenciamento, comando e controle ambiental do estado, bem como, nas Unidades de Conservação Estaduais.
- **Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais - IMC**; autarquia responsável pela regulação dos serviços ambientais e na promoção do desenvolvimento do inventário de gases de efeito estufa, para subsidiar a política ambiental no estado.
- **Instituto de Terras do Acre (ITERACRE)**; autarquia vinculada supervisionada pela SEMA, órgão responsável pela política fundiária no estado, do cadastro de concessionários em Unidades de Conservação Estaduais de Uso Sustentável.
- **Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI**; instituição responsável pela política de fomento da agricultura no estado, principalmente nas ações propostas de recuperação de áreas degradadas e na integração à política de regularização ambiental de pequenos imóveis da agricultura familiar.
- **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP**; por meio do **Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA**, da Polícia Militar do Acre (PMAC), na integração das ações e no apoio a realização das atividades de fiscalização ambiental; o **Corpo de Bombeiros do Acre – CBMAC**, no planejamento integrado das ações de comando e controle ambiental e no combate direto às queimadas e incêndios florestais; o **Grupo Especial de Fronteira – GEFRON**, no planejamento integrado das ações de comando e controle ambiental e crimes ambientais fronteiriços; e, o **Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER**; no planejamento integrado das ações de comando e controle ambiental e nas ações e missões realizadas em áreas remotas em todo o estado do Acre.
- **Secretaria Indígenas Extraordinária dos Povos– SEPI**; contará com o suporte administrativo e operacional dos demais órgãos e entidades ambientais do Poder Executivo, a fim de garantir a efetividade das ações governamentais voltadas para a proteção e promoção dos povos indígenas.

Organizações da Sociedade Civil

- **Agência Pública de Cooperação Alemã – GiZ** com o Brasil, organização parceira na promoção do Programa de Regularização Ambiental – PRA do Estado e no desenvolvimento de políticas ambientais no Acre.
- **Conservação Internacional – CI Brasil**; organização parceira, responsável pela execução do Projeto Paisagens sustentáveis da Amazônia (ASL), com recursos do fundo GEF, executado entre outros, no Estado do Acre, em ações de restauração florestal e gestão e proteção de Unidades de Conservação.
- **Fundação Getúlio Vargas – FGV**; organização parceira no desenvolvimento de projetos de brigadas voluntárias de combate a queimadas e incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais no Acre.

SUBEXECUTORA 02: INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Autarquia Estadual da Administração Indireta, foi criado por meio da Lei nº 851, de 23 de outubro de 1986 e tem como princípio básico a execução da política ambiental do Estado, dentro dos preceitos estabelecidos pela Lei nº 1.117/94.

Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável com compromisso socioambiental e econômico, a educação ambiental, o licenciamento, o monitoramento e o comando e controle ambiental.

Com a proposta reinvidicada junto ao Fundo Amazônia/BNDES, almeja-se a implementação de um Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos, bem como, a Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental das Atividades Florestais, por meio da construção de um conjunto de soluções informatizadas, baseados nos princípios da geotecnologia, que irão melhorar de maneira significativa a concessão das licenças ambientais no Estado do Acre, de forma mais ágil e eletrônica, tornando o processo de concessão das licenças mais transparente, na informatização de todo o processo.

Diante da modernização do mercado que dita o ritmo da evolução na busca por respostas mais rápidas, e abrangendo o maior volume de informações possível, o IMAC vem propor a evolução tecnológica de seus processos de Licenciamento Ambiental, buscando agilidade e desburocratização, que dê uma maior segurança aos técnicos para emissão das licenças e atos autorizativos ambientais.

PRESIDENTE DO IMAC**NOME DO TITULAR:** André Luiz Pereira Hassem**ENDEREÇO:** Rua Rui Barbosa nº 135, Bairro Centro – Rio Branco, Acre.**TELEFONE:** (68) 99986-1222**CNPJ:** 14.339.097/0001-76**EMAIL:** andre.hassem@ac.gov.br**CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO**

NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
André Luiz Pereira Hassem	Diretor Presidente	(68) 99986-1222	andre.hassem@ac.gov.br

O IMAC conta com 158 funcionários, dos quais 131 na sede em Rio Branco, 14 no Núcleo do Juruá, 06 no Purus e 07 no Alto Acre. Para a execução do projeto o IMAC contará com uma equipe de 31 técnicos.

CARGO	FORMAÇÃO	VINCULO	Qtde
Biólogo	Biólogo	Efetivo	8
Agrônomo	Agrônomo	Efetivo	9
Eng. Florestal	Eng. Florestal	Efetivo	9
Eng. Ambiental	Eng. Ambiental	Efetivo	2
Geógrafo	Geografia	Efetivo	3
Motorista	Nível Médio	Efetivo	3
TOTAL			34

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC tem imóvel próprio e está situado a Rua Rui Barbosa nº 135, bairro Centro, município de Rio Branco, e conta com representações nas regionais do Alto Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá, todos com sedes próprias. Atualmente o IMAC possui os seguintes equipamentos:

Equipamentos		
Qtde	Descrição	Situação
09	Mitsubishi L200 Triton 3.2	Bom
2	Volskswagen Gol 1.0	Bom
1	Caminhão Ford	Bom
4	Honda moto NXR 150 BROS	Bom
3	Quadriciclo Honda	Bom
1	New Holland Trator	Bom
4	Barco 7M	Bom
3	Carreta para Quadriciclo	Bom
4	Reboque para Barco	Bom
5	Motor de 40 (2), 25HP (1), 30 HP (6)	Bom

SUBEXECUTORA 03: INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE/ITERACRE

O ITERACRE tem como atribuição a política fundiária do Estado, competindo-lhe executar e promover a regularização, ordenação e reordenação fundiária urbana e rural, a utilização das terras públicas e devolutas, o cadastramento rural, bem como, entre outros, representar nos procedimentos administrativos nos atos, procedimentos, convênios, contratos e políticas de assuntos fundiários no Acre.

DIRETOR-PRESIDENTE DO ITERACRE**NOME DO TITULAR:** Gabriela Câmara**ENDEREÇO:** Avenida Nações Unidas, nº. 2527, CEP 69.918-093 – Rio Branco, Acre.**TELEFONE:** (68) 3215-4137/3215-4136/ e (68) 99908-2220**CNPJ:** 05.511.040/0001-11**EMAIL:** iteracre@ac.gov.br / gabriela.camara@ac.gov.br**CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO**

NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
Charbel Boutros Kassab	Chefe de Planejamento	(68) 999848474	charbelarquitetura@uol.com.br

O quadro funcional atual do ITERACRE constitui-se de 09 profissionais concursados temporariamente, 24 profissionais contratados de forma terceirizada, 32 funcionários ocupantes de cargo em comissão (CEC), 10 servidores de concursos efetivos e 03 gestores públicos, dividido entre agentes públicos que atuam na sede do ITERACRE, em Rio Branco, e nos demais municípios que possuem escritórios de apoio do Instituto, totalizando 78 pessoas vinculadas à entidade, distribuídas em ações de trabalhos administrativos, jurídicos

e operacionais.

O ITERACRE alocará diretamente 40% de seus profissionais do quadro para a execução das atividades relacionadas no Projeto, e 10 profissionais formarão a equipe de gerenciamento da implantação, execução do projeto, sendo profissionais de nível superior das áreas de Engenharia, especialistas em Projetos, Engenheiros Florestais, Agrônomos, Topógrafos, Administradores e Técnicos Administrativos.

O Instituto de Terras do Acre – ITERACRE está situado na Avenida Nações Unidas, nº. 2527, CEP 69.918-093 – Rio Branco, Acre. Considerando a capilaridade de atuação em todo o Estado do Acre, o ITERACRE possui também unidades de atendimento no interior do Estado do Acre, conforme quadro abaixo, indicando o município, o endereço e a situação de usos dos escritórios, que são todos prédios cedidos.

Municípios	Endereço
Brasileia	OCA Brasileia R. Quintino Bocaiuva, 299 - Centro, Rio Branco - AC, 69909-400
Cruzeiro do Sul	Rua Rêgo Barros, nº 168 – Bairro Centro – CEP 69.980-000
Feijó	GINA IMAC
Tarauacá	Rua Floriano Peixoto, nº 110 – Centro – CEP 69.970-000

Veículos e equipamentos relevantes para o projeto:

Qtde	ITEM	Situação
01	Veiculo automotivo tipo VAN com a capacidade de 20 pessoas	Bom
01	Veiculo automotivo tipo motocicleta - marca: honda	Bom
01	Veiculos automotivo tipo quadriciclo	Bom
01	Veiculo automotivo tipo passageiro / passeio HB 20	Bom
02	Veiculos camionete tipo / pick up	Bom
01	Unidades de carretinha	Bom

SUBEXECUTORA 04: INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC é uma Autarquia Estadual de regulação, monitoramento, controle e registro do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, criada pela Lei Estadual 2.308 de 22 de outubro de 2010, com autonomia financeira e independência administrativa. A sua missão é articular estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no Estado do Acre, por meio de mecanismos de valoração de serviços ambientais, garantindo benefícios aos provedores de serviços ambientais e o respeito a salvaguardas socioambientais.

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO			
NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
Jaksilande Araújo de Lima	Diretora Técnica	(68) 99962-5259	jaksilande12@gmail.com

PRESIDENTE DO IMC

NOME DO TITULAR: Leonardo das Neves Carvalho

ENDEREÇO: Rua das Acácias nº 279 - Distrito Industrial - CEP: 69.920-175 – Rio Branco, Acre.

TELEFONE: (68) 99228-3732

CNPJ: 13.404.434/0001-07

EMAIL: gabinete.imc@ac.gov.br / imc.gabinete@gmail.com

O IMC conta hoje com 19 técnicos em sua estrutura funcional, a saber:

FORMAÇÃO	VINCULO	QUANTIDADE
Advogado	Cargo em Comissão	3
Relações Internacionais	Cargo em Comissão	1
Secretariado Executivo	Cargo em Comissão	2
Arquiteto e Urbanista	Cargo em Comissão	1
Biólogo	Cargo Efetivo	1
Gestão Pública	Cargo Efetivo	1
Engenheiro Agrônomo	Cargo em Comissão	2
Administração	Cargo em Comissão	1
Jornalismo	Cargo em Comissão	1
Biomédico	Cargo em Comissão	1
Engenheiro Florestal/Civil	Terceirizado	1
Nível Médio	Diversos	4
Total		19

A estrutura física do IMC conta com os seguintes equipamentos:

Quant.	Descrição	Situação
2	Veículo automotivo tipo camioneta	Bom
3	Notebook	Bom
1	Projektor multimídia; mod. VPL – ex120; marca: Sony	Bom
1	Televisor de 50 polegadas	Bom
2	Nobreak	Bom
3	Modem ADSL / Roteador WIFI	Bom
20	Computador com periféricos	Regular

SUBEXECUTORA 05: CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO ACRE - CBMAC

O CBMAC é uma instituição militar da administração pública direta, a qual tem como missões principais o combate e prevenção de incêndios urbanos e ambientais, busca e salvamento aquáticos e terrestres, resgate terrestre, aéreo e fluvial. O CBMAC atua também na prevenção de incêndios em edificações e áreas de risco, perícias de incêndios urbanos e rurais, emissão de laudos e pareceres.

• **COMANDANTE GERAL DO CBMAC**

NOME DO TITULAR: Charles da Silva Santos – Cel BM

ENDEREÇO: Estrada da Usina, nº 669 – Bairro: Morada do Sol – Rio Branco/AC – CEP 69.910-220

TELEFONE: (68) 3215-4700

CNPJ: 63.592.323/0001-31

EMAIL: charlesbmsilva@gmail.com

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO			
NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
Alzerino Nunes de Fontes	Cel BM/ Dir. dePlanejamento	(68) 99909-5503	dplancbmac@gmail.com alzerinofontes@hotmail.com

O efetivo do CBMAC é fixado atualmente em 417 militares, distribuídos dentro dos quadros, postos e graduações e conta com oficiais do quadro combatente pós-graduados na área ambiental e perícia de incêndio florestal, distribuídos da seguinte forma:

- Regional Baixo Acre (Sede em Rio Branco): 251 Bombeiros;
- Regional Alto Are (Sede em Epitaciolândia e Xapuri): 43 Bombeiros;
- Regional Juruá (Sede em Cruzeiro do Sul): 62 Bombeiros;
- Regional Purus (Sede em Sena Madureira): 28 Bombeiros;
- Regional Envira/Tarauacá (Sede em Tarauacá): 33 Bombeiros;
- Total de Bombeiros: 417 - Funcionários civis do CBMAC: 25 Gestores.
- Para a execução deste projeto o CBMAC contará com a atuação técnica dos seguintes servidores:
- Coronel BM Charles da Silva Santos – Comandante Geral do CBMAC;
- Coronel BM Eden da Silva Santos – Subcomandante do CBMAC;
- Coronel BM Alzerino Nunes de Fontes – Diretor de Planejamento do CBMAC;
- Capitão BM Uildembergue Lima de Sousa – Comandante Operacional da Capital;
- 1º Tenente BM Francisco Carlos Santos de Freitas Filho – Comandante Operacional do Interior;
- 1º Tenente BM Matheus Moura Bertholdi – Chefe da Divisão de Projetos da Diretoria de Planejamento;

- Funcionária Civil Adriana Cristina Evangelista – Administradora.

O CBMAC tem 09 (nove) unidades operacionais instaladas em sedes próprias, sendo 03 (três) na Capital Rio Branco (Regional Baixo Acre) e 06 (seis) distribuídas nos seguintes municípios: Cruzeiro do Sul (Regional Juruá), Tarauacá, Feijó (Regional Tarauacá/Envira), Epitaciolândia (Regional Alto Acre), Xapuri (Regional Alto Acre) e Sena Madureira (Regional Purus).

O CBMAC conta com 131 veículos para fazer frente as atividades cotidianas da instituição, sendo: 35 caminhões operacionais, 35 caminhonetes, 03 ônibus/micro-ônibus, 04 ambulâncias, 23 motocicletas, 22 veículos leves e 9 quadriciclos.

SUBEXECUTORA 06: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

De acordo com a Lei Complementar nº. 355, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo, alterada pela Lei Complementar nº. 359, de 24 de maio de 2019 e pela Lei Complementar nº. 387, de 02 de julho de 2021, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP tem como competência planejar, formular e coordenar a política e as diretrizes de segurança pública, integrando as atividades das instituições que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP e o seu Serviço de Inteligência do Sistema de Segurança Pública do Estado - SISP, salvo quanto ao relacionado à investigação criminal, a cargo da Polícia Civil; implementação da Política Nacional de Segurança no Estado, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e do Ministério da Justiça/MJ; o Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE, na área de atuação do Estado; o Sistema Nacional de Trânsito - SNT, na área de atuação do Estado e política estadual de prevenção e combate a acidentes de trânsito; o sistema penitenciário e política de atenção às pessoas que cumprem medidas restritivas e privativas de liberdade, bem como de atenção aos egressos de seus familiares; as políticas de integração da prevenção primária; bem como a política de defesa do consumidor.

Dos órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e que desenvolvem ações destinadas ao combate aos crimes ambientais destaca-se a atuação do Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER, no apoio operacional para as missões aéreas e o Grupo Especial de Operações em Fronteira do Estado do Acre – GEFRON/AC, força integrada de prevenção e repressão a ilícitos e/ou incidentes típicos de fronteira, a qual também está potencieamente equipada para realizar o policiamento ambiental ostensivo nas áreas rurais visando a prevenção e repressão aos crimes ambientais que ocorrem em toda a extensão do território acreano, notadamente em apoio ao Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar.

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

NOME DO TITULAR: José Américo de Souza Gaia

ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant 1015, Bairro Centro – Rio Branco – AC.

TELEFONE: (68) 3224-0717/ (68) 3224-1183

CNPJ: 63.608.947 0001-0

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO			
NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
Argemiro Pereira dos Santos	Coronel da PM / Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica	(68) 99981-6675	argemiro.santos@ac.gov.br
Samir Rogério Cardoso de Freitas	Tenente Coronel / Coordenador do Centro Integrado de Operações Áreas	(68) 9978-5512	ciopaer.acre@gmail.com
Remullo César Pereira de Carvalho Diniz	Delegado de Polícia / Coordenador do Grupo Especial de Operações em Fronteira - GEFRON	(68)99955-4464	remullo@hotmail.com
Marilda Moreira Brasileiro Rios	Assessora em Projetos	(68)99996-2961	marilda.brasileiro@gmail.com

A SEJUSP conta com 200 servidores, dos quais 169 estarão à disposição do projeto, conforme a seguir detalhados nos quadros: 1) SEJUSP – Sede (106), 2) CIOPAER (32) e GEFRON (31), que estarão atuando diretamente para a execução do projeto, tanto no planejamento quanto na execução:

SEJUSP – SEDE			
CARGO	FORMAÇÃO	VINCULO	QTDE
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira	Nível Superior	Servidor Público	1
Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica	Bacharel em Economia	Servidor Público	1
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças	Nível Superior	Servidor Público	1
Chefe da Divisão de Contratos e Licitação	Bacharel em Direito	Servidor Público	1
Chefe da Divisão de Patrimônio	Bacharel em Direito	Comissionado	1
Chefe da Divisão do Controle Interno	Bacharel em Geografia	Servidor Público	1
Delegado de Polícia Civil	Bacharel em Direito	Servidor Público	1
Escrivão de Polícia Civil	Nível superior	Servidor Público	1
Perito Criminal	Engenharia Civil	Servidor Público	1
Agente de Polícia Civil	Nível superior	Servidor Público	4
Major da Polícia Militar	Bel. em Segurança Pública	Servidor Público	1
Capitão da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	2
Subtenente da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	1
1º Sargento da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	4
2º Sargento da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	3
3º Sargento da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	22
Cabo da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	23
Saldado da Polícia Militar	Nível Superior	Servidor Público	16

Piloto de Helicóptero	Nível Superior	Servidor Público	8
Tripulante Operacional	Nível Superior	Servidor Público	12
Auxiliar de Mecânico de Helicóptero	Nível Superior	Servidor Público	1
TOTAL			106

SEJUSP – CIOPAER			
CARGO	FORMAÇÃO	VINCULO	QTDE
Coronel	Nível Superior	Servidor Público	2
Tenente Coronel	Nível Superior / Pós Graduação	Servidor Público	1
1º Tenente PM-BM	Nível Superior (2 Pós Graduação)	Servidor Público	4
Agente Polícia Civil	Nível Superior	Servidor Público	4
Subtenente	Nível Superior	Servidor Público	2
1º Sargento BM PM	Nível Superior	Servidor Público	8
2º Sargento	Nível Superior	Servidor Público	7
3º Sargento	Nível Superior	Servidor Público	4
TOTAL			22

SEJUSP – CIOPAER			
CARGO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	QTDE
Coronel	Nível Superior	Servidor Público	2
Tenente Coronel	Nível Superior / Pós Graduação	Servidor Público	1
1º Tenente PM-BM	Nível Superior (2 Pós Graduação)	Servidor Público	4
Agente Polícia Civil	Nível Superior	Servidor Público	4
Subtenente	Nível Superior	Servidor Público	2
1º Sargento BM PM	Nível Superior	Servidor Público	8
2º Sargento	Nível Superior	Servidor Público	7
3º Sargento	Nível Superior	Servidor Público	4
TOTAL			32

SEJUSP – GEFRON			
CARGO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	QTDE
Delegado	Nível Superior / Pós Graduação	Servidor Público	01
1º Tenente	Nível Superior	Servidor Público	02
Subtenente	Nível Superior	Servidor Público	01
2º Sargento	Nível Superior / Pós Graduação	Servidor Público	04
3º Sargento	Nível Superior	Servidor Público	13
Cabo	Nível Superior	Servidor Público	05
Policial Civil	Nível Superior	Servidor Público	03
Policial Penal	Nível Superior	Servidor Público	02
TOTAL			31

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública está localizada no subsolo do Palácio das Secretarias em imóvel próprio, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 232, Bairro Centro, Rio Branco/AC. As principais unidades operacionais envolvidas na execução do projeto são o Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER e o Grupo Especial de Operações em Fronteira - GEFRON, que possuem as seguintes localizações e aparatos:

SEJUSP – SEDE: Equipamentos		
Qtd	Descrição	Situação
02	Caminhonete Hilux	Operante
09	Caminhonete L-200 Triton	Operante
06	Caminhonete S-10	Operante
06	Veículos leves	Operante
03	Trailer para Fiscalização Ambiental	Operante
05	Quadriciclo 4x4	Operante
10	Aparelho de Navegação – GPS	Operante
286	Computador	Operante
50	Rádio Comunitário	Operante
377	Pontos de Videomonitorador	Operante
21	Pontos de Cerco eletrônico	Operante
09	Servidores de rede	Operante
02	Active Directy	Operante
02	Digitro	Operante
36	Torres de Telecomunicação	Operante
02	Centros de Comando e Controle (Rio Branco e Cruzeiro do Sul)	Operante
02	Centros de Operações Aéreas (Rio Branco e Cruzeiro do Sul)	Operante
01	Base Avançada de Patrulhamento (Gefron)	Operante

- O Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER está localizado no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, na Avenida Plácido de Castro, s/n – Vila Aeroporto de Rio Branco/AC, operando em hangar locado, atuando assim em toda extensão do território acreano:

SEJUSP – CIOPAER: Equipamentos		
Qtd	Descrição	Situação
2	Helicópteros (Aeronaves B2)	Operante
3	Viatura Policial 4x4	Operante
1	Viatura Policial 4x4 tanque	Operante
1	Caminhão / CTA	Operante
1	Motocicleta Policial XRE 300	Operante

- O Grupo Especial de Operações em Fronteira - GEFRON está localizado na Rodovia AC - 40 S/N, Loteamento Santa Helena, no interior do Parque de Exposições Wildy Viana (Expoacre), em Rio Branco-AC:

SEJUSP – GEFRON: Equipamentos		
Qtd	Descrição	Situação
10	Viatura Policial 4x4	Operante
01	Motocicleta Policial XRE 300	Operante
01	Motocicleta Policial BROS	Operante
13	Quadriciclo	Operante
01	Carreta reboque quadriciclo	Operante
01	Motor de popa 40 HP	Operante

O Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP está inserido na Política Estadual de Redução do Desmatamento, especificamente através da atuação operacional do CIOPAER e GEFRON.

O Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, atua em apoio com emprego de helicópteros em voos de reconhecimento, monitoramento, transportes de tropas, combate a incêndio florestal, transporte de carga de proteção a fauna, com órgãos de comando e controle em suas atribuições finalísticas, bem como a execução de atividades de suporte necessárias à realização dos voos em conformidade com as exigências regulamentares da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) e procedimentos operacionais padrão do Centro Integrado de Operações Aéreas, a exemplo de insumos logísticos, treinamentos e demais ações de governança, conforme necessidade da SEJUSP.

De modo geral, a distribuição do desmatamento no Estado tem relação com a estrutura de ocupação territorial, concentrado principalmente no Vale do Acre, ao redor dos centros urbanos e ao longo dos grandes rios e rodovias, com destaque para as rodovias federais BR 364 e BR 317. Estes eixos relacionam-se com o processo de escoamento da produção familiar nos projetos de assentamento e nas áreas discriminadas.

Diante da situação acima vivenciada, o Centro Integrado de Operações Aéreas, - CIOPAER, órgão subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em consonância com as atividades voltadas à Segurança Pública da sociedade acreana, em especial ações de preservação ambiental, pretende fortalecer ainda mais as ações de comando e controle na prevenção do desmatamento ilegal, bem como, no controle das queimadas desordenadas, no âmbito do Fundo da Amazônia, por meio da participação nas missões integradas de Prevenção, Monitoramento e Fiscalização Ambiental; e, Implementação, Empoderamento e Estruturação de Políticas Ambientais.

É importante mencionar que o emprego das aeronaves de asas rotativas nas missões integradas com os demais órgãos de Comando e Controle possibilitará o monitoramento da cobertura de grandes extensões de áreas, bem como, alcançar aquelas de difícil acesso, com menor tempo de resposta.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que através do controle aéreo é possível aferir a acurácia das imagens de satélite pelas equipes de campo, por meio de constatação in loco, reduzindo, desta maneira, os possíveis erros de classificação das imagens; além de otimizar a identificação de áreas desmatadas, atividades industriais irregulares em Áreas de Preservação Permanente – APP's, queimadas, dentre outras atividades prejudiciais ao meio ambiente.

Neste sentido, objetiva-se posicionar as aeronaves em pontos estratégicos de área de

abrangência, especificamente nos municípios de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, para realização das operações de comando e controle aéreo. A metodologia proposta baseia-se na otimização dos recursos a serem aplicados, cuja área de atuação estará voltada em duas projeções no Estado, qual seja, operações destinadas para o Vale do Juruá, perpassando as regionais do Purus e Tarauacá-Envira e operações para o Vale Acre, priorizando os municípios às margens das rodovias federais BR 364 e BR 317, reduzindo os custos operacionais quando se refere aos parâmetros de deslocamento e tempo de voos, conforme necessidade. Podendo haver implementação de operação de uma nova aeronave e estruturação da Base de Aviação no Vale do Juruá.

É importante também mencionar que o CIOPAER também desenvolve o trabalho, em apoio ao órgão de fiscalização e monitoramento aos crimes ambientais dá da seguinte forma:

- Patrulhamento Aéreo Ambiental na área urbana e rural – A demanda do serviço é feita através de acionamento das aeronaves via denúncias, bem como por meio da demanda e planejamento interno. Além do atendimento de ocorrências, a equipe de patrulhamento rural realiza barreiras móveis de fiscalização nas principais estradas e rodovias de acesso do Estado.
- Monitoramento Aéreo e Fiscalização Ambiental em áreas protegidas do Estado – operações aéreas de cunho preventivo e repressivo, preferencialmente integrados com técnicos de outros órgãos ambientais de fiscalização e monitoramento, visando coibir a prática crimes ambientais nas unidades de conservação, bem como orientar a comunidade a respeito do uso sustentável dos recursos naturais.
- Monitoramento e Fiscalização Aéreo Ambiental nas áreas particulares e públicas - Em virtude das constantes invasões de terras, são diversas as denúncias relacionadas a desmatamento em áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente. Esse tipo de fiscalização aéreas ocorre com muita frequência e também se trata de um serviço planejado e apoio aos órgãos de segurança pública e ambiental, com demanda logística de aeronaves aptas a atender as necessidades do local, onde policiais ambientais e técnicos ambientais de outros órgãos de fiscalização atuam de maneira conjunta para tentar coibir esses desmates.
- Patrulhamento Aéreo Comunitário Rural - O policiamento aéreo preventivo pode ser realizado através de ações educativas que demandam um prévio planejamento da unidade. Tendo como cunho educativo informar a população local quanto às situações que demandam mais atenção, no que diz respeito a dicas de segurança patrimonial, pessoal e pública, educação ambiental e orientações sobre as ocorrências de crimes de uma forma geral.

Ao longo dos anos, a SEJUSP, por meio do CIOPAER, passou a atuar de forma imprescindível com as demais instituições responsáveis por gerir as Unidades de Conservação, e por prevenir, monitorar e combater os crimes ambientais em todo o estado do Acre, firmando algumas parcerias e apoio aéreo com os seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA) – no município de Rio Branco: por meio desta parceria realiza-se atividades de Educação Ambiental nas escolas municipais da zona rural.
- Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) – órgão responsável pela regularização e fiscalização ambiental, atuando na esfera administrativa dos crimes ambientais, onde

trabalhamos em ações conjuntas principalmente no monitoramento e combate às extrações ilegais de madeira, através de missões ou em situações de flagrantes.

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) – responsável pela gerência das unidades de conservação, onde atuamos em conjunto principalmente nas florestas públicas do Acre e nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado.
- Ministério Público Estadual (MPE) – onde o CIOPAER cumpre as determinações do Ministério Público nas demandas de denúncias de crimes contra a flora, fauna e perturbação da tranquilidade, além de outros ilícitos ligados a área ambiental, como a obstrução à cursos d'água e crimes ambientais nas invasões as áreas de Manejo Florestal.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) – órgão responsável pelo monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental. O CIOPAER atua em conjunto através de apoio aéreo da fiscalização em barreiras; fiscalização em período de defeso; fiscalização em planos de manejo; atendimento de denúncias relacionadas a criadouros de animais silvestres em cativeiro, bem como a fiscalização de transporte de passem informes.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) – A atuação CIOPAER em apoio ao BPA com este órgão está diretamente relacionada ao monitoramento e fiscalização em Unidades de Conservação.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA) – Atuação nos projetos de assentamentos da reforma agrária, com o intuito de coibir desmatamentos ilegais.

O Grupo Especial de Operações em Fronteira, criado no âmbito da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, foi instituído com o objetivo de ser uma força integradora entre os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública, bem como para apoiar os demais órgãos federais e estaduais nas demandas que podem gerar crimes e/ou que o crime já venha ocorrendo. Atualmente o GEFRON já vem prestando aos diversos órgãos governamentais o apoio previsto quando de sua criação, bem como se coloca sempre à disposição para apoiar os variados órgãos envolvidos na fiscalização e combate aos delitos ambientais.

O GEFRON/AC desenvolve o trabalho de fiscalização e monitoramento aos crimes ambientais da seguinte forma:

- Patrulhamento na área urbana e rural – prevenindo o combate aos ilícitos penais na área ambiental, por meio da realização de patrulhamentos, barreiras móveis e estáticas de fiscalização nas principais estradas e rodovias de acesso do Estado.
- Monitoramento e Fiscalização Ambiental em áreas protegidas do Estado – realizando operações de cunho preventivo e repressivo em apoio aos órgãos ambientais de fiscalização e monitoramento, visando coibir a prática crimes ambientais nas unidades de conservação, bem como orientar a comunidade a respeito do uso sustentável dos recursos naturais.
- Monitoramento e Fiscalização Ambiental nas áreas particulares e públicas – realizando ações de fiscalização em decorrência às denúncias relacionadas a desmatamento em áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente. Para apoiar os órgãos ambientais no enfrentamento do problema, o GEFRON planeja

os recursos humanos, insumos, logística de veículos e embarcações.

- Patrulhamento Comunitário Rural – Durante o desempenho de funções operacionais, o GEFRON realiza orientações educativas no que tange aos cuidados com o meio ambiente e as condutas proibidas. Todavia, faz-se necessário um incremento maior de recursos para intensificar a parte educativa, que se desencadeará a partir de um planejamento próprio.

SUBEXECUTORA 07: POLÍCIA MILITAR DO ACRE - BPA

A Polícia Militar do Estado do Acre atua constitucionalmente no combate aos crimes ambientais através de uma modalidade de policiamento especializado, conforme preconiza o artigo 136 da Constituição do Estado do Acre, sendo este empregado apor meio do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), que realiza o policiamento ambiental ostensivo visando a prevenção e repressão aos crimes ambientais com o intuito de combater os ilícitos ambientais, que ocorrem em toda a extensão do território acreano.

COMANDANTE GERAL

NOME DO TITULAR: Luciano Dias Fonseca

ENDEREÇO: Praça da Revolução, nº 70, Centro, CEP: 69900-660 – Rio Branco/AC

TELEFONE: (68) 3224-4458

CNPJ: 04.033.205/0001-24

EMAIL: gabinete1.pmac@gmail.com

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO

NOME COMPLETO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE/FAX	E-MAIL
Kleison José Oliveira de Albuquerque	Tenente Coronel / Comandante do Batalhão de Policiamento Ambiental	(68) 99972-4842	kleison.albuquerque@gmail.com

Em sua estrutura o BPA conta atualmente com 65 policiais que estarão atuando diretamente para a execução do projeto, tanto no planejamento quanto na execução.

CARGO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	QTDE
Tenente Coronel	Nível Superior / Pós Graduação	Servidor Público	1
1º Tenente	Nível Superior	Servidor Público	2
2º Tenente	Nível Superior	Servidor Público	1
Subtenente	Nível Superior (1 Mestrado)	Servidor Público	4
1º Sargento	Nível Superior (2 Pós Graduação)	Servidor Público	6
2º Sargento	Nível Superior (1 Pós Graduação)	Servidor Público	16
3º Sargento	Nível Superior (1 Doutor e 2 Pós Graduação)	Servidor Público	14
Cabo	Nível Superior	Servidor Público	8
Soldado	Nível Superior (1 Mestrado e 2 Pós Graduação)	Servidor Público	13
TOTAL			65

O Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA, está localizado na rua Paulo Lemos de Moura Leite s/n, bairro Portal da Amazônia, próximo ao CIEPS em Rio Branco-Ac, operando em sede própria, com um Pelotão destacado na Regional do Juruá, atuando assim em toda extensão do território acreano.

EQUIPAMENTOS		
Qtd	Descrição	Situação
6	Viatura Policial 4x4	Operante
1	Caminhão /VW 8-150	Operante
2	Motocicleta Policial XRE 300	Operante
4	Quadriciclo	Operante
2	Carreta reboque quadriciclo	Operante
1	Carreta reboque de barco	Operante
1	Trailer	Restaurado
1	Barco voadeira 6 metros	Operante
1	Barco voadeira 7 metros	Com avarias
1	Barco voadeira 8 metros	Operante
1	Motor de popa 40 HP	Operante
1	Motor de popa 25 HP	Operante
2	Motor de popa 30 HP	Operante
2	Motor estacionário (rabeta)	Operante

O Batalhão de Policiamento Ambiental desenvolve o trabalho de fiscalização e monitoramento aos crimes ambientais da seguinte forma:

- **Patrulhamento Ambiental na área urbana e rural** – A demanda do serviço é feita através de acionamento via denúncias, bem como por meio da demanda e planejamento interno. Além do atendimento de ocorrências, a equipe de patrulhamento realiza barreiras móveis de fiscalização nas principais estradas e rodovias de acesso do Estado.
- **Monitoramento e Fiscalização Ambiental em áreas protegidas do Estado** – operações de cunho preventivo e repressivo, preferencialmente integrados com técnicos de outros órgãos ambientais de fiscalização e monitoramento, visando coibir a prática crimes ambientais nas unidades de conservação, bem como orientar a

comunidade a respeito do uso sustentável dos recursos naturais.

- **Monitoramento e Fiscalização Ambiental nas áreas particulares e públicas** - Em virtude das constantes invasões de terras, são diversas as denúncias relacionadas a desmatamento em áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente. Esse tipo de fiscalização ocorre com muita frequência e também se trata de um serviço planejado, com demanda logística de veículos e embarcações aptas a atender as necessidades do local, onde policiais ambientais e técnicos ambientais de outros órgãos de fiscalização atuam de maneira conjunta para tentar coibir esses desmates.
- **Patrulhamento Comunitário Rural** - O policiamento preventivo pode ser realizado através de ações educativas que demandam um prévio planejamento da unidade. Tendo como cunho educativo informar a população local quanto às situações que demandam mais atenção, no que diz respeito a dicas de segurança patrimonial, pessoal e pública, educação ambiental e orientações sobre as ocorrências de crimes de uma forma geral.

SUBEXECUTORA 08: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

A Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), está amparada pela Lei Complementar nº 419 de 15 de dezembro de 2022 e pela redação dada pela Lei 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que constituem áreas de competência:

- I - Políticas estaduais de agricultura, pecuária e demais atividades rurais;
- II - Política de extensão, assistência técnica e armazenamento de produtos rurais e florestais

SECRETÁRIO DA SEAGRI

NOME DO TITULAR: José Luis Schafer

ENDEREÇO: Endereço: Av. Nações Unidas, 2.604 - Estação Experimental – Rio Branco/AC – CEP 69.908-620

TELEFONE: (068) 9.9985-4948

CNPJ: 03.149.084/0001-18

EMAIL: seprod.gab@gmail.com

CONTATO PRINCIPAL DO PROJETO			
NOME	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Anderson Magalhães Sobral	Chefe DEPLAN/SEAGRI	68 99283-5661	anderson.seprod@gmail.com

A SEAGRI conta com 181 servidores distribuídos nas sedes da capital e interior, conforme quadro a seguir:

CARGO	NÚMERO TOTAL	LOTAÇÃO
Assistentes Administrativos	58	Sede em Rio Branco-Acre
	36	Interior do Estado
Técnicos de Nível Médio e Nível Superior	34	Sede em Rio Branco-Acre
	53	Interior do Estado
TOTAL	181	

Para viabilizar a execução do projeto, estarão disponíveis 146 servidores sob a coordenação do Gabinete do Secretário, do Departamento de Planejamento e das Diretorias de Produção e Agronegócio e de Administração e Finanças.

NOME	CARGO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	EQUIPE
José Luis Schafer	Secretário	Bacharel em Administração de Empresas	Cargo Político	05
Anderson Magalhães Sobral	Chefe do Departamento de Planejamento	Bacharel em Administração	Servidor Público	20
Claudio Luiz de Oliveira Malveira	Diretor de Produção e Agronegócio	Engenheiro Agrônomo	Servidor Público	75
Temyllis Silva Lima	Diretora de Administração e Finanças	Contadora	Cargo em Comissão	46
TOTAL				146

A SEAGRI possui escritórios locais nos 22 municípios do estado (alguns destes contam com até dois ou três escritórios) além sede estadual, localizada na Avenida Nações Unidas, 2.604, em Rio Branco-Acre, onde se concentra a parte administrativa, financeira, a diretoria de produção e agronegócio e uma unidade para atender os produtores do entorno de Rio Branco. Os municípios de Plácido de Castro e Senador Guimard possuem escritórios da unidade em cada cidade, assim como um na Vila Campinas e outro na Vila Nova Aldeia, pertencentes aos fereridos municípios.

A maioria das unidades locais da SEAGRI distribuídas no estado, tem instalações próprias, com excessão dos municípios de Feijó, Taracá e Marechal Thaumaturgo. Cada unidade local da SEAGRI tem uma estrutura mínima para atendimento dos (as) produtores (as) rurais. A parte física conta com salas climatizadas, computadores, impressoras e acesso a internet quando disponível na área de entorno, ambiente para recepção ao produtor(a) rural e área externa para guardar os veículos, equipamentos e demais insumos a produção.

A SEAGRI possui veículos próprios como carros de passeio, caminhonetes, quadriciclo e motos para transporte dos técnicos a fim de prestar os serviços de assistência técnica e extensão rural, além de caminhões para serviços de suporte de entrega da produção, equipamentos e insumos agrícolas.

No quadro abaixo discrimina-se veículos próprios existentes na SEAGRI.

TRANSPORTE	QUANTIDADE
Carro Tipo Utilitário	25
Moto	35
Quadriciclo	07
Caminhão	30
Carro Tipo Passeio	18

Equipamentos e implementos agrícolas existentes na SEAGRI.

ITEM	EQUIP E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	QUANTIDADE
1	Colheitadeira	30
2	Colheitadeira autopropelida	1
3	Distribuidor de calcário	11
4	Grade aradora	35
5	Grade niveladora	42
6	Microtrator	4
7	Pá carregadora	2
8	Plantadeira adubadeira	25
9	Plantadeira de grãos	15
10	Pulverizador agrícola	15
11	Retroescavadeira	03
12	Trator agrícola	40
13	Trator de esteira	10

O público alvo das atividades da SEAGRI no projeto serão os pequenos e médios produtores(as) rurais da agricultura familiar no estado, definidos em parceria com Secretaria de Estado do Meio Ambiente– SEMA, gestora do Cadastro Ambiental Rural - CAR e Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre – PRAAC.

Além disso, é importante estabelecer parcerias com as Prefeituras no sentido de fortalecer e ampliar sua atuação de fomento, assistência técnica e de apoio à produção, através da política de crédito, transporte e armazenamento dos produtos junto às comunidades rurais. Ademais, estabelecer uma relação estreita com o Movimento Social, Sindicatos, Federação dos Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas para a definição e implementação de políticas públicas de valorização da agricultura familiar.

Dentre os parceiros da SEAGRI para execução desta proposta estão:

- Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural – Emater;
- Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre – Cageacre;
- Instituto de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais – IMC;
- Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC
- Prefeituras municipais;
- Movimento Social, Sindicatos, Federações Rurais, Associações de Extrativistas e Produtores Rurais e Cooperativas de Produtores Rurais e Extrativistas.

ESTRUTURA DE GESTÃO DO PROJETO

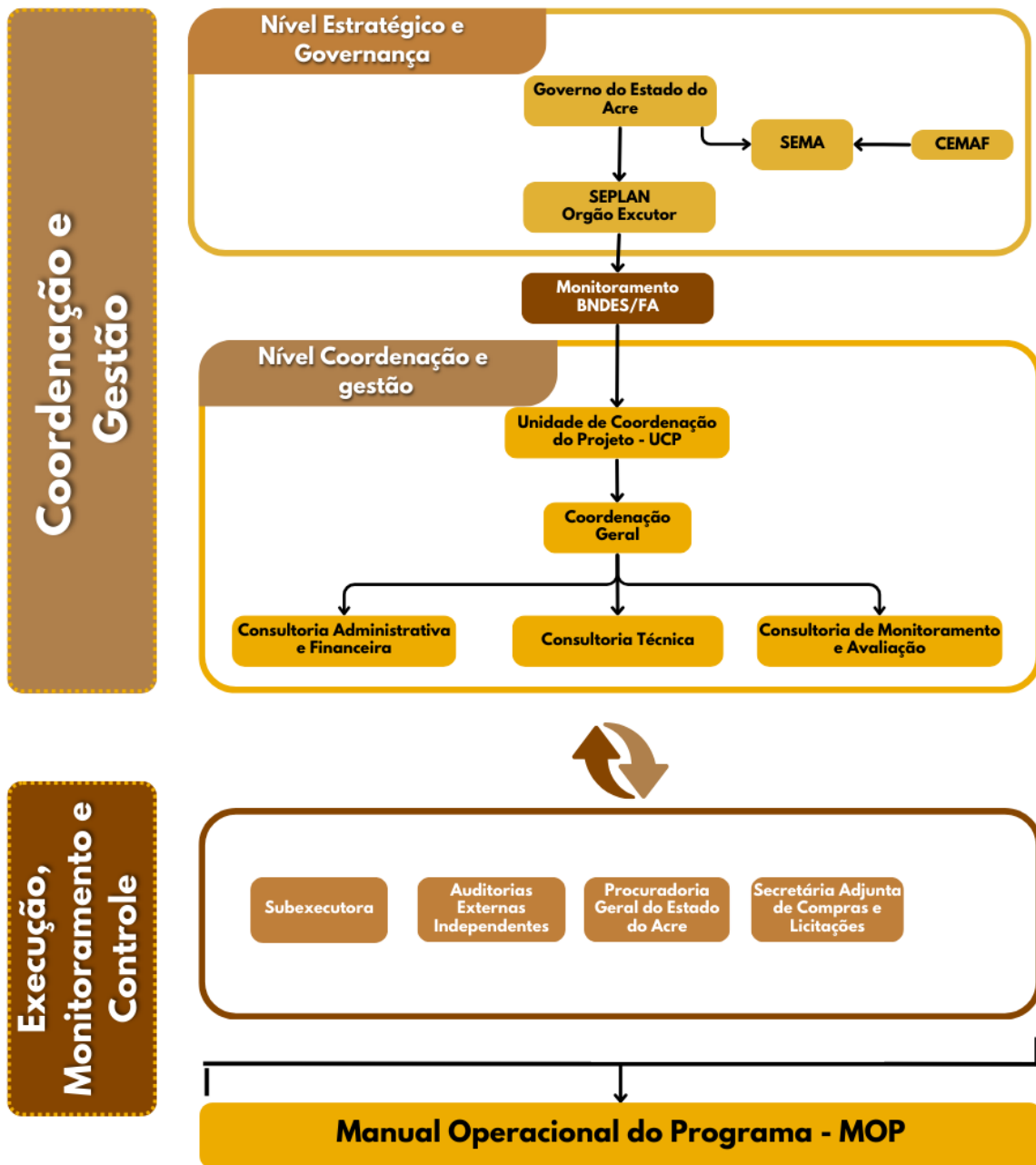
Para a execução deste Projeto, propõe-se uma estrutura de coordenação e gestão, ao nível estratégico de governança, composto pela gestão operacional da SEPLAN e coordenação técnica da SEMA e instância de consulta, composta pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – CEMAF (Figura 1).

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) continuará tendo a sua atribuição de gerenciadora e administradora financeira e controladora dos gastos do Poder Executivo do Governo do Estado. Atuará como gestora financeira para recebimento dos recursos do BNDES/Fundo Amazônia, os quais serão operacionalizados pela SEPLAN. Haverá, portanto, uma conta financeira exclusiva do Projeto na Sefaz e contas financeiras específicas para cada uma das entidades subexecutoras do projeto.

A Seplan se responsabilizará pela elaboração de um Manual Operativo do Projeto (MOP), que estabelecerá todos os trâmites de gestão e funcionamento, as condições de desembolso. Também serão elaborados manuais de aquisição e operacionalização da conta vinculada e demais detalhes atinentes à operacionalização de recursos alocados na SEFAZ, estabelecendo as despesas elegíveis, regras e limites claros para todos os serviços, bens e insumos a serem contratados pelas entidades subexecutoras. A execução dos recursos será feita com base nas regras brasileiras de licitação, aquisição e contratos, respeitando as condicionantes estabelecidas pelo Fundo Amazônia.

Cada uma das subexecutoras será responsável pela execução técnica e financeira das atividades que lhe competem, estabelecidas na matriz físico-financeira-programática, conforme procedimentos estabelecidos no MOP. A SEPLAN também contratará bens e serviços relacionados ao funcionamento dos processos de gestão e coordenação, além de manter o registro de informações, os processos de auditoria e a constante comunicação com o Fundo Amazônia para a verificação dos elementos de execução técnica e financeira do Projeto, conforme Figura 1. A SEMA terá o papel de supervisora técnica do projeto.

Figura 1. Fluxo da Operacionalização (Coordenação e Gestão).



A Seplan será responsável pelo controle das atividades, cumprimento das decisões e acordos estabelecidos pela instância de governança e gestão.

A partir do detalhamento de cada atividade, a Seplan analisará os procedimentos e documentos técnicos, administrativos e financeiros e solicitará à Sefaz a liberação destes recursos. A Sefaz por sua vez, após a solicitação da Seplan, libera o recurso diretamente na conta financeira das Entidades Subexecutoras e estas executarão os recursos dos subprogramas de forma direta.

Na forma direta as entidades subexecutoras realizam todos os procedimentos legais para a aquisição de serviços, bens e insumos e efetuam o pagamento direto ao fornecedor. (Figura 2). Na forma indireta, conforme o caso, a seleção de instituições parceiras deverá ser realizada por meio de procedimento de Chamamento Público.

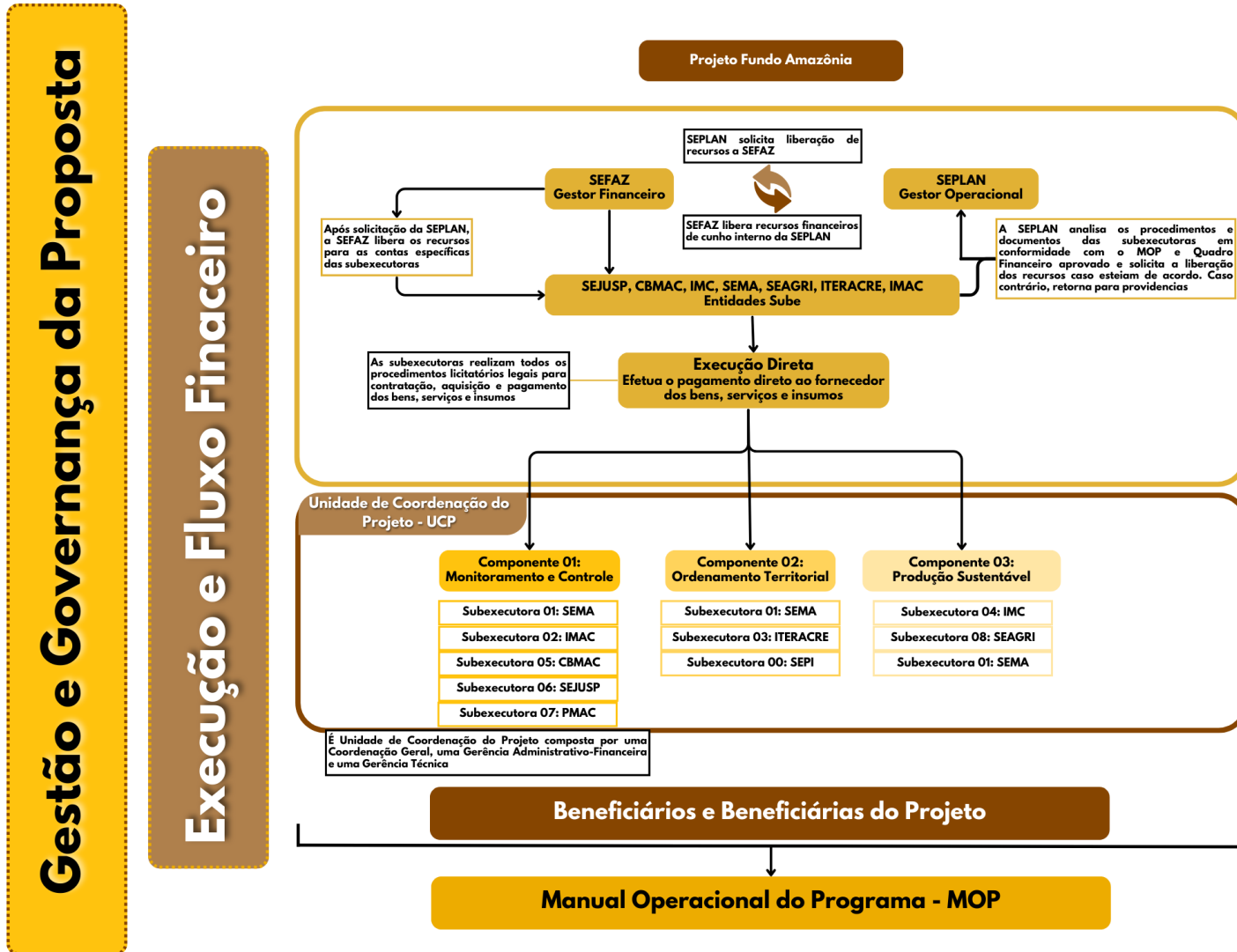


Figura 2. Fluxo Financeiro.

A Seplan instalará uma Unidade de Coordenação de Projeto (UCP), seguindo o modelo adotado nos demais programas e projetos pelo órgão, composta por uma Coordenação Geral, uma Gerência Administrativo-Financeira e uma Gerência Técnica (Figura 3).

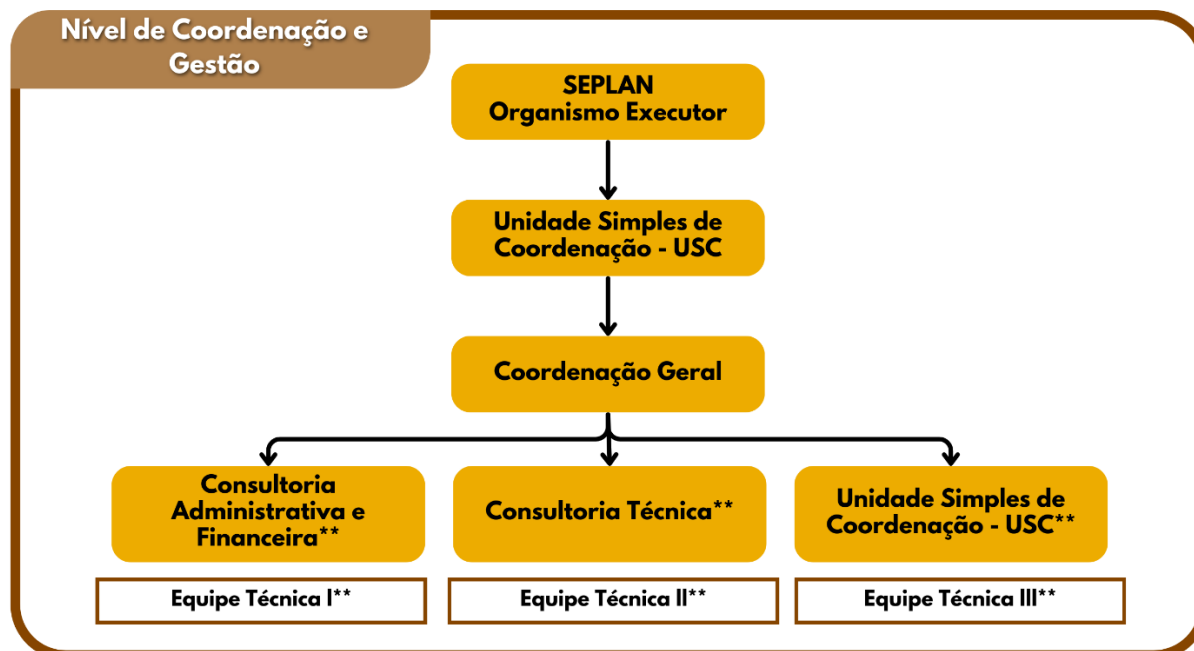


Figura 3. Estrutura da Unidade de Coordenação do Programa – UCP.

As funções da Consultoria Técnica, Consultoria Administrativa/Financeira e Consultoria de Monitoramento e Avaliação são vinculadas à Coordenação Geral, que por sua vez manterá estreita relação com as atribuições da coordenação estratégica da Seplan.

Estuda-se transferir a experiência dos gestores de cadeias de valor, desenvolvida no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre- PDSA (BID), para o contexto do Projeto, possivelmente no formato de gestores dos componentes. Suas atribuições seriam de acompanhamento técnico. Os gestores de cada um dos três componentes estarão ligados diretamente às subexecutoras e ao Gestor Geral de Projeto contratado pela UCP.

Ainda será de responsabilidade da UCP realizar a contratação das auditorias técnica e financeira (auditorias financeiras anuais e auditoria técnica e avaliação de impactos a cada dois anos) e o acompanhamento da projeção da necessidade e disponibilidade de recursos, alocação e execução dos recursos (recursos previstos versus recursos executados) provenientes do doador, orçamento público e outras fontes. As formas de acompanhamento (coleta e sistematização das informações) considerarão os sistemas e/ou ferramentas já disponíveis na Seplan, bem como a necessidade de adequação na execução do Projeto. A contratação da Auditoria dependerá do aporte de recursos pelo BNDES/Fundo Amazônia no Projeto.

F) DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**F.1) Composição das Principais Receitas e Despesas dos últimos 3 anos**

RECEITAS	Previsão Final			Realizada		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
RECEITAS	7.141.159.559,85	7.722.767.503,94	9.251.547.290,41	6.569.899.891,95	7.503.434.254,09	8.919.484.735,93
RECEITAS CORRENTES	6.553.755.547,26	7.088.984.686,07	8.818.968.559,30	6.352.286.972,65	7.433.414.674,24	8.861.791.390,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.622.014.271,36	1.971.959.918,97	2.164.741.850,92	1.669.408.725,41	2.053.138.604,71	2.264.298.047,89
Impostos	1.597.813.190,10	1.911.218.274,26	2.079.160.703,26	1.648.313.164,66	1.983.766.535,41	2.169.018.671,58
Taxas	24.201.081,26	60.741.644,71	85.581.147,66	21.095.560,75	69.372.069,30	95.279.376,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	268.364.902,70	273.233.327,99	257.220.096,75	239.553.474,45	254.918.993,30	272.690.090,86
RECEITA PATRIMONIAL	25.981.512,59	17.095.048,29	79.130.483,55	8.172.254,29	109.012.546,82	180.446.754,26
RECEITA AGROPECUÁRIA	349.000,00	349.000,00	248.000,00	244.495,05	64,18	17.560,00
RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	200.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	111.185.172,82	45.829.801,98	54.338.122,74	68.000.353,22	46.102.295,12	31.056.055,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.462.461.442,58	4.704.952.832,35	6.159.350.423,59	4.294.657.704,90	4.879.014.260,40	5.990.454.225,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.199.245,21	75.364.756,49	103.839.581,75	72.249.965,33	91.227.909,71	122.828.656,99
RECEITAS DE CAPITAL	587.404.012,59	633.782.817,87	432.578.731,11	675.454.373,74	70.019.579,85	57.693.344,96 1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	366.503.282,00	378.193.415,59	192.646.894,00	217.612.919,30	34.674.113,15	29.494.228,31
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	7.284.964,01	1.797.939,49	855.060,57	2.880.596,35
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.000,00	162.774,09	184.902,22	231.127,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	220.900.730,59	255.589.402,28	232.645.873,10	82.032.655,99	34.305.503,91	25.087.392,40
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.000,00	162.774,09	184.902,22	231.127,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	220.900.730,59	255.589.402,28	232.645.873,10	82.032.655,99	34.305.503,91	25.087.392,40
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEASAS	Previsão Final			LIQUIDADAS		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
DESPEASAS	7.283.426.067,96	8.063.596.746,15	9.662.826.182,11	6.076.628.899,89	7.093.194.287,06	8.923.970.953,17
DESPEASAS CORRENTES	6.141.850.676,06	6.921.365.950,73	8.038.824.502,51	5.629.137.488,58	6.399.818.717,00	7.740.539.815,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.029.962.979,72	4.263.814.784,64	4.682.913.094,10	3.893.769.155,19	4.203.160.690,48	4.648.098.232,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.084.453,15	130.258.736,11	164.321.281,50	109.636.552,59	130.254.723,25	164.185.624,99
OUTRAS DESPEASAS CORRENTES	1.996.803.243,19	2.527.292.429,98	3.191.590.126,91	1.625.731.780,80	2.066.403.303,27	2.928.255.958,05
Transferência a Municípios	390.153.552,00	464.642.224,38	507.922.605,69	383.164.769,94	463.864.056,53	507.781.307,93

Demais despesas correntes	1.606.649.691,19	2.062.650.205,60	2.683.667.521,22	1.242.567.010,86	1.602.539.246,74	2.420.474.650,12
DESPESAS DE CAPITAL	1.141.575.391,90	1.142.230.795,42	1.624.001.679,60	447.491.411,31	693.375.570,06	1.183.431.137,78
INVESTIMENTO	887.552.628,81	794.384.639,15	1.165.810.561,40	194.941.614,85	345.534.314,37	727.113.807,77
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.767.218,57	2.247.519,62	5.415.720,72	1.767.218,57	2.247.519,62	5.415.720,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.255.544,52	345.598.636,65	452.775.397,48	250.782.577,89	345.592.493,12	450.901.609,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000.000,00	0,00	1.020.000,00	0,00	0,00	0,00

F.2) Orçamento total realizado pela Instituição Proponente ou órgão da administração direta responsável pela execução do projeto (em R\$), nos últimos 3 anos:

Fontes	Anos		
	2020	2021	2022
13 – RECURSO EMERGENCIAL DA CULTURA			
Total do orçamento	16.460.345,70	5.143.187,90	977.559,21
Liquidado Ano	11.326.210,69	4.460.625,15	977.559,21
100 - RECURSOS PRÓPRIOS			
Total do orçamento	4.930.832.940,66	5.748.650.911,47	7.082.814.387,09
Liquidado Ano	4.633.367.369,76	5.486.206.471,75	6.874.647.482,47
101 - RECURSOS CIDE			
Total do orçamento	0,00	0,00	6.084.058,22
Liquidado Ano	0,00	0,00	5.796.986,40
102 – SALÁRIO EDUCAÇÃO			
Total do orçamento	0,00	0,00	19.035.600,83
Liquidado Ano	0,00	0,00	13.248.612,84
103 – RECURSOS ALIENAÇÃO DE BENS			
Total do orçamento	0,00	0,00	7.000.000,00
Liquidado Ano	0,00	0,00	3.256.384,90
200 - RECURSOS DE CONVÊNIOS			
Total do orçamento	295.404.880,54	312.633.893,02	327.055.187,53
Liquidado Ano	45.595.904,57	66.778.666,09	108.293.174,84
221 – TRANSF UNIÃO – DEFESA CIVIL			
Total do orçamento	0,00	1.394.378,53	1.000,00
Liquidado Ano	0,00	1.394.378,53	0,00
300 - RECURSOS DO FUNDEB			
Total do orçamento	723.352.475,20	838.195.547,51	1.076.466.834,39
Liquidado Ano	600.295.038,80	746.426.225,47	1.059.727.385,23
400 - RECURSOS DO SUS			
Total do orçamento	417.766.702,25	421.627.464,86	338.896.699,48

BNDES/Fundo Amazônia

Liquidado Ano	357.396.614,61	162.871.274,86	326.326.734,12
500 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2020	2021	2022
Total do orçamento	392.603.282,00	378.193.415,59	281.646.894,00
Liquidado Ano	59.791.143,33	162.871.274,86	122.749.700,41
600 – RECURSOS ORDINÁRIOS	2020	2021	2022
Total do orçamento	0,00	22.906.820,00	40.502.706,75
Liquidado Ano	0,00	13.505.817,84	33.156.180,05
700 - RECURSOS PRÓPRIOS DAS INDIRETAS	2020	2021	2022
Total do orçamento	205.281.448,35	217.490.387,16	263.877.242,83
Liquidado Ano	126.695.673,33	140.117.339,12	182.404.476,98
704 – ROYALTES DO PETRÓLEO E GÁS	2020	2021	2022
Total do orçamento	0,00	0,00	48.551.799,30
Liquidado Ano	0,00	0,00	48.485.517,99
718 – AUXILIO FINANCEIRO-OUTORGA CRED ICMS ART 5 INC V EC Nº 123/2022	2020	2021	2022
Total do orçamento	0,00	0,00	410.136,50
Liquidado Ano	0,00	0,00	410.136,50
800 - RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	2020	2021	2022
Total do orçamento	621.989.662,00	513.881.063,58	602.160.855,63
Liquidado Ano	578.921.234,94	501.309.106,35	595.165.537,63
801 - RECURSOS PREV. ADMINISTRAÇÃO	2020	2021	2022
Total do orçamento	0,00	0,00	24.961.567,22
Liquidado Ano	0,00	0,00	10.004.360,31
900 – RECURSOS DA LC 173/2020	2020	2021	2022
Total do orçamento	158.173.246,95	40.744.599,47	18.386,63
Liquidado Ano	121.680.444,05	37.568.759,05	18.376,00
TOTAL - TODAS AS FONTES	2020	2021	2022
Total do orçamento	7.765.964.983,65	8.500.861.669,09	10.138.705.231,27
Liquidado Ano	6.535.069.634,08	7.517.578.299,53	9.392.292.744,50

F.3) Relação dos Principais Projetos em Execução e/ou em Negociação

PROJETOS EM EXECUÇÃO	Valor Total	Origem dos Recursos	Estágio do Projeto*	Início/Término de Implantação**
Emendas	848.000.000,00	OGU	55%	2011-2028
PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO	Valor Total	Origem dos Recursos	-	Início/Término de Implantação**
PROGESTÃO	U\$ 45.000.000,00	BIRD	Em negociação das minutas contratuais	08/23 – 08/28
PROISA	U\$ 39.000.000,00	FONPLATA	Em negociação das minutas contratuais	08/23 – 08/28
PRÓ-MORADIA	R\$ 48.000.000,00	CAIXA	Em validação	06/23 – 05/24

F.4) Relacionamento com o BNDES

PROJETOS OU PARCERIAS EM EXECUÇÃO	Valor Total	Departamento Responsável no BNDES	Estágio do Projeto*	Início/Término de Implantação**
PIDS – Fase V	641.600.000,00	Gestão Pública	96,61%	12/11 -12/23
PROINVESTE	383.202.882,73		95,96%	12/12-12/23
SANEAC	240.662.000,00		87,91%	12/14-02/24
Ativo Ambiental	66.700.000,00	Fundo Amazônia	100,00%	11/10-12/22
Acre: Incêndios Zero	13.280.700,00	Fundo Amazônia	100,00%	07/12-12/16
CAR Acre	16.838.000,00	Fundo Amazônia	88,50%	11/13-07/23

G) SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO NO CURTO E MÉDIO PRAZO

Especificações	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	%PIB	Valor	Valor	%PIB	Valor	Valor	%PIB
	Corrente	Constante	(b/PIB)	Corrente	Constante	(b/PIB)	Corrente	Constante	(b/PIB)
	(b)		X 100	(c)		X 100	(c)		X 100
Receita Total	8.398.777	8.130.472	43,51%	9.007,064	8.744.722	44,26%	9.645.928	9.364.978	44,96%
Receita Primária (I)	8.204.555	7.942.454	42,50%	8.831.334	8.574.111	43,40%	9.539.487	9.261.638	44,47%
Despesa Total	8.398.777	8.130.472	43,51%	9.007,064	8.744.722	44,26%	9.645.928	9.364.978	44,96%
Despesa Primária (II)	7.617.547	7.374.198	39,46%	8.182.280	7.943.961	40,21%	8.775.162	8.519.574	40,90%
Resultado Primário (III) = (I-II)	587.009	568.256	3,04%	649.055	630.150	3,19%	764.325	742.063	3,56%
Resultado Nominal	603.167	583.898	3,12%	666.113	646.712	3,27%	782.335	759.549	3,65%
Dívida Pública Consolidada	3.638.569	3.522.332	18,85%	3.841.419	3.729.533	18,88%	4.055.771	3.937.641	18,91%
Dívida Consolidada Líquida	3.622.411	3.506.690	18,77%	3.824.360	3.712.971	18,79%	4.037.761	3.920.156	18,82%

2 – SEGUNDO MÓDULO

ALINHAMENTO DO PROJETO COM AS DIRETRIZES DO FUNDO AMAZÔNIA

A) INDICAÇÃO DO BIOMA E DO PÚBLICO ALVO BENEFICIADOS COM O PROJETO E DO LOCAL ONDE AS INTERVENÇÕES SERÃO REALIZADAS, PREFERENCIALMENTE COM COORDENADAS GEOGRÁFICAS.

BIOMA: AMAZONIA
LOCALIZAÇÃO*: ESTADO DO ACRE
PÚBLICO ALVO: As comunidades rurais e urbanas dos municípios do Estado do Acre, totalizando cerca de 906.876 habitantes (IBGE 2021).
ÁREA DO PROJETO (em ha): 16.417.429 (IBGE 2022).

B) INDICAÇÃO DAS ÁREAS CONTEMPLADAS

ÁREAS	
I - Gestão de florestas públicas e áreas protegidas	(x)
II - Controle, monitoramento e fiscalização ambiental	(x)
III - Manejo florestal sustentável	()
IV - Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta	()
V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária	(x)
VI - Conservação e uso sustentável da biodiversidade	(x)
VII - Recuperação de áreas desmatadas	(x)

Ações		
Ações para valorizar a floresta em pé (conservação e uso sustentável)	a) Promoção e incremento na escala de produção de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originados em manejo sustentável da floresta incluindo planos de manejo, pesquisa, inovação, e difusão científica e tecnológica, desenvolvimento de mercado, treinamento e capacitação;	()
	b) Implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais;	()
	c) Desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico; - O uso econômico de APPs somente será apoiado nos termos da legislação em vigor.	()
	d) Consolidação de áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação de Usos Sustentável e Terras Indígenas;	(x)
Ações para promover ordenamento territorial e regularização fundiária	e) Destinação de Florestas Públicas não Destinadas, com a priorização para as florestas comunitárias;	()
	f) Repressão à grilagem de terras, regularização e ordenamento fundiário, preferencialmente em áreas com maior concentração de posses e/ou conflitos; Regularização fundiária inclui os processos de regularização e o acompanhamento desses processos pela sociedade.	(x)
Ações para estruturar e integrar os sistemas de controle, monitoramento e	g) Apoio à estruturação dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão ambiental estadual;	(x)
	h) Apoio à implementação de sistemas municipais de monitoramento e fiscalização ambiental;	()

fiscalização ambiental na Amazônia	i) Estruturação e integração dos sistemas de controle da gestão florestal, do licenciamento ambiental das propriedades rurais e de rastreamento e cadeia de custódia de produtos agropecuários e florestais;	()
	j) Ampliação e intensificação dos sistemas de monitoramento do desmatamento e degradação florestal.	(x)

C) ALINHAMENTO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o desenho das estratégias, produtos e serviços contemplados nesta proposta foram levadas em consideração as expectativas contidas no PPCDQ Acre em complementaridade a atuação no nível federal, especialmente em relação ao Eixo de Monitoramento e Controle, onde o projeto contribuirá às seguintes linhas de atuação do PPCDAm:

1. Aumentar o poder de fiscalização dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente;
2. Melhorar a fiscalização e o monitoramento (auditorias) dos Planos de Manejo estaduais no entorno de terras indígenas e unidades de conservação;
3. Aumentar o rigor do licenciamento das atividades no entorno de terras indígenas e unidades de conservação;
4. Informatizar, sistematizar e disponibilizar ao Sinaflor os dados da gestão florestal estaduais, em cumprimento ao art. 35 da Lei nº 12.651/2012;
5. Cadastrar e integrar as bases estaduais de dados ao Sicar;
6. Monitorar e fiscalizar o desmatamento ilegal por meio do CAR.

O Estado do Acre conta com um Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento desde 2009 (PPCD-AC), visando garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado do Acre, a partir do fortalecimento das capacidades do governo e sociedade para gestão ambiental e para consolidação de uma economia limpa, justa e competitiva com forte base florestal.

As diretrizes e estratégias do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre (PPCD/AC) levam em conta a integração com o PPCDAm e para consolidar instrumentos de ordenamento territorial, priorizando a regularização fundiária e a consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), de modo a reduzir o uso predatório dos recursos naturais; valorizando o uso sustentável da floresta como alicerce de um novo modelo de desenvolvimento, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental.

A revisão atual dispõe a terceira versão do PPCDQ-AC com período de vigência de 4 anos, ou seja, 2023-2027.

Além disso, o projeto está alinhado com um conjunto de políticas públicas ambientais e correlatas que foram estabelecidos no Estado do Acre ao longo das últimas décadas, em especial:

A legislação ambiental do Estado do Acre (Lei nº 1.017 de 26 de janeiro de 1994), que dispõe sobre o código Estadual do Meio Ambiente.

Sob ela estão estabelecidos os demais decretos: Decreto 4.918 de 29 de dezembro

de 2009 regulamenta a lei 1.530 de 22 de janeiro de 2004, que legitima 5% do ICMS arrecadado pelo Estado aos municípios que conservam a biodiversidade e executam projetos de desenvolvimento sustentável.

Em 1999, com a Lei 1.277/99, o Governo do Estado concede subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do estado do Acre, que ficou conhecida como a Lei de subvenção da borracha, constituindo um elo importante da relação do povo com a floresta. Os objetivos do Projeto coadunam-se com os objetivos da Lei 1.277/99, contribuindo para o desenvolvimento de novos ativos e serviços ambientais não havendo disposições ou normas conflitantes entre ambos.

Em 2001, através da Lei 1.373/01, foi criado o Instituto de Terras do Acre, autarquia responsável pela regularização fundiária. Uma agenda que potencializa o controle ambiental, as políticas de apoio à produção sustentável, a inclusão social e, em primeira instância, a cidadania. A Lei 1.373/01 explicita o viés da resolução de conflitos de terras e de “subsídios para as políticas públicas de desenvolvimento agrícola”.

Ainda em 2001, através da Lei 1.426/01, foi criado o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP e o Fundo Estadual de Florestas, disciplinando o uso das florestas nativas e plantadas. Observando os princípios e objetivos desta Lei, encontram-se características peculiares à legislação ambiental do Acre, em consideração aos povos da floresta, que nela moram, conservam e produzem., bem como o respeito e o cuidado com a qualidade e o meio de vida destes acreanos.

Desde 1999, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) foi adotado como instrumento de gestão territorial para o desenvolvimento sustentável do governo e da sociedade acreana. Entre os anos 1999 a 2000, o ZEE/Fase I – escala 1:1000.000 – foi construído baseado em dados secundários, aproveitando e sistematizando diversos estudos já realizados no Estado, o que possibilitou a sistematização de informações que se encontravam dispersas, algumas há mais de dez anos. Esta fase constituiu-se num referencial importante do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, das iniciativas da sociedade civil e do setor privado.

Como resultado dos indicativos do ZEE, foi-se definindo, de um lado, uma nova tendência de ocupação do espaço, principalmente na institucionalização de Unidades de Conservação de Proteção Integral, de Terras Indígenas, de Reservas Extrativistas e de Florestas Nacionais e Estaduais. De outro, constitui-se numa pauta de investimentos da economia do Estado, articulada pelo governo, para realizar-se a partir de 2003, negócios florestais sustentáveis (manejo e indústrias florestais), projetos de manejo florestal comunitário e empresarial e iniciativas de agropecuária sustentável.

No período de 2003 a 2007 propôs-se o detalhamento do ZEE/Fase II, a partir de um conjunto de estudos e cruzamento de informações sobre recursos naturais, aspectos socioeconômicos-culturais e organização política da sociedade acreana, com um caráter de atualização e detalhamento da Fase I, utilizando uma metodologia participativa. O Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre do ZEE/Fase II– foi elaborado nesse período tem as seguintes finalidades: explicitar diretrizes de gestão de áreas já destinadas formalmente, a exemplo de assentamentos rurais, propriedades rurais, Unidades de Conservação, terras indígenas e áreas urbanas, levando em conta suas características específicas; fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre espaços territoriais sem destinação específica,

priorizando áreas em situação de risco em termos de conflitos sociais sobre o acesso aos recursos naturais e problemas de degradação ambiental.

Ao propor a Fase III, buscou-se sair da teoria para a prática, elegendo a Zona 3 como alvo. Descobriu-se que o estado possui notável aptidão para o agronegócio e a grande extensão de áreas abertas (áreas consolidadas), abrindo caminho para o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa.

A Fase III do Resumo Executivo está organizado em nove capítulos, com os seguintes destaques: evolução, objetivos e diretrizes do ZEE; metodologia de definição das zonas; evolução socioeconômica, destacando as condições de vida do acreano e os aspectos econômicos; a caracterização das zonas e subzonas e seus indicadores de gestão, com foco para a Zona 3 – prioritária para o ordenamento territorial; uma nova proposta de lei do ZEE baseada no novo Código Florestal; a gestão territorial, com foco no agronegócio e nas terras protegidas, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e o Zoneamento Pedoclimático (ZPC), com a indicação de áreas potenciais de conservação e suporte ao desenvolvimento econômico; estratégias de implementação do ZEE-Acre vinculadas ao Plano Plurianual 2020-2023; governança, destacando a ampla participação da sociedade na revisão do ZEE, através da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico- Econômico (CEZEE); e as considerações finais, indicando a continuidade do processo enquanto “ZEE vivo”, incorporando as inovações e lições aprendidas no tempo.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE/AC), instrumento de gestão territorial, será considerado como referencial para o projeto de desenvolvimento do estado, de forma a contribuir para a promoção de nova tendência de ocupação do espaço e importante suporte para os investimentos econômicos locais. A partir de uma base de conhecimento do território e com uma visão de manejo integrado da floresta, como provedora de produtos e serviços ambientais, integrado à diversidade de uso das áreas convertidas, será possível ao Estado definir estratégias para alavancar o desenvolvimento dos negócios florestais sustentáveis em curso através das indústrias florestais, do manejo florestal comunitário e empresarial, bem como das iniciativas de produção e agronegócio, garantindo a conservação e a manutenção da floresta.

Desta forma, o ZEE/Acre constitui-se na principal estratégia para conter vazamentos por atividade produtiva desenvolvida, organizando e orientando as formas de ocupação do espaço e do desenvolvimento dos setores produtivos na área rural e define também as diretrizes para o desenho e implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental.

Em 2008, o Governo do Acre instituiu a Política de Valorização do Ativo Ambiental que apoia a estruturação e a promoção do ordenamento territorial e o fortalecimento das cadeias produtivas de base sustentável. Essa política vem sendo implementada por meio de uma estratégia integrada em níveis municipal e estadual, em articulação com o movimento social organizado.

Em 2009, o Governo do Acre dedicou esforços para formular seu Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos (PPCD-AC) e em 2010 o Plano de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Esses planos visam integrar as políticas estaduais já existentes para a contenção do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável vinculados à política federal, através do Plano de Ação para Prevenção e Controle

do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Em continuidade a implementação da política de desenvolvimento sustentável no Estado, em 2010, o Governo do Acre instituiu, através da Lei Nº 2.308, o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, com a intenção de buscar formas de agregar valor econômico à floresta, por meio da atração de investimentos que fortaleçam uma economia de base florestal e desenvolvam projetos de manejo sustentável, com a participação das comunidades que extraem dos recursos florestais seus meios de vida.

O Sisa tem o objetivo de promover iniciativas que levem a conservação, recuperação e incremento de todos os serviços ambientais do Estado do Acre. A Lei criou uma série de instrumentos de planejamento, regulação, monitoramento, controle, registro, de execução, econômicos e financeiros para o alcance desse objetivo. A Lei do SISA também institui programas referentes a cada serviço ambiental, e regulamenta, dentre eles, o Programa de Incentivos a Serviços Ambientais Carbono. Este programa se constitui numa estratégia para captar, prover e dar sustentabilidade de recursos financeiros ao Estado para implementação de seus planos e estabelecer a repartição dos benefícios para atores que conservam, preservam e recuperam os ativos florestais como o carbono. Constitui-se assim, no marco legal de um Programa Jurisdicional Subnacional para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como do manejo florestal sustentável e da recuperação e aumento dos estoques de carbono através das atividades de sequestro pelo reflorestamento.

O SISA busca valorizar a floresta em pé e consolidar a produtividade de áreas desmatadas, valorizando as comunidades locais, numa estratégia clara de adaptação às situações adversas e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, em integração com a política de prevenção e controle do desmatamento no Estado do Acre.

D) CONTRIBUIÇÃO PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO

As ações de detecção e monitoramento de alterações do uso e cobertura do solo no Acre refletem uma política florestal para conservação e manutenção da biodiversidade que necessitam de monitoramento constante em suas diversas divisões políticas representativas.

Como forma de subsidiar o planejamento e a gestão do território, torna-se necessário a geração de dados atualizados e contínuos sobre a dinâmica de modificação do uso e cobertura do solo, através de sistemas automatizados de monitoramento e fiscalização.

Neste sentido, o levantamento da dinâmica do desmatamento de uma determinada região é de interesse fundamental para o entendimento dos padrões de organização e ocupação do espaço. Desse modo, existe a necessidade de atualização constante dos registros, de modo que essas mudanças possam ser quantificadas, espacializadas e analisadas. Por outro lado, monitorar desmatamento e queimadas é também monitorar redução de emissões por desmatamento e degradação.

A dinâmica do desmatamento no Acre, de maneira semelhante ao resto da Amazônia, mostra alterações nas dimensões de tempo e espaço. No passado o desmatamento ocorreu

em polígonos maiores, principalmente no sudeste do Estado do Acre. Embora nesta fase os agentes de desmatamento tenham sido grandes e médios pecuaristas, dados recentes mostram que pequenos produtores têm contribuído significativamente no desmatamento nos últimos anos. As propriedades, muitas delas localizadas dentro dos assentamentos da reforma agrária, ou no entorno das principais rodovias dominam a estrutura fundiária rural do estado em termos demográficos e têm uma contribuição significativa para o desmatamento (média de 55% do desmatamento ocorre anualmente em áreas entre 10 e 60 ha).

Os pequenos desmatamentos no Acre (< 10 ha), em grande parte associados com os projetos de assentamento, têm aumentado sua contribuição para o desmatamento anual do estado nos últimos quatro anos chegando a percentuais acima de 35%. De modo geral, o Estado utiliza os dados do Projeto de Monitoramento da Amazônia brasileira por Satélite (Prodes), porém, para acompanhar a dinâmica do desmatamento em áreas mínimas inferiores a 6,25 hectares, o Estado implantou pela Unidade Central de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, uma metodologia que se baseia numa área mínima de 0,54 hectares, para subsidiar o processo de fiscalização das instituições de resposta e comando e controle (IMAC, BPA, CIOPAER, CBMAC e outras), bem como o monitoramento comunitário participativo (MRV) dos serviços ambientais no estado, apoiado pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais – IMC.

Neste sentido, a estruturação e a ampliação da capacidade técnica e operacional da Unidade Central de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento - Ucgeo permitirá uma atuação mais efetiva das instituições de resposta e comando e controle na prevenção, fiscalização e repressão das atividades ilegais relativas ao desmatamento florestal, bem como as queimadas e incêndios florestais. Este fortalecimento resultará diretamente na redução do desmatamento, e, conseqüentemente, das emissões por desmatamento e degradação ambiental.

A estruturação e a ampliação da capacidade técnica e operacional do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, permitirá uma atuação mais efetiva do órgão na prevenção e repressão das atividades que envolvem o desmatamento ilegal. Este fortalecimento resultará diretamente na redução do desmatamento, e, conseqüentemente, das emissões por desmatamento e degradação ambiental.

O serviço de monitoramento e fiscalização terá como foco a prevenção e combate ao desmatamento ilegal. As ações de prevenção consistem na realização de oficinas de educação ambiental e esclarecimentos a respeito da Legislação Ambiental em vigor, juntamente a agricultores de Projetos de Assentamentos (de forma integrada com Incra/Ibama), por meio de suas associações e/ou cooperativas. Além disso, realizará fiscalização na zona rural, com ações efetivas nas áreas com maior incidência ao desmatamento.

Os trabalhos de monitoramento e fiscalização aéreo por meio do emprego da aeronave (Ibama/Ciopaer) realizará o monitoramento e fiscalização de áreas de floresta fechada onde o policiamento terrestre não consegue chegar, o que agilizará a identificação das áreas que estão sofrendo desmatamento e tornará ostensiva a presença do Órgão. Assim, com estratégias integradas de prevenção e repressão se evitará o desmatamento ilegal e a degradação ambiental, e por sua vez, as emissões de gases geradores do efeito estufa.

De modo geral, para a redução do desmatamento e das queimadas, bem como das

emissões de gases de efeito estufa e da degradação florestal ao longo do tempo são necessárias ações de impacto imediato de monitoramento, prevenção e fiscalização ambiental, mas também de uma mudança, em prazos diversos, no uso e ocupação do território do Acre, através do ordenamento e destinação fundiária e territorial, assim como de fomento às atividades produtivas sustentáveis, como alternativas ao corte e queima.

Neste sentido as ações aqui apresentadas complementam as demais ações propostas e em curso através do PPCDQ-AC que abrange estratégias organizadas em três eixos: Comando e Controle Ambiental, Gestão e Governança (Eixo I); Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis (Eixo II); e Ordenamento Territorial e Fundiário (Eixo III), em concordância com o estabelecido na 4a fase do PPCDAM.

Considerando os objetivos estratégicos, o PPCDQ-AC concentra suas ações na promoção da sustentabilidade dos sistemas produtivos extrativistas e agropecuários; na conservação ambiental, fortalecendo as áreas protegidas e efetivando a gestão e manejo florestal sustentável, bem como a redução e a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais.

Para o alcance das metas a localização das ações está delimitada na escala municipal, mas estabelecendo-se que a mesma é focada nas áreas estratégicas (UCs, TI e territórios preservados) e nas regiões críticas ao desmatamento e queimadas, conforme análise de vulnerabilidade elaborada para esta finalidade.

O monitoramento, controle e fiscalização ambiental vêm se consolidando como um dos principais instrumentos para a repressão ao desmatamento e as queimadas ilegais, e mesmo com todas suas ações teve-se o aumento nas taxas de desmatamento nos últimos anos, suas atividades são integradas e coordenadas pela SEMA. A eliminação ou a maior redução do desmatamento ilegal e uso do fogo demandam ações de longo prazo. Neste sentido, no curto e médio prazo, até que ocorra a transição para um modelo de ocupação mais consciente da importância da floresta, a prevenção, a fiscalização e a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais permanecem como essenciais para o controle do desmatamento na região.

E) ADICIONALIDADE DOS RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA

O apoio do Fundo Amazônia não implica em substituição ou sobreposição de rubricas do orçamento público ou de outras fontes de financiamento disponíveis no Estado. O orçamento atual do estado permite a manutenção do status quo, mas o salto qualitativo necessário para o alcance das metas de redução de desmatamento e emissões de GEE será possível apenas por meio de recursos adicionais aos orçamentários.

Neste sentido o projeto deverá fortalecer, especialmente as ações de comando e controle, que contará com a implantação de sistemas integrados, cujo objetivo principal é permitir que os órgãos envolvidos tenham uma visão conjunta e integrada das ações de monitoramento, licenciamento e fiscalização, possibilitando estabelecer políticas governamentais adequadas que irão promover o combate ao desmatamento ilegal e promover a gestão ambiental integrada no Estado.

A solução de monitoramento de desmatamento de alta frequência baseada em

múltiplas plataformas de sensoriamento remoto orbital e em metodologias objetivas de detecção de mudança de uso e cobertura do solo dedicadas aos diferentes tipos de imagens de satélite utilizadas, proposta neste projeto, trará agilidade e eficiência a metodologia em curso desenvolvida na Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto–Ucgeo e permitirá implantar a fiscalização remota no estado, facilitando a atuação do IMAC, como coordenador do sistema de comando e controle no Estado.

Com os recursos oriundos do Fundo Amazônia será possível a integração da base de dados do Licenciamento ambiental das atividades florestais com a do Cadastro de Ambiental Rural (SICAR), modernizando seus processos de licenciamento ambiental, promovendo maior qualidade e celeridade nos mesmos e ainda, intensificando suas ações de comando e controle, principalmente no que diz respeito ao monitoramento remoto, utilizando as ferramentas de geoprocessamento, como: imagens de satélite, bancos de dados e outras geoinformações, que permitem identificar, mapear e monitorar o cometimento de delitos ambientais contra a flora e a administração ambiental, especialmente desmatamentos ilegais. Também será possível o desenvolvimento de ações integradas de fiscalização entre IMAC, BPA, CIOPAER, CBMAC nos projetos de assentamento que contribuem significativamente para o aumento do índice de desmatamento no Estado, com o suporte das instituições federais de comando e controle, como Ibama e o ICMBio e o apoio do Incra.

Espera-se ainda fortalecer o sistema de vigilância das terras Indígenas, promover a regularização dos vazios fundiários e construir um referencial de recuperação de passivos ambientais e áreas degradadas, demonstrando a viabilidade de se aplicar tecnologias sustentáveis agroflorestais na restauração de passivos florestais, conciliando resultados ecológicos e econômicos nas áreas objeto da regularização, de forma a inibir o avanço do desmatamento.

Nesse sentido, os investimentos solicitados para sua execução não implicarão em substituição ou sobreposição com rubricas do orçamento público, mas serão complementares a algumas atividades em andamento ou previstas pelo Governo do Acre no PPA 2024 – 2027.

3 – TERCEIRO MÓDULO

O PROJETO, SUA LÓGICA DE INTERVENÇÃO E OS IMPACTOS ESPERADOS

A) SITUAÇÃO PROBLEMA

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Acre vem acompanhando a tendência geral de aumento do desmatamento verificada na Amazônia como um todo (cf. Figura 4). Atualmente, o estado do Acre mantém aproximadamente 85% de área de floresta em seu território, com cerca de 2,4 milhões de hectares desmatados. Esse desmatamento tem acontecido a uma taxa anual de 680,25 km² nos últimos quatro anos e é 126 % maior que a do período de 2014 a 2017. Em 2021 a taxa de desmatamento foi de 889 km², representando um aumento de 26% em relação ao ano anterior 2020.

Assim como em toda a Amazônia, o desmatamento é uma questão a ser superada. Apesar dos esforços das políticas públicas direcionadas ao controle do desmatamento e da degradação florestal, o Acre, assim como toda a região amazônica, também está sujeito à interferência de dinâmicas econômicas e políticas públicas que atuam em contrário às tendências de redução.

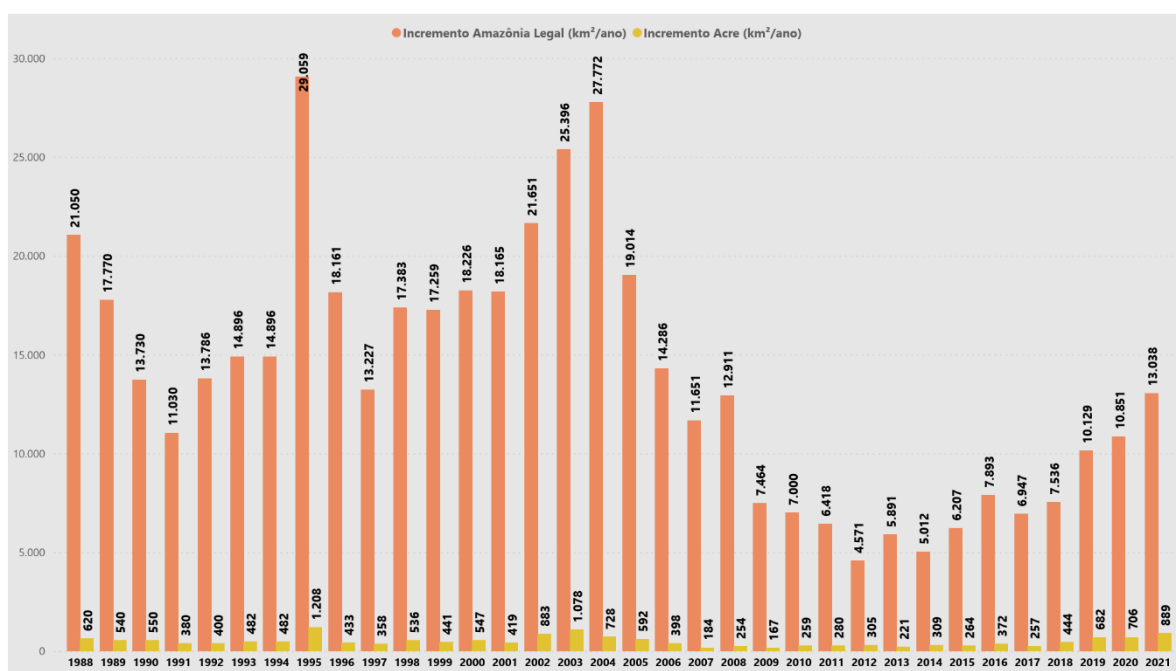


Figura 1. Taxas de desmatamento anual consolidado na Amazônia Legal e no Acre de 1988 a 2021 (km²)
Fonte: Prodes/Inpe, 2022.

O histórico do desmatamento revela variações na dinâmica e nos padrões de alteração da cobertura do solo, como no caso da supressão de florestas primárias, indicando ocorrência do desmatamento em pequenas áreas até 2017 e aumentando significativa em áreas médias de desmates a partir de 2018, conforme monitoramento realizado pela Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado - Ucgeo. Em 2020 e 2021, as análises confirmam essa tendência. A grande maioria dos desmatamentos foi realizada em

áreas medias, onde são transformados em áreas de pastagens para criação de gado e áreas de produção agrícola e, em pequenas áreas, confirmando o padrão de pequenos desmates, reflexo do manejo tradicional dos recursos naturais, onde se realiza a broca de pequenas áreas de floresta para renovar as áreas de produção (roçados) nas pequenas propriedades e no sistema de agricultura familiar. Vale ainda destacar que em termos de número de polígonos desmatados, cerca de 69% deles estão entre 0,54 a 10 hectares e em termos de extensão do desmatamento eles equivalem a 35% das áreas desmatadas e 37% estão entre 10 a 60 hectares equivalem a 59% das áreas desmatadas, corroborando as análises realizadas a partir dos dados do CAR, indicando que cerca de 75% do desmatamento após 20081 ocorreu em imóveis rurais com até 4 módulos fiscais (SEMA, 2023).

De modo geral, o desmatamento está concentrado na parte leste do Acre, especialmente na região de Rio Branco e dos municípios vizinhos, bem como ao longo das áreas de influência direta das principais rodovias (BR-364 e BR-317). Esta é a região de ocupação mais antiga do estado, com atividades agropecuárias e madeireiras, mas que também são associadas a novas frentes de expansão e conversão das áreas florestais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. São áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, por pequenos produtores em posses, e por médios e grandes pecuaristas, assim como por áreas florestais de grandes seringais. As principais atividades são a pecuária de cria/recria e a produção de leite, além da produção de farinha. Nesta zona se concentra a maior proporção de propriedades com passivo florestal.

O Município de Rio Branco é o que mais contribuiu para o desmatamento acumulado no Acre, contabilizando 12% da perda de floresta do estado, seguido por Sena Madureira com 8,91%, Feijó com 7,69% e Tarauacá com 7,11%. Os municípios que perderam mais da metade de sua cobertura florestal original até o presente são: Plácido de Castro que mais de 75%, seguido de Senador Guimard com 73%, Acrelândia com 68%, Capixaba com 56% e Porto Acre com 52% de área de floresta original desmatada. Entretanto, os municípios que estão encabeçando a lista dos que mais têm desmatado nos últimos quatro anos são: Feijó (15%), Sena Madureira (11%), Rio Branco e Tarauacá (9%), Brasiléia, Manoel Urbano e Xapuri (6%) cada.

Os projetos de assentamento representam a categoria fundiária em que se verifica a maior incidência de desmatamento no estado. Nos últimos quatro anos, 27,21% do corte de florestas no Acre tem acontecido dentro dos assentamentos. A pecuária extensiva, a atividade madeireira e a agricultura tradicional de corte e queima baseada no uso do fogo como prática de preparação do solo ainda é culturalmente utilizada pelos produtores familiares nesses projetos. Assim estas áreas devem ser o alvo de maior investimento de políticas públicas que proporcionem a conservação e a recuperação dos recursos florestais, através da adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis, que viabilizem o desenvolvimento econômico e socioambiental na região.

Os 12 projetos de assentamento, no estado, ao longo das BR-364 e BR-317 nos municípios Plácido de Castro, Senador Guimard, Capixaba, Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Feijó, Brasiléia e Rodrigues Alves, apresentam 47,44% do desmatamento analisado em 131 projetos oficialmente cadastrados na base do Incra, nos

¹ Ano de corte estabelecido pela Lei Federal nº 12.651/2012 a partir do conceito de área rural consolidada, definida como a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008. Após esta data, não há previsão de regimes especiais para restauração florestal no âmbito do PRA.

últimos quatro anos:

- PAD Pedro Peixoto (Plácido de Castro/Senador Guiomard);
- PAE Remanso (Capixaba/Rio Branco);
- PAD Boa Esperança (Sena Madureira);
- P.A.D. Santa Luzia (Cruzeiro do Sul);
- P.A.E. Porto Dias (Acrelândia);
- P.A.E. Riozinho (Rio Branco/Sena Madureira);
- PAF Providência Capital (Sena Madureira);
- P.D.S. Jamil Jereissati (Cruzeiro do Sul);
- P.A. Berlim Recreio (Feijó);
- PAD Quixadá (Brasiléia);
- P.A. Paraná dos Mouras (Rodrigues Alves);
- P.A. Figueira (Rio Branco).

As terras particulares representam a segunda categoria territorial com maior ocorrência de desmatamento (25,72%). São terras particulares aquelas que foram mapeadas pelo estado no período da elaboração do seu Zoneamento Ecológico-Econômico, as que foram recentemente inscritas no Cadastro Ambiental Rural² ou que pertencem à base oficial do INCRA e do Programa Terra Legal.

As áreas discriminadas têm acumulado cerca de (19,58%) do desmatamento nos últimos quatro anos, seguidas pelas Unidades de Conservação (14,2%), sem informação cadastral, que podem ser públicas ou privadas (8,89%), áreas arrecadadas (3,61%) e por último as Terras Indígenas (0,79%) (Figura 5).

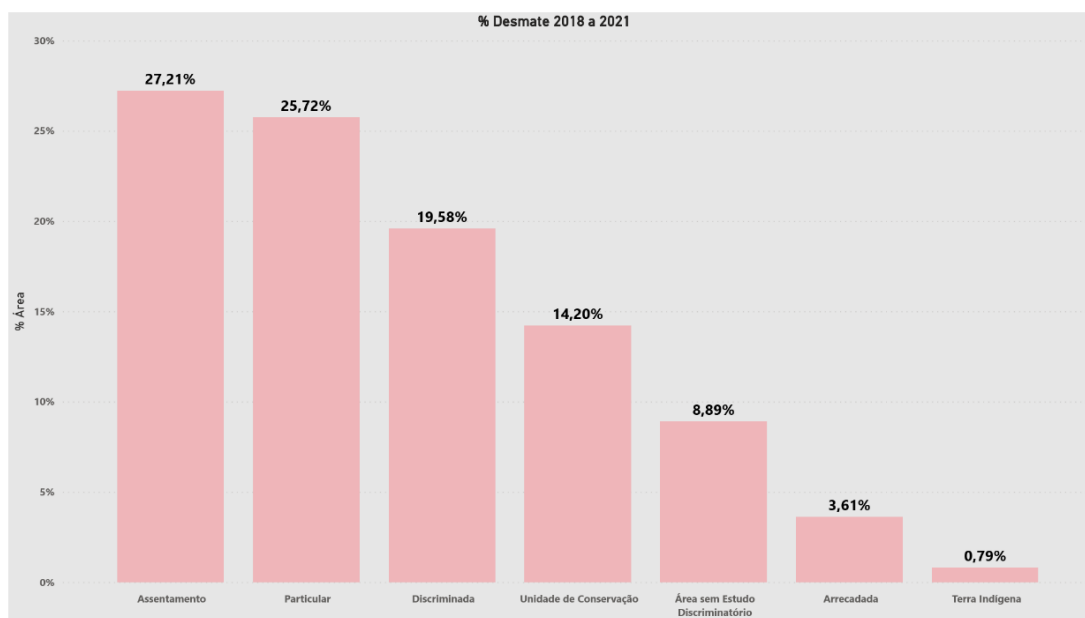


Figura 2. Desmatamento anual por categoria fundiária nos últimos quatro anos no Acre (ha).

Fonte: Prodes/Inpe/Ucgeo, 2022.

No que diz respeito às unidades de conservação, o desmatamento tem se concentrado

² De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, constam 46.257 inscrições no CAR no Estado do Acre até 01.03.2023, sendo: 44.819 imóveis até 4 módulos fiscais, totalizando 2.865.375,416 hectares. E 1.438 imóveis maiores que 4 módulos fiscais, totalizando 4.922.755,949 hectares. Totalizando uma área de 7.788.131,365 hectares. (SEMA, 2023).

principalmente nas unidades de conservação de uso sustentável, cuja gestão é de responsabilidade da União (Resex Chico Mendes, Resex Juruá e Resex Cazumbá Iracema), Floresta Estadual do Antimary e na Floresta Estadual do Rio Gregório.

As terras indígenas, apesar de apresentarem reduzido desmatamento, têm sofrido pressões significativas devido à processos de crescimento demográfico, reordenamento territorial e reorganização social e econômica no seu entorno, com o crescimento da população de agricultores e extrativistas, mudanças no perfil das atividades voltadas à subsistência e à comercialização, o crescimento de áreas destinadas à criação de gado e a instalação de assentamentos da reforma agrária e a abertura de estradas vicinais e ramais.

Análises recentes de vulnerabilidade das florestas do Acre ao desmatamento apontam as áreas críticas onde a intervenção de políticas públicas de comando e controle e/ou de incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais são prioritárias.

As análises de tendências de evolução futura do desmatamento apontam que, dentre os municípios com maior porção de área classificada como de muito alta criticidade, estão Acrelândia, Senador Guiomard, Capixaba, Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia, e Sena Madureira. Estes municípios também encabeçam a lista daqueles que ocupam as maiores proporções da faixa de áreas de alta criticidade, juntamente com os municípios de Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, devendo ser o foco principal das ações de prevenção e controle do desmatamento no estado, principalmente no que diz respeito ao desmatamento dentro dos assentamentos e nas Unidades de Conservação (cf. Figura 6).

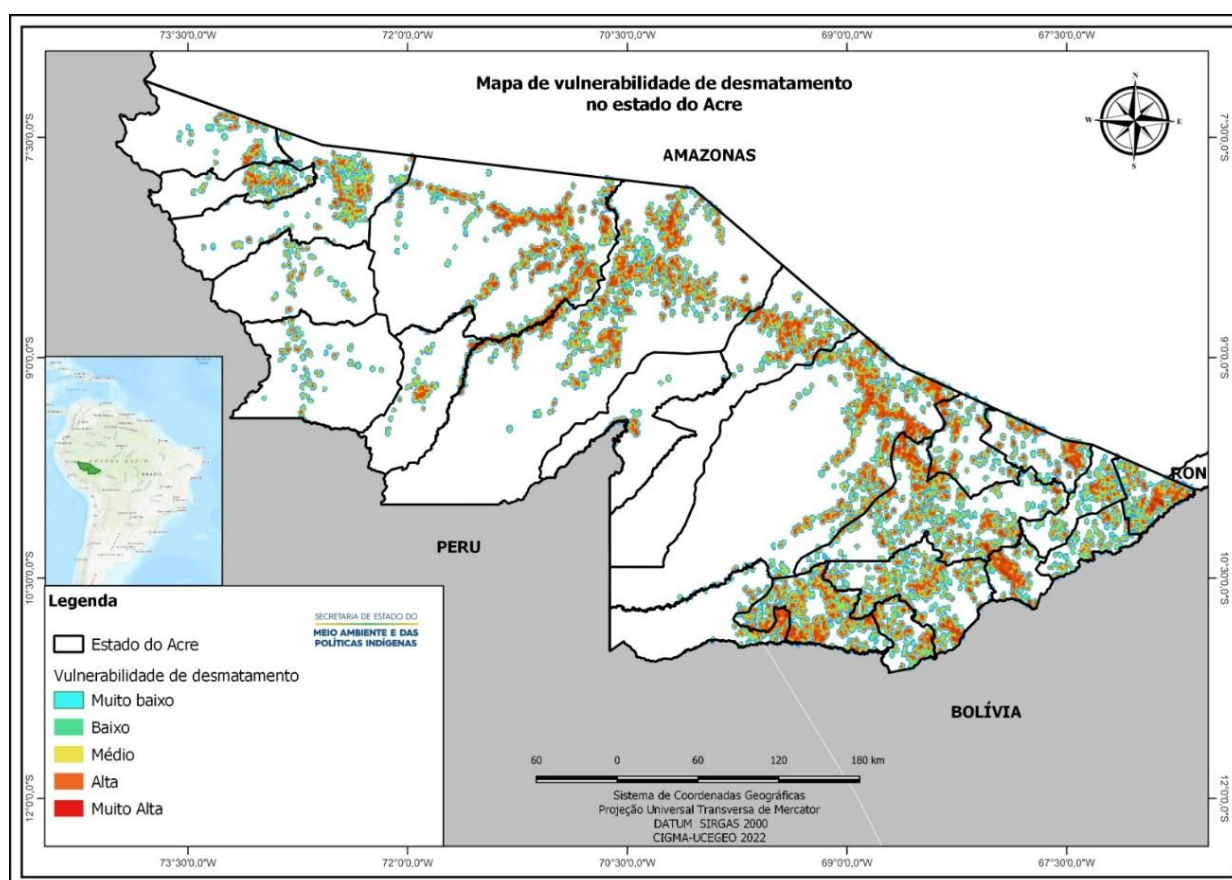


Figura 6. Mapa de vulnerabilidade ao desmatamento no estado do Acre.

Fonte: Prodes/Inpe/Ucgeo, 2022.

Com relação aos aspectos institucionais, falta uma estrutura operacional e de pessoal mais robusta para o funcionamento efetivo das instituições de comando e controle, especialmente no Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, que lidera as ações nesse âmbito.

O IMAC desde a sua criação vem desenvolvendo atividades de Controle Ambiental (Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização), buscando o uso sustentável dos recursos naturais, bem como coibir as ações e atividades ilegais, além das atividades de Educação Ambiental, no sentido da prevenção. Essas ações ficaram mais evidentes, a partir do ano 2000, quando o Estado através do IMAC passou a assumir as atribuições que até então eram de exclusividade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, através de cooperação técnica, e o fez de forma gradativa, conforme a seguir indicado:

- Em 2000 – Licenciamento de áreas de desmatamento de até 3 hectares;
- Em 2001 – Licenciamento de áreas de desmatamento entre 3 e 60 hectares;
- Em 2002 – Licenciamento de áreas de desmatamento acima de 60 hectares;
- Em 2003 – Autorização para Transporte de Produtos Florestais – ATPF, Planos de Manejo e Cobrança de Reposição Florestal.

É importante frisar que, apesar de somente em 2000 o IMAC passar a licenciar as áreas de desmatamento e em 2003 passar a licenciar os planos de manejo, emitir ATPF e ainda emitir os boletos de cobrança de reposição florestal, o IMAC já realizava o licenciamento ambiental das indústrias florestais (Serrarias, Laminadoras, Marcenarias e Movelarias). Ou seja, em 2003 o Estado, através do IMAC, passou a controlar toda a cadeia de produtos florestais madeireiros e em 2006 o Estado do Acre aderiu ao uso do Sistema DOF (Documento de Origem Florestal).

O Estado, através do IMAC, também foi aprimorando as formas de controle florestal, através de regramentos próprios para o Licenciamento e o Controle Ambiental como um todo, como é o caso de edições de Portarias, Resoluções e outros instrumentos que permitissem a melhor gestão ambiental, observando as peculiaridades do Estado. Alguns desses regramentos estão em fase de revisão com vistas às adequações necessárias em relação novo código florestal.

O Código Florestal aportou diversas inovações, entre elas a forma de controle ambiental dos imóveis rurais, com ênfase na Reserva Legal e demais áreas com necessidade de proteção e com a criação do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Entretanto, há necessidade de estabelecer um link mais efetivo entre as atividades licenciadas e a evolução do desmatamento, sobretudo o ilegal, com o CAR. A interligação das atividades que acontecem nos imóveis rurais com o CAR hoje é uma questão de necessidade, com vistas a otimização dos custos das ações de comando e controle.

Para o desencadeamento da Operação Floresta Viva, junto a Força Tarefa estabelecida pela Casa Civil, o IMAC realizou o cruzamento das informações fornecidas pela Ucegeo com os dados do CAR de forma mecânica e teve como resultado a localização dos polígonos nas propriedades e assentamentos humanos, possibilitando assim saber de forma antecipada quem em tese é o possuidor do lote e ainda quem poderia estar praticando o

desmatamento, impedindo sua continuidade. No entanto, atualmente o Estado não possui um sistema que faça aglutinação dessas informações de forma mais efetiva. Isso remete à aquisição de um sistema capaz de gerenciar essas informações, bem como ainda a aquisição de equipamentos necessários aos desdobramentos práticos para o referido sistema e ainda para as ações de comando e controle, para os casos de averiguação in loco.

Assim, há ainda a necessidade de contratação de pessoal técnico efetivo, através de concurso público, pois o quadro de agentes de fiscalização, especialistas e técnicos em geoprocessamento está aquém das demandas crescentes da instituição. A modernização dos procedimentos de licenciamento de atividades florestais e de fiscalização são essenciais para que a instituição cumpra com as demandas vigentes. O IMAC trabalha ainda com um sistema de licenciamento ambiental e de fiscalização analógico, gerando uma demanda muito grande de processos, que requerem vistorias 'in loco' e a geração de um volume de relatórios excepcional, acarretando demora nas respostas dos licenciamentos e da lavratura de autos de infração, quando identificados os danos ambientais, além da dificuldade de registro e estabelecimento de indicadores de desempenho. Essa modernização passa principalmente pela integração das bases de informações das instituições parceiras (IBAMA, IMAC, ICMBIO, INCRA, UCGEO), com a base do Cadastro Ambiental Rural/CAR, a criação de banco de dados compartilhados entre as instituições afins para melhor eficiência nas operações de combate ao desmatamento, bem como a criação de um sistema remoto de fiscalização capaz de dar cabo da demanda de fiscalização nas áreas de difícil acesso, e resolver o problema dos passivos ambientais presentes no estado. São medidas essenciais para eficiência na fiscalização, na investigação criminal e administrativa dos atos, além da responsabilização civil necessárias ao controle e combate ao desmatamento ilegal no estado.

Os resultados das ações de combate aos crimes ambientais dos últimos quatro anos realizadas pelo IMAC foram:

- Quantidade de processos administrativos abertos: 690;
- Montante multas aplicadas: 700 autos lavrados;
- Quantidades de embargos realizados: 1000,6867 ha;
- Quantidade de termos de embargos lavrados: 450
- Quantidades de apreensões realizadas: 200
- Quantidade de madeira apreendida: 625,87 m³
- Quantidade de veículos apreendidos: 48

Considerando ainda a nova dinâmica de uso e ocupação no estado, com processos contínuos de invasão e conflitos de terra, especialmente em Unidades de conservação, áreas não destinadas do ponto de vista fundiário, bem como as novas estratégias de desmatamento estabelecidas no interior da floresta com áreas pulverizadas de corte e queima e a vasta extensão de floresta ainda existente no estado (87%), o IMAC não consegue, apenas com a estrutura operacional vigente, fazer frente a esses novos desafios. Assim, além da modernização de procedimentos de fiscalização, as ações de fiscalização integradas com as demais instituições do comando e controle, nos níveis estadual e federal, em continuidade às ações da Força Tarefa estabelecida pelo Governo do Estado, e a parceria com o IBAMA, ICMBio e Incra, são fundamentais nesse processo.

Ao longo dos últimos anos, o estado do Acre vem empreendendo uma série de políticas públicas direcionadas à prevenção e ao controle do desmatamento e da degradação florestal, apresentadas no módulo 2 (item C). Estes esforços também estão sendo/foram

apoiados de forma significativa por uma série de programas e projetos. Cabe destaque aos financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA), do Banco Mundial (BIRD, Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Acre – PROACRE) e do BNDES (Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PIDS). O Acre também contou com contribuições expressivas da Cooperação Alemã no fortalecimento institucional dos órgãos ambientais e na implementação das políticas de gestão ambiental e territorial (desde 2012 pelo Programa REDD for Early Movers – REM). Mais recentemente, o Acre foi o primeiro estado a acessar os recursos do Fundo Amazônia, estando em fase final de execução os Projetos Valorização do Ativo Ambiental Florestal e CAR Acre, e, já concluído, o Projeto Acre Incêndio Zero.

O Projeto Valorização do Ativo Ambiental Florestal permitiu a estruturação e a aquisição de equipamentos para vários órgãos estaduais e municipais atuantes nas políticas de prevenção e controle do desmatamento (por exemplo, IMAC, Ucegeo, SEF, Seagri). Foram construídos postos de vigilância e apoiada a sinalização dos limites territoriais de 24,5 mil hectares em 15 terras indígenas, representando 65% da área das terras indígenas do estado. As associações indígenas foram capacitadas para a elaboração de planos de gestão e formação de equipes de vigilância. Também foi promovida a estruturação física de cooperativas de produtores agroflorestais e de manejadores florestais e realizados pagamentos por serviços ambientais a produtores e manejadores comunitários. Os serviços da rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para fomento das cadeias produtivas e redução do desmatamento foram ampliados e o projeto realizou assistência técnica a 2.080 produtores rurais. Desse total, 1.750 pequenas propriedades rurais foram beneficiadas com a implantação de sistemas agroflorestais, incluindo o recebimento de 211 mil mudas frutíferas. Foi elaborado um plano de manejo comunitário abrangendo 32 mil hectares e beneficiando 210 famílias e foram realizados o cercamento de 146 hectares de áreas de preservação permanente e o plantio de mudas nativas e florestais em vintehectares para recuperação dessas áreas.

O projeto apoiou várias ações de capacitação, entre elas, a formação de especialistas em produção sustentável em florestas tropicais pela Universidade Federal do Acre e a capacitação das brigadas municipais comunitárias de combate a incêndios. Além disso, o projeto apoiou a elaboração de subsídios para os Ordenamentos Territoriais Locais (ZEE municipal) e os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento municipais.

No âmbito do Projeto CAR Acre foram realizadas 44.419 inscrições de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais Cadastro Ambiental Rural, por meio de “busca ativa” para coleta de informações e documentação. Para tanto, foram adquiridos equipamentos de informática, mobiliário e material de expediente para o funcionamento do Escritório do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Há uma série de complementaridades e sinergias entre todas as iniciativas citadas, que, conjuntamente, estão orientadas ao alcance dos objetivos e metas estabelecidos no âmbito do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/Acre.

Considerando os acúmulos já realizados e as análises da evolução recente do quadro de desmatamento e degradação florestal no estado, os principais desafios ainda serem superados são:

- Ainda é necessário avançar na geração de dados atualizados e contínuos sobre a dinâmica de modificação do uso e cobertura do solo, através de sistemas automatizados de monitoramento e fiscalização, envolvendo a atualização constante dos registros, de modo que essas mudanças possam ser quantificadas, espacializadas e analisadas. Não existem sistemas funcionais de informação para o monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental no Estado do Acre. A Ucegeo utiliza os alertas de desmatamento disponibilizados pelo Inpe no Terrabrazilis – Plataforma de dados Geográficos, na página do Deter - B (avisos) onde são disponibilizados os alertas de desmatamento semanalmente todas as sextas feiras com dados da semana anterior. Após a coleta dos dados são realizados cruzamentos e gerados cartas imagens contendo data, área, e coordenadas dos alertas emitidos para missões de fiscalização. O IMAC detém apenas uma plataforma online - SEIAM, para suporte às atividades operacionais (desenvolvimento de processos burocráticos da instituição).
- As ações de monitoramento, fiscalização e combate do desmatamento e degradação florestal precisam ser fortalecidas nos diversos recortes territoriais do estado, com foco nas áreas críticas e de maior vulnerabilidade. Considerando especialmente o quadro recente de contribuições significativas dos pequenos e médios produtores ao desmatamento, é necessário intensificar as ações de fiscalização na zona rural, com ações efetivas nas áreas com maior incidência ao desmatamento.
- Nas áreas de floresta fechada, onde o policiamento terrestre não consegue chegar, a identificação das áreas que estão sofrendo desmatamento e a presença ostensiva dos órgãos de controle só pode ser assegurada por meio do monitoramento e da fiscalização aérea.
- Atualmente, a atuação da Segurança Pública na repressão aos crimes ambientais se limita ao apoio pontual do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) às operações realizadas pelos órgãos ambientais. A capacidade técnica e operacional do BPA ainda é limitada, e sua atuação restrita ao município de Rio Branco.
- As ações repressivas precisam ser complementadas por ações de caráter preventivo, tanto em relação ao desmatamento quanto ao enfrentamento dos incêndios florestais. É preciso expandir a atuação das brigadas comunitárias e ampliar a capacitação de representantes comunitários, indígenas, estudantes e outros com foco na prevenção às queimadas e incêndios florestais.
- Ainda que as terras indígenas correspondam à categoria fundiária de menor registro de desmatamento e degradação no estado, as terras estão expostas a várias ameaças, comprometendo a integridade dos recursos naturais, das quais as comunidades dependem para sua sobrevivência e reprodução sociocultural. Ações interinstitucionais coordenadas são fundamentais para a resolução ou minimização de conflitos e de atividades ilegais nas terras indígenas. Os agentes agroflorestais indígenas são atores relevantes para as ações de gestão ambiental territorial das terras indígenas e têm assumido importante interlocução com atores e instituições do entorno e em diferentes políticas públicas.
- Atenção especial necessita ser dada aos vazios fundiários, em que se verifica a incidência de conflitos e invasões de terras, sendo que esses processos podem promover a abertura de novas frentes de desmatamento. Além das ações de

fiscalização, é necessário priorizar medidas de ordenamento territorial e avanço na regularização destas áreas.

- A partir dos avanços possibilitados pelo Projeto CAR Acre, é necessário demonstrar que a obrigação legal de restauração florestal no âmbito do PRA oferece oportunidades para que o agricultor familiar desenvolva novos modelos de produção agrícola, baseado principalmente em aplicação de tecnologias agroflorestais para recomposição de passivos florestais. Ainda faltam referenciais de recuperação de passivos ambientais em projetos de assentamento, que possam demonstrar a conciliação de resultados ecológicos e econômicos nas áreas objeto da regularização, de forma a inibir o avanço do desmatamento.

B) OBJETIVOS DO PROJETO

O projeto visa realizar uma contribuição substantiva ao alcance dos objetivos e metas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/Acre, definidas como:

- Redução de 50% do desmatamento ilegal e das emissões de CO₂ no estado até 2027;
- Implementação do Acordo de Paris – COP21 (Novo Código Florestal).

O quadro lógico geral do projeto é composto pelos elementos indicados na Figura 8:

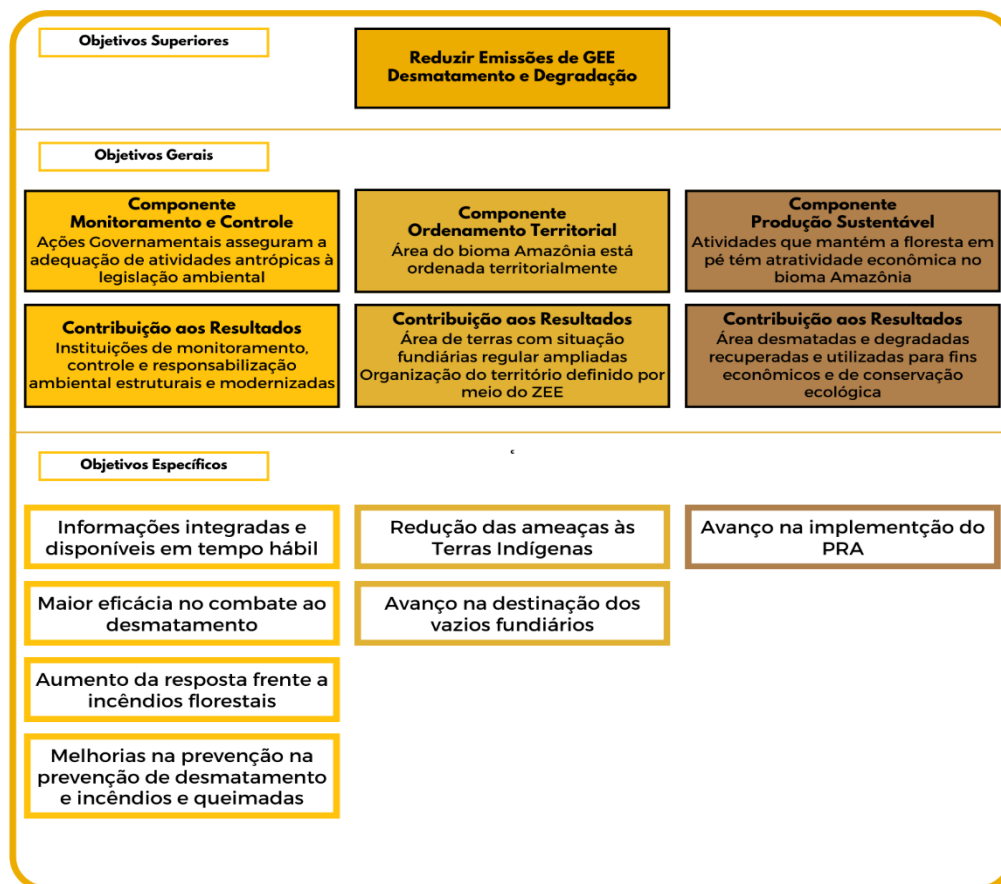


Figura 8. Quadro Lógico do projeto

As metas do PPCDQ constituem os **objetivos superiores do projeto**, correspondendo aos seus efeitos indiretos, uma vez o seu alcance dependerá do conjunto de esforços em andamento no estado, seja por meio de recursos orçamentários, seja por meio de outros programas, projetos e iniciativas. Além do Projeto CAR/Acre, do Fundo Amazônia, cabe destaque aos Programas REDD para Pioneiros (REDD for Early Movers), financiado pelo KfW no âmbito da Cooperação Financeira do Governo Alemão, conforme descrito anteriormente e observado na Figura 10 a seguir.

O projeto contribuirá a três componentes do Fundo Amazônia, tendo assim como **objetivos gerais**:

- Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental;
- Área do bioma Amazônia está ordenada territorialmente; e
- Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no bioma Amazônia.

No **Componente Monitoramento e Controle**, o projeto contribuirá ao resultado “Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas” por meios **objetivos específicos**:

- Informações integradas e disponíveis em tempo hábil
- Maior eficácia no combate ao desmatamento
- Aumento da resposta frente a incêndios florestais
- Melhorias na prevenção de desmatamentos e incêndios e queimadas

No **Componente Ordenamento Fundiário e Territorial**, o projeto contribuirá aos resultados “Área de terras com situação fundiárias regular ampliadas” e “Organização do território definido por meio de Zoneamento Ecológico e Econômico implantado no bioma Amazônia” por meio dos objetivos específicos:

- Redução das ameaças às terras indígenas
- Avanço na destinação dos vazios fundiários

No **Componente Produção Sustentável**, o projeto contribuirá ao resultado “Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” por meio do **objetivo específico**:

- Avanço na implementação do PRA
- Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022).

Os objetivos específicos se relacionam entre si a partir de diferentes relações causais, e realizarão contribuições integradas aos objetivos superiores do projeto, constituídos pela redução do desmatamento ilegal e da degradação florestal, que, conjuntamente, levam à redução da emissão de gases de efeito estufa.

C) PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO

Componente Monitoramento e Controle

1. Monitoramento de Desmatamento e Degradação Ambiental Implantado em Plataforma Computacional Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado.
2. Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado.
3. Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais.
4. Monitoramento de áreas do Programa de Regularização Ambiental - PRA/AC.
5. Policiamento ambiental de Comando e Controle para combate ao desmatamento nas áreas prioritárias.
6. Fortalecimento da gestão do órgão central e dos órgãos de apoio administrativo das atividades de Comando e Controle.
7. Implantação de plataforma digital com as informações da gestão das unidades de conservação estaduais.
8. Combate às queimadas e aos incêndios florestais pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre e brigadas comunitárias.
9. Capacitações de produtores rurais, comunidades indígenas e alunos das escolas públicas quanto à prevenção e combate a incêndios florestais.

Componente Ordenamento Territorial

10. Terras indígenas do Acre beneficiadas com ações de fomento voltadas à proteção territorial.
11. Realização do geocadaastro de áreas sem identificação de propriedade e de uso.
12. Modernização da base fundiária do estado do Acre.
13. Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do estado do Acre - "ZEE VIVO".

Componente Produção Sustentável

14. Elaboração e implantação dos Projetos de Recomposição de Áreas.
15. Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022).

Estrutura de Gestão do Projeto

16. Estrutura de Gestão do Projeto

D) ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

- **Abordagens em** escala, **que abrangerão o estado como um todo, compreendendo** ações de comando e controle;
- **Abordagens que priorizam as** categorias fundiárias mais ameaçadas **pelo desmatamento por meio de ações direcionadas aos** vazios fundiários e aos

projetos de assentamento; e

- **Ações direcionadas à proteção das terras indígenas, visando a prevenção do desmatamento em uma categoria fundiária especialmente vulnerável.**

As relações de causa e efeito que orientam as estratégias de ação de cada componente estão representadas na seguinte rede de resultados, conforme indicado na Figura 09 e detalhamento a seguir:



Figura 9. Teoria da Mudança.

Em detalhe, as estratégias de ação que levarão aos resultados são:

1. Componente Monitoramento e Controle

1.1. Objetivo Específico: Informações integradas e disponibilizadas em tempo hábil

Os sistemas estaduais de monitoramento (gerido pela Unidade Central de Geoprocessamento – Ucgeo do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CIGMA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA), fiscalização e licenciamento (sob responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC), serão modernizados e integrados entre si e com a base do Cadastro Ambiental Rural (CAR), cuja implantação está sendo apoiada pelo Projeto CAR Acre do Fundo Amazônia.

Será implantada uma Plataforma de monitoramento contínuo proprietária (SCCON),

para o monitoramento do desmatamento a partir de alta resolução espacial e alta disponibilidade de imagens livres de nuvens, a serem trabalhados num nível de detalhamento e confiabilidade altos, constituindo a base para a geração de alertas. A disponibilizará alertas semanais com a detecção de mudanças com diferentes classes (desmatamento, degradação e cicatriz de queimada), utilizando tecnologias de sensoriamento remoto e processos automatizados, com a geração de Relatório Analítico de Alerta (RAA), com imagens de alta resolução, de datas anterior e posterior, da ocorrência de alteração da cobertura vegetal nativa para fins de comprovação técnica e a integração de mosaicos, das imagens diárias e dos Alertas com a Plataforma do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - PCIGMA da SEMA.

A integração das informações irá possibilitar uma visualização espacial das condições do imóvel em processo de fiscalização, autuação e/ou embargo, facilitando a finalização do trabalho do técnico in loco. Será também promovida a integração da base de dados do licenciamento ambiental das atividades florestais com a do cadastro de imóveis rurais (SICAR), modernizando o licenciamento ambiental e promovendo maior qualidade e celeridade ao processo.

Para tanto será desenvolvido um Sistema Eletrônico de Licenciamento Ambiental das Atividades Florestais a partir de um conjunto de soluções informatizadas baseados nos princípios da geotecnologia que irão elevar o patamar da concessão das licenças ambientais no Estado do Acre, de forma mais ágil e eletrônica, tornando o processo de concessão das licenças mais transparente para a sociedade, informatizando todo o processo e reduzindo a utilização do papel. Está previsto o acesso mútuo aos sistemas de informação da Secretaria de Polícia Civil e do IMAC, para que os procedimentos investigativos, ao passo que forem encaminhados ao Ministério Público, também sejam encaminhados ao IMAC para a execução das sanções administrativas cabíveis.

A implantação de um sistema de MRV no IMC, apoiadas pelo Programa REM, será complementada, através de uma metodologia de monitoramento de base comunitária no modelo MRV (mensurar, relatar e verificar) – em consonância com a estratégia e requerimentos da UNFCCC – para mensurar os impactos da interferência direta e indireta das políticas públicas e afins, verificando os avanços em áreas de atuação das políticas que visam a redução de emissões por desmatamento e degradação e a geração dos serviços ambientais. Ações de capacitação complementares (especialmente, um programa de residência em geoprocessamento) serão apoiadas pelo Programa REM. O projeto apoiará a revisão do Zoneamento Econômico- Ecológico do Acre, visando manter a sua função orientadora do conjunto de políticas públicas com incidência territorial no estado. A base cartográfica atualizada do ZEE também será integrada com os demais sistemas. Além disso, os sistemas ainda serão integrados ao Sistema de Gestão de Informações Fundiárias (ver abaixo). Este conjunto de melhorias tornará as **informações disponíveis de forma integrada e em tempo hábil**.

1.2. Objetivo Específico: Maior eficácia no combate ao desmatamento

Os órgãos responsáveis pelo comando e controle farão uso das informações para a realização de ações integradas de fiscalização e inteligência territorial em campo, abrangendo

operações terrestres, fluviais e aéreas. A coordenação técnica e operacional será da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, através da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais – CEGdRA. Participam das atividades as instituições responsáveis pelo apoio à produção sustentável no estado (Secretaria de Estado de Agricultura - Seagri, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater), em parceria com o Incra. As ações de Comando e Controle foram coordenadas pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre - Imac, em parceria com o Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA, o Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC, em parceria com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama e o Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente - ICMBio.

O suporte em termos de monitoramento e fornecimento de dados para as vistorias de campo e localização das áreas críticas do desmatamento e queimadas é fornecido pelo Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CIGMA, coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, utilizando imagens de satélite, a base de dados do CAR e os indicadores de queimadas e incêndios florestais do Instituto de Pesquisas Espaciais (CPTEC/Inpe, (Figura 10).

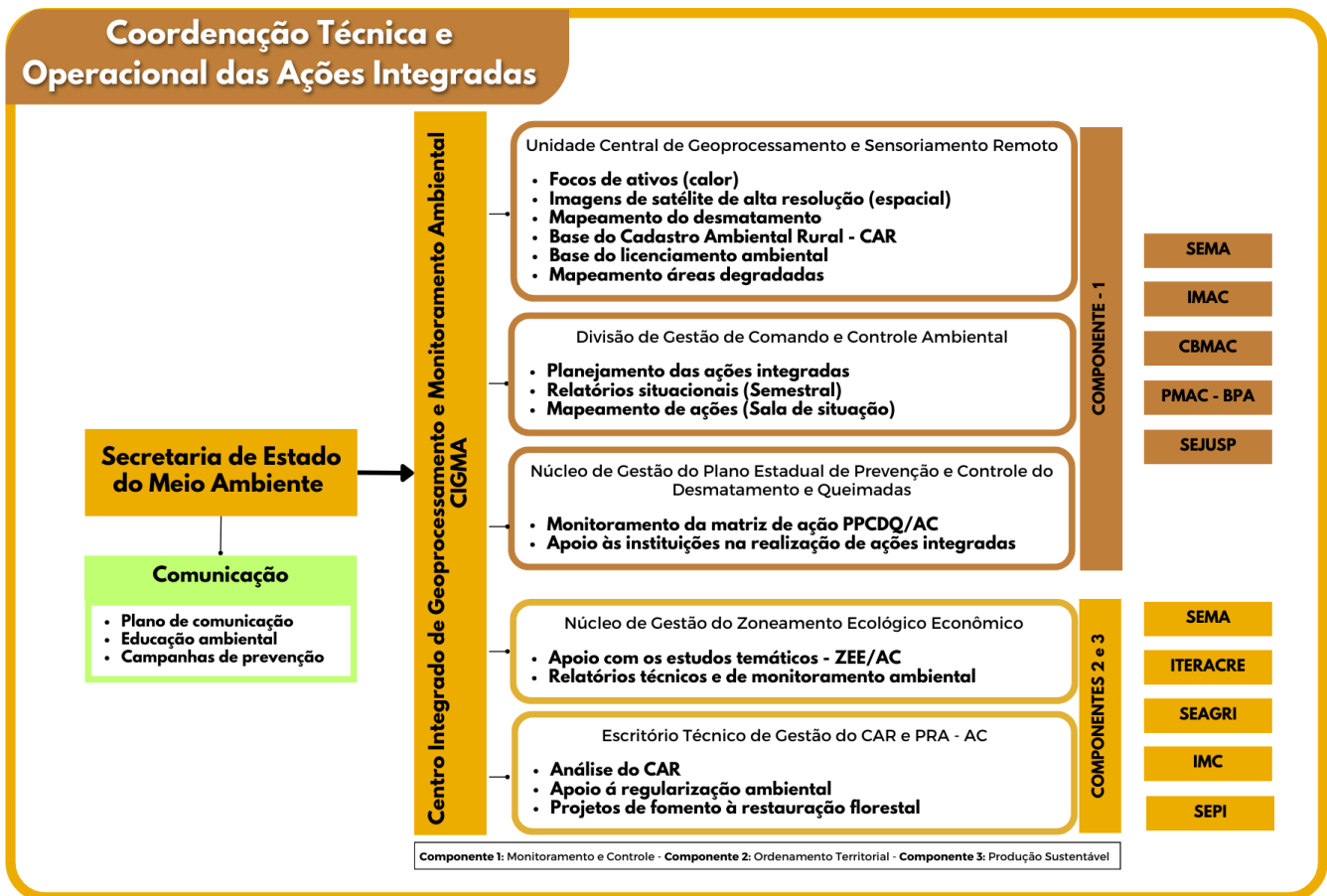


Figura 10. Coordenação Técnica e Operacional das Ações Integradas do Projeto.

Os órgãos atuam de forma coordenada e complementar, à base de planejamentos operacionais periódicos. Serão realizados investimentos para implantar Pelotões de Policiamento Ambiental nas regionais Tarauacá-Envira, Purus, Alto Acre, aliado ao reaparelhamento do Batalhão de Policiamento Ambiental (Rio Branco) e do Pelotão de Policiamento Ambiental de Cruzeiro do Sul, para a realização do serviço de patrulhamento policial aéreo realizado pelo Centro Integrado de Operações Aéreas – Ciopaer e para a execução do trabalho de investigação criminal, que é atribuição da Secretaria de Polícia Civil. Estes proporcionarão o incremento da capacidade técnica e operacional dos diversos órgãos vinculados à SEJUSP, para atuarem com foco na temática ambiental.

O trabalho de investigação criminal, que é atribuição da Secretaria de Polícia Civil, a partir do Núcleo de Investigação de Crimes Ambientais, ocorrerá de forma itinerante em todas as regionais do Estado e será orientado a produzir provas relativas a autoria e materialidade de crimes ambientais, com foco específico no desmatamento ilegal. Na fiscalização convencional está previsto a incorporação, automação e registro de todo o rito administrativo da atividade. Essa modernização oportunizará, por exemplo, a maior agilidade nas análises, uma vez que não será necessário aguardar o retorno do responsável pela fiscalização para dar continuidade aos processos.

De forma complementar será desenvolvida uma metodologia de fiscalização remota,

em que o agente ambiental executa uma auditoria ambiental de forma remota em cada unidade produtiva considerada, ou seja, são averiguadas todas as possíveis infrações ambientais ocorridas no imóvel rural a partir das imagens.

Essa metodologia permite elevar a qualidade do procedimento fiscalizatório, apontando critérios que precisam ser observados para a regularidade ambiental do imóvel como um todo. Esse sistema dará ainda condições para a realização da fiscalização remota (Programa de Regularização Ambiental - PRA).

De modo geral, os dados imprescindíveis para o pleno funcionamento da Fiscalização Remota são o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), as informações geoprocessadas pela Unidade Central de Geoprocessamento – Ucgco (CIGMA-SEMA) e o Sistema de Gestão Fundiária do Iteracre, que congrega dados da titularidade dos imóveis e são básicos para a qualificação dos autores dos delitos ambientais.

Juntamente, as duas abordagens possibilitarão uma **maior eficácia nas ações de combate ao desmatamento**. Com isto, será possível interromper processos ativos de desmatamento de forma direta, além de contribuir por meio de efeitos de dissuasão à redução do desmatamento ilegal.

1.2.1. Gestão Florestal Compartilhada

Vale ressaltar que é de fundamental importância a integração dos órgãos de controle na busca pela eficiência no combate ao desmatamento ilegal no Estado.

O governo do Estado do Acre através do IMAC, desde a promulgação da Lei Complementar 140 de 8 de dezembro de 2011, vem atuando de forma compartilhada com todos os órgãos do SISNAMA, bem como com a FUNAI, nas ações de combate aos crimes ambientais nas Unidades de Conservação federais e Terras Indígenas, no que diz respeito principalmente aos processos de licenciamento de Planos de Manejo Florestal e Supressão Vegetal em áreas no entorno dessas unidades, sendo que para dar continuidade aos processos de licenciamento, é solicitado previamente a anuência dos órgãos responsáveis.

Em 2017 o IMAC para selar essa parceria, assinou o Acordo de Cooperação Técnica no 05/2017 com o IBAMA, para a Gestão Florestal Compartilhada, em especial no tocante ao aprimoramento do controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais. Este Acordo também abrange disponibilização do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR, cumprindo o art.35 da Lei no 12.651/2012, promovendo a integração dos dados de supressão de vegetação e de autorizações de Planos de Manejo Sustentável no sistema.

Considerado um grande avanço na gestão florestal, o sistema pode trabalhar integrando as bases estaduais ao SiCAR, o que vai proporcionar ao IMAC maior segurança e celeridade nos processos de licenciamento ambiental dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis e da Supressão de Vegetação (corte raso).

O sistema garante mais eficiência no compartilhar das informações, e, por conseguinte, mais eficácia na fiscalização das origens das matérias primas florestais. Além do SINAFLOR, está previsto com esse projeto a criação de um banco de dados de informações ambientais compartilhadas com os órgãos de controle para uma maior eficiência

nas ações de combate ao desmatamento ilegal.

1.3. Objetivo Específico: Aumento da resposta frente aos incêndios florestais

Em relação ao enfrentamento dos incêndios florestais, será dada continuidade ao apoio realizado por meio do Projeto Acre: Incêndios Florestais Zero do Fundo Amazônia, já concluído. Haverá investimentos na reposição e complementação das máquinas e equipamentos e insumos necessários ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

O projeto irá promover uma ampliação de escala da atuação neste tema, aportando investimentos em infraestrutura e instrumentais necessários à todas as Unidades Operacionais descentralizadas, localizadas nas cinco regionais do estado (cf. Figura 12).

Também serão capacitadas comunidades prioritárias, que apoiarão as ações de combate ao fogo. Com isto, deve ser alcançado um aumento da resposta frente aos incêndios florestais, o que contribui de forma significativa à redução da degradação florestal.



Figura 12. Unidades do CBMAC e vulnerabilidade das regionais à fogo.
Fonte: CBMAC.

1.4. Objetivo Específico: Melhorias na prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais

Além das atividades de caráter repressivo, as unidades de policiamento ambiental também realizarão ações preventivas junto as comunidades rurais em projetos de assentamento focos do componente de produção sustentável dessa proposta, assim como de

representantes indígenas nas ações vinculadas ao componente de ordenamento territorial, visando sensibilizá-los sobre os tipos de crimes ambientais e as sanções penais a eles relacionados.

Da mesma forma, o CBMAC atuará de forma preventiva junto a produtores rurais de projetos de assentamento e a representantes indígenas, com palestras e treinamentos específicos aplicando as técnicas de combate direto aos focos de calor e queimadas controladas.

Alunos de escolas públicas receberão palestras voltadas à prevenção e combate a queimadas urbanas e rurais e incêndios florestais. Estas ações levarão à melhoria da prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais, que contribuem indiretamente à redução do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais.

2. Componente Ordenamento Territorial

2.1. Objetivo Específico: Redução das ameaças às terras indígenas

As áreas protegidas cumprem uma importante função de barreira e prevenção ao desmatamento e as terras indígenas são comprovadamente particularmente eficazes neste sentido.

No âmbito do Projeto “Valorização do Ativo Ambiental Florestal” do Fundo Amazônia já foi apoiada a implementação dos planos de gestão para as terras indígenas em seu eixo de ameaças e invasões, com a instrumentalização e capacitação de indígenas nas temáticas voltadas à proteção territorial, coordenada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) (cf. Figura 13).

Estas ações deverão ser continuadas e ampliadas, visando a redução das ameaças às terras indígenas e mantendo a sua contribuição à prevenção do desmatamento. Ações de apoio à gestão das unidades de conservação e a continuidade da atuação dos agentes agroflorestais indígenas serão apoiadas por meio do Programa REM, no que tange a remuneração do serviço prestado por essa categoria.

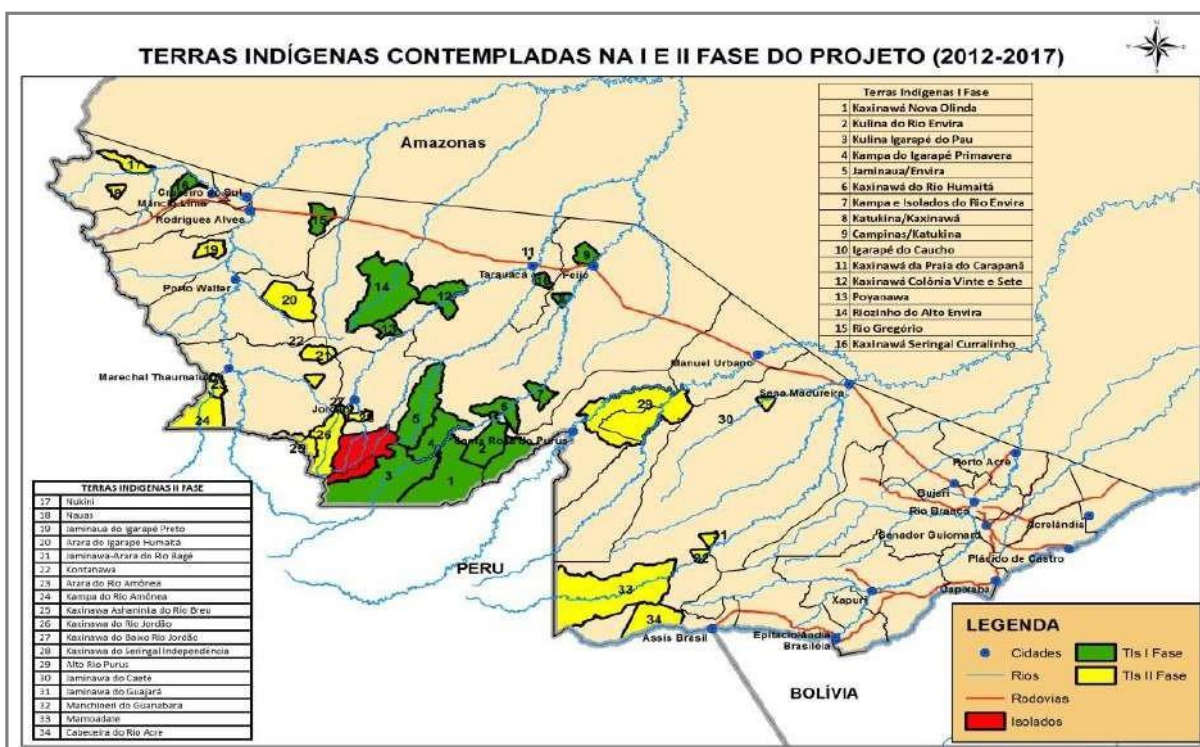


Figura 13. Terras indígenas contempladas na primeira e segunda fase do projeto.

Está prevista a formação de 78 agentes agroflorestais indígenas das 34 terra indígenas do estado, com destaque aos eixos de governança territorial, monitoramento e vigilância territorial, manejo e uso do fogo em parceria com o CBMAC, bem como discussões voltadas as relações com o entorno.

Os planos de vigilância já elaborados pelos indígenas e parcialmente implementados, serão rediscutidos, e para maior efetividade, contarão com materiais e equipamentos mais adaptados à realidade das terras indígenas, conforme indicação dos beneficiários. Ao final do projeto será apresentada uma publicação com os resultados e lições aprendidas dessa iniciativa associado ao material de consulta utilizado para as capacitações.

2.2. Objetivo Específico: Avanço na destinação dos vazios fundiários

As terras públicas não destinadas são consideradas uma das categorias fundiárias ameaçadas pelo desmatamento ilegal. Estudos recentes do Iteracre demonstram que 900.000 ha no estado ainda são passíveis de regularização fundiária, sendo 300.000 ha nas regionais Alto e Baixo Acre e 600.000 ha nas regionais Purus, Tarauacá-Envira e Juruá (cf. Figura 14).

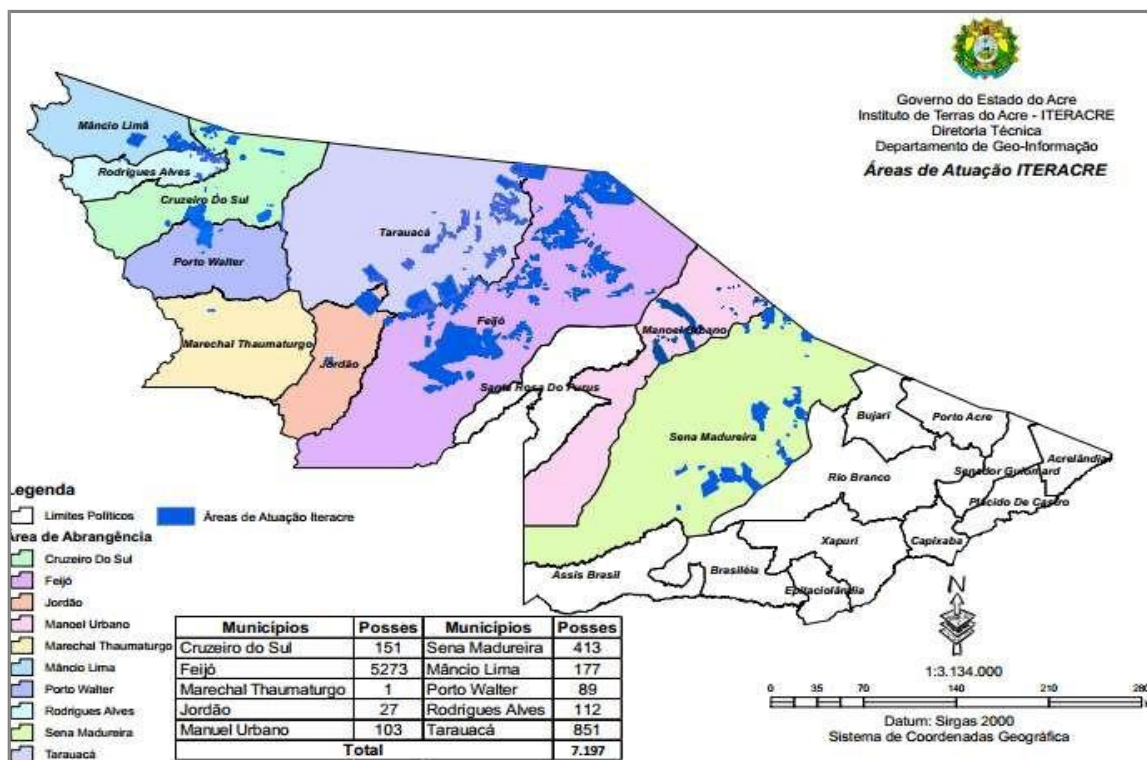


Figura 14. Unidades territoriais e áreas de indefinição fundiária.

Fonte: Iteracre e Sicar/AC.

No Sicar/AC (Sistema de Cadastro Ambiental Rural) atualmente constam áreas aptas para o posterior georeferenciamento e geocadastramento com aproximadamente 7.000 famílias.

O projeto visa atuar neste tema por meio do geocadastramento das terras com indefinição fundiária e ocupação irregular, coordenados pelo Instituto de Terras do Acre (Iteracre).

Espera-se assim avançar na destinação massiva dos vazios fundiários ainda existentes no estado. Estas ações serão realizadas em estreita articulação com as iniciativas do governo federal no tema, por meio da atuação da Câmara Federal de Destinação e do Programa Terra Legal.

Cerca de 83,8% da área do estado está localizado dentro da faixa de fronteira³, com isso, a regularização das áreas com indefinição fundiária pertencente à União é de competência do INCRA, Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL e da Superintendência do Patrimônio da União - SPU, vinculados ainda ao assentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Para aumentar os esforços de destinação de áreas no Acre, foi criado em 2016 a Comissão de Governança Fundiária do Estado do Acre⁴ instituída pelo Decreto nº 5.658/2016, como instância de articulação estratégica da regularização fundiária no estado, envolvendo diferentes instituições ligadas diretamente à regularização fundiária e instituições de apoio. Nessa estrutura de governança, o ITERACRE, que tem a presidência da Comissão, terá como

³ Área de 150 km paralela à linha divisória do território nacional, CF 1988 Art 20 § 2º

⁴ 18 instituições membro e 22 convidadas

meta apoiar as instituições federais (INCRA, SERFAL e SPU) no processo de realização do geocadastro das áreas sob sua competência, o que refletirá na redução do tempo de regularização.

Na medida em que as áreas georreferenciadas estejam sob domínio estadual (ou seja, localizadas fora da faixa de fronteira), o projeto irá apoiar a regularização fundiária das ocupações já existentes. Ambas as ações representam importantes contribuições à prevenção do desmatamento e da degradação florestal, na medida em que viabilizam a responsabilização pelos desmatamentos irregulares identificados e constituem a base para uma série de ações de fomento a alternativas econômicas ao desmatamento (como, por exemplo, o acesso ao crédito, o licenciamento ambiental, etc.).

Estas ações serão acompanhadas por investimentos no aprimoramento e na integração dos sistemas de informação fundiária, que também contribuirão à disponibilização de informações integradas já abordada anteriormente.

Será modernizado o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), pois atualmente não existe um cadastro único de dados fundiários no estado, nem a integração de diferentes sistemas.

Com isso, faz-se necessário a implementação de mecanismos de diálogo entre os sistemas, assim como de alimentação de dados, para que possa haver um controle, disponibilização e integração de informações dando mais robustez a um banco de dados estadual sobre regularização fundiária e sua relação com dados ambientais.

A atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado visa manter a sua funcionalidade na orientação estratégica das políticas públicas do estado. Conforme já apontado, a sua base cartográfica deverá ser integrada aos esforços de integração e interoperabilidade dos vários sistemas de informação de caráter territorial descritos no âmbito do Componente Monitoramento e Controle.

Além disso, será dado um foco específico à atualização da zona 3, que abrange as áreas sem definição fundiária do estado (cerca de 26,2% do território acreano em 2006).

Os esforços de destinação fundiárias que serão empreendidos pelo Iteracre estabelecerão um panorama mais preciso da cobertura florestal e de quem de fato a ocupa, permitindo o monitoramento do uso da terra e a identificação correta do proprietário, o que subsidiará as ações de controle do desmatamento ilegal e de recuperação de áreas degradadas e no alcance dessa população à diversos reconhecimentos e apoios a partir da necessária regularização fundiária.

3. Componente Produção Sustentável

3.1. Objetivo Específico: Avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental

Uma vez que os projetos de assentamento representam a categoria fundiária com a maior incidência de desmatamento, haverá uma estratégia concentrada de atuação da fiscalização integrada nestas áreas. O estado do Acre conta com um conjunto de apoios direcionados à promoção de atividades produtivas alternativas ao desmatamento. O Programa REM apoia a estruturação e promoção das cadeias produtivas, com fomento, assistência técnica e mecanismos de incentivo, com foco tanto no manejo florestal e no extrativismo, quanto em cadeias agroflorestais e da pecuária sustentável. O projeto irá

complementar estes apoios por meio de ações direcionadas ao avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental do estado. Para tanto, será desenvolvido pela Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri) um referencial metodológico para a recuperação de passivos ambientais, que será testado em seis projetos de assentamento de diferentes modalidades nas Regionais do Alto e Baixo Acre (PDS Walter Acer, PA Figueira, PA Barro Alto, PA Moreno Maia, PAE Remanso e PDS Pirã de Rã). O referencial destina-se a demonstrar a viabilidade da aplicação de tecnologias sustentáveis agroflorestais e economicamente rentáveis na restauração de passivos florestais. Esses sistemas podem ser caracterizados como roçados sustentáveis, sistemas agroflorestais, sistemas de Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), florestas plantadas ou regeneração natural. Ademais, também será estimulada a implantação de sistemas complementares como horticultura e meliponicultura para segurança alimentar das famílias e comercialização.

Os trabalhos serão realizados com base no Serviço de Extensão Agroflorestal, que tem como objetivo resgatar métodos que são considerados exitosos e comprovadores da eficácia e que incorporam novos conceitos, estratégias e métodos participativos, de tal modo que possamos tornar o serviço também mais eficiente (além de eficaz) na medida do necessário para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável para o Acre.

Ainda, com foco na avaliação da sustentabilidade da produção, o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC trabalhará na Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022).

O primeiro inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Acre foi realizado em 2010, como parte das iniciativas do estado para monitorar e reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. Desde então, o inventário tem sido determinante para acompanhar a evolução das emissões e auxiliar na tomada de decisões para mitigar as mudanças climáticas. O inventário é elaborado a partir de uma metodologia padronizada e segue as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O último inventário de emissões de GEE do Acre foi publicado em 2022, referente ao ano de 2016. Segundo o documento, o setor agropecuário foi o principal emissor de GEE no estado, representando cerca de 74% do total. O desmatamento e a queima de combustíveis fósseis também são fontes significativas de emissões.

O governo do Acre tem implementado diversas medidas para reduzir as emissões de GEE no estado, incluindo incentivos à produção sustentável, ações de conservação ambiental e uso de fontes de energia renovável.

O inventário de emissões de GEE é uma ferramenta importante para acompanhar o progresso dessas ações e identificar áreas que necessitam de maior atenção. Além de que será possível estimar as emissões de gases de efeito estufa em cada setor de produção e identificar as principais fontes de emissão.

Com base nessas informações, serão propostas medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para cada setor produtivo do Estado, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e tornar a produção do estado do Acre mais sustentável e resiliente.

E) DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO DO PROJETO

1. Componente Monitoramento e Controle

1.1. Objetivo Específico: Informações integradas e disponíveis em tempo hábil

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
01	Monitoramento de Desmatamento e Degradação Ambiental Implantado em Plataforma Computacional	48

O Monitoramento de Desmatamento e Degradação Ambiental será viabilizado através da Implementação de uma Plataforma Computacional, que integrará os dados de sensores de moderada resolução para avaliação temporal com alta frequência de observações, juntamente com a qualidade espacial dos sensores de média/alta resolução em função da particularidade climatológica da Região Amazônia, devido a intensa cobertura de nuvens. O monitoramento dos recursos ambientais que subsidiam ações governamentais de fiscalização, controle e prevenção são prejudicadas quando utilizados dados de um só sensor, por isso o acompanhamento por multi-sensores. Assim, quando um sensor tiver dificuldades de adquirir dados da região, poderá ser usado o de outro equipamento, permitindo a realização de ações ininterruptas que objetivam Informações disponíveis em tempo hábil para subsidiar as ações do comando e controle, garantindo a manutenção dos serviços ecológicos das florestas.

Pretende-se ter uma capacidade institucional instalada para execução do monitoramento multi-sensores e disponibilização de dados no Sistema de Monitoramento, bem como a promoção de intercâmbio de conhecimento entre equipe técnica contratada e a equipe de governo, visando desenvolvimento de boas práticas para retenção do conhecimento especializado nas instituições parceiras.

Espera-se que o processo de monitoramento esteja completamente estruturado com os treinamentos, reaparelhamento em 24 meses para dar condições de o monitoramento prosseguir durante todo o projeto e além.

Para tanto serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Treinamento técnico em serviço para o monitoramento multi-sensor do desmatamento e degradação, utilizando plataforma computacional e sensores ópticos e radar por dois anos;
- Contratação de serviços de suporte técnico à Ucegeo por dois anos;
- Reaparelhamento da Ucegeo;;

Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de serviços técnicos especializados para dar suporte à Ucegeo.	36 meses	101.965,00	3.670.740,00
TOTAL			R\$ 3.670.740,00
Máquinas e Equipamentos			
Estação de trabalho individual/workstation	5 un.	50.000,00	250.000,00
Smart TV LED 50" 4K UHD Samsung UN50AU7700GXZD - Wifi, HDMI - Painel Ucegeo	6 un.	2.400,00	14.400,00
Vídeo Wall 2x3 Usb Hdmi 6 Telas Monitores 4k 60hz - Painel Ucegeo	2 un.	3.600,00	7.200,00
Cadeira presidente	6 un.	2.500,00	15.000,00
Servidor	1 un.	200.000,00	200.000,00
Hd de Servidor	2 un.	4.500,00	9.000,00
Notebook básico	1 un.	5.000,00	5.000,00

Ar Condicionado Split Hw Inverter Elgin Care 18.000 Btus Frio 220V	2 un.	2.956,00	5.912,00
Ar Condicionado Split Inverter 24000 BTUs Quente Frio Elgin Eco Inverter 220v	2 un.	5169,00	10.338,00
		TOTAL	R\$ 516.850,00
Outros (Serviços)			
Passagens Aéreas	32	2.500,00	80.000,00
Contratação de empresas para prestação de serviços em cloud computing	1	30.000,00	30.000,00
Contratação de empresas para licenciamento do Pacote Microsof 365	5	3.000,00	15.000,00
Contratação de empresa para monitoramento de desmatamento para ações de comando e controle.	2	943.000,00	1.886.000,00
Licenciamento de uso do software Arcgis online Professional	4	21.250,00	85.000,00
Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de imagens radar	1045 km ²	90,00	94.050,00
		TOTAL	R\$ 2.190.050,00
TOTAL			R\$ 6.377.640,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
02	Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado	48

Visando a modernização e a integração da utilização da base de dados do CAR, o avanço em tecnologias promoverá o fortalecimento das ações de fiscalização e monitoramento, bem como promoverá celeridade e transparência nos trâmites relativos a aplicação de autos de infração.

O uso dos dispositivos móveis representará um avanço significativo na coleta de informações durante os procedimentos de fiscalização e monitoramento das atividades florestais.

Para viabilizar a modernização do Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos são necessárias as atividades a seguir:

- Operacionalização do módulo de fiscalização dentro dos moldes da legislação atual vigente;
- Desenvolvimento do Módulo de Fiscalização Mobile;
- Capacitação dos técnicos;
- Aparelhamento para a operação do sistema.

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de serviços técnicos para operacionalização do módulo de fiscalização dentro dos moldes da legislação atual vigente;	1 un.	965.200,00	965.200,00
Contratação de serviços técnicos para desenvolvimento do Módulo de Fiscalização – Mobile	1 un.	650.000,00	650.000,00
		TOTAL	1.615.250,00
Capacitação de Recursos Humanos			

Capacitação dos técnicos	2 un.	150.000,00	300.000,00
		TOTAL	300.000,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais			
Dispositivo mobile para operação do sistemas	30 un.	6.000,00	180.000,00
Impressora Portátil	20 un.	5.100,00	102.000,00
		TOTAL	282.000,00
TOTAL			R\$ 2.197.250,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
3	Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais	48

Dotado de um conjunto de procedimentos e ritos, o Licenciamento Ambiental é taxado como um processo moroso. Em meio as necessidades de crescimento das atividades econômicas, e, conseqüentemente, a evolução dos mercados há necessidade de uma maior agilidade na regularização dos atos autorizativos ambientais. Diante da modernização do mercado que dita o ritmo da evolução na busca por respostas mais rápidas, e abrangendo o maior volume de informações possível, o IMAC vem propor a evolução tecnológica e a atualização da legislação estadual vigente, a fim de tornar seus processos de Licenciamento Ambiental, menos burocráticos e mais transparentes, dando assim uma maior segurança aos técnicos para emissão das licenças e atos autorizativos ambientais. Dessa forma estão previstas as seguintes etapas:

- a) **Atualização da legislação ambiental estadual vigentes:** Contratação de consultoria de pessoa jurídica para a atualização das normas ambientais estaduais vigentes, bem como, da Lei nº 1117/1994, que dispõe sobre a política ambiental do Estado do Acre, trazendo maior transparência aos atos autorizativos ambientais.
- b) **Aquisição de equipamentos de informática:** O licenciamento de atividades florestais com a utilização do novo sistema estadual do Estado do Acre se remete à análises técnica, jurídica, documental e de geoprocessamento. A proposta de modernização de equipamentos trará celeridade ao processo de licenciamento, bem como, tomadas de decisões sem necessidade de averiguação in loco, reduzindo os custos com vistorias.
- c) **Vistoria:** É sabida a importância dos procedimentos de verificação in loco, se faz necessário um processo de otimização de recursos para a realização das ações de vistorias dos processos de licenciamento. A proposta do sistema tem o intuito de garantir uma melhor organização desde a logística das ações de campo até a lavratura de autos e formulários aplicáveis. Para a Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental das Atividades Florestais faz-se necessário:
 - Aparentamento para funcionamento do sistema;
 - Capacitação técnica.

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Capacitação de Recursos Humanos			
Capacitação de Recursos Humanos	2 un.	150.000,00	300.000,00
		TOTAL	300.000,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais			
Hardware Hiperconvergente: Servidores Hiperconvergentes e Unidades de Armazenamento SSD.	1	540.000,00	540.000,00

Software de Gerenciamento Hiperconvergente: Licenças de Software Hiperconvergente e Licenças de Virtualização.	1	270.000,00	270.000,00
Capacidade de Escalabilidade: Servidores Adicionais.	1	240.000,00	240.000,00
Conexões de Rede de Alta Velocidade: Switches e Adaptadores de Rede de Alta Velocidade.	1	75.000,00	75.000,00
Plano de Backup e Recuperação de Desastres: Software de Backup, Hardware de Backup e Licenças de Backup.	1	150.000,00	150.000,00
Infraestrutura da Sala de Servidor: Sistema de energia e UPS, Sistemas de Resfriamento, Segurança Física e Racks e Estrutura de Montagem.	1	500.000,00	500.000,00
Desktop Avançado	60	12.225,00	733.500,00
Notebook Avançado	20	9.000,00	180.000,00
Sistema de energia elétrica ininterrupta (Nobreak Senoidal 600VA)	29	4.810,00	139.490,00
UPS de alta capacidade e confiabilidade para garantir a continuidade de sua operação em caso de quedas de energia ou picos de tensão na rede elétrica.(6000VA)	4	18.655,00	74.620,00
Material de informática (Periféricos, Suprimentos)	1	96.000,00	96.000,00
Drone - RPA (Aeronave Remotamente Pilotada)	10	30.000,00	300.000,00
Ativos de redes (Infraestrutura de rede, equipamentos de gerenciamento, Firewalls, Switches, Roteadores)	1	88.560,00	88.560,00
Equipe Técnica Qualificada (anual): Certificações e Treinamento.	1	75.000,00	75.000,00
Starlink Internet Service	1	208.900,00	208.900,00
		TOTAL	3.671.070,00
TOTAL			R\$ 3.971.070,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
4	Monitoramento de áreas do Programa de Regularização Ambiental - PRA/AC	48
O monitoramento será desenvolvido por uma equipe da SEMA que fará o acompanhamento das ações desenvolvidas pela SEAGRI no âmbito do PRA, nas áreas selecionadas para os projetos de fomento de recuperação de áreas degradadas.		
Orçamento		
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)
		Unitário
Insumos		
Material de expediente	1 un.	100.000,00
		TOTAL R\$ 100.000,00

Máquinas e Equipamentos			
Celulares para o monitoramento com Drone - RPA	2 un.	15.000,00	30.000,00
Notebook Avançado	2 un.	12.000,00	24.000,00
Veículo tipo caminhonete	1 un.	300.000,00	300.000,00
		TOTAL	354.000,00
TOTAL		R\$	454.000,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
5	Policiamento ambiental de Comando e Controle para combate ao desmatamento nas áreas prioritárias.	48

A estruturação desse serviço demandará investimentos para que sejam implantados policiamento ambiental com foco na redução do desmatamento, principalmente nas áreas mais críticas. Com isso será necessário reaparelhar o Batalhão de Policiamento Ambiental, situado em Rio Branco, e o Pelotão de Policiamento Florestal sediado em Cruzeiro do Sul, ambas as unidades pertencentes a Polícia Militar do Acre - PMAC. Esses investimentos proporcionarão o incremento da capacidade técnica e operacional da Polícia Militar do Acre para realizar o patrulhamento terrestre nas áreas rurais de todas as microrregiões do Acre.

Vale ressaltar que o patrulhamento realizado será orientado por planos operacionais periódicos e contínuos elaborados pela SEJUSP e PMAC, utilizando-se de dados e informações relativas à dinâmica do desmatamento produzidas pelo CIGMA/UCGEO, além dos conhecimentos de inteligência produzidos pelo Núcleo de Investigação de Crimes Ambientais.

Além das atividades de caráter repressivo, as unidades de policiamento ambiental das microrregiões também realizarão ações preventivas junto as comunidades rurais, cujo objetivo será alertar aos moradores sobre os tipos de crimes ambientais e as sanções penais a eles relacionados. As ações ilegais identificadas pelos policiais durante as operações de patrulhamento serão encaminhadas para as unidades da Polícia Civil e posteriormente aos órgãos competentes pelas autuações e demais processos administrativos.

Faz-se necessário prever as despesas com passagens aéreas na capacitação de Recursos Humanos, tendo em vista os cursos para qualificação e aprimoramento técnico dos policiais por meio de cursos ofertados fora do Estado do Acre.

Dentro desse processo também será realizado o Patrulhamento Ambiental Comunitário pelo Batalhão de Policiamento Ambiental relativas com ações de prevenção ao desmatamento e degradação. Vinculadas ao patrulhamento sem custos extras para esta proposta. Esse Patrulhamento normalmente conta com a participação do IMAC, SEMA, IBAMA e ICMBio.

As atividades previstas envolvem:

- Implantação do Policiamento Ambiental nas regionais mais críticas ao desmatamento no Estado;
- Reaparelhamento do Batalhão de Policiamento Ambiental em Rio Branco;
- Reaparelhamento do Pelotão de Policiamento Ambiental de Cruzeiro do Sul;
- Fortalecimento da capacidade operacional da PMAC;
- Capacitação dos servidores;
- Policiamento Ambiental Comunitário Integrado (sem custos direto).

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Capacitação de Recursos Humanos			

Capacidade Técnica e Operacional	360 un.	504,00	181.440,00
Curso em Policiamento Ambiental	10 un.	6.000,00	60.000,00
Passagens aéreas	30 un	4.000,00	120.000,00
		TOTAL	361.440,00
Máquinas e Equipamentos			
Embarcação Lancha de Patrulha Fluvial	1 un.	300.000,00	300.000,00
Barco de Alumínio p/ 6 pessoas com comando	8 un.	15.000,00	120.000,00
Motor de Popa 30 HP 2 tempos	6 un.	20.500,00	123.000,00
Motor de Popa 15 HP 2 tempos	4 un.	16.000,00	64.000,00
Motor de Popa 40 HP	2 un.	36.000,00	72.000,00
Carretinha Reboque p/ barco de 06 metros	8 un.	8.000,00	64.000,00
Quadriciclo	6 un.	50.000,00	300.000,00
Veículo tipo Van (Educação Ambiental)	1 un.	400.000,00	400.000,00
Microscópio USB para identificação de madeira	10 un.	600,00	6.000,00
Escada Portátil Extensível	2 un.	1.621,00	3.242,00
Gerador de energia portátil	2 un.	1.800,00	3.600,00
Drone - RPA (Aeronave Remotamente Pilotada)	6 un.	30.000,00	180.000,00
Baterias para RPA (Aeronave Remotamente Pilotada)	24 un.	3.200,00	76.800,00
Aquisição de Software para processamento de imagens	2 un.	35.000,00	70.000,00
Motosserra (Pequeno porte)	5 un.	3.250,00	16.250,00
Refletores para barco ou veículo	6 un.	180,00	1.080,00
Ar Condicionado Portátil 10500 Btus	2 un.	3.050,00	6.100,00
Caixa Térmica 60 L	4 un.	860,00	3.440,00
Tablet c/ capa robusta protetora	15 un.	1.915,00	28.725,00
Fogão Portátil	20 un.	220,00	4.400,00
Armário Alto com 02 portas	20 un.	1.628,00	32.560,00
Mesa em L 1,80 x 1,80	20 un.	1.826,00	36.520,00
Gaveteiro volante com duas gavetas e um gavetão	20 un.	930,00	18.600,00
Mesa estação de trabalho individual	10 un.	1.200,00	12.000,00
Cadeira executivo giratória	30 un.	900,00	27.000,00
Cadeira presidente	20 un.	2.500,00	50.000,00
Banco de Espera três lugares	8 un.	943,00	7.544,00
Roteador Wifi	6 un.	764,00	4.584,00
Microcomputador intermediário	10 un.	6.000,00	60.000,00
Nobreak	10 un.	1000,00	10.000,00

Notebook Intermediário	5 un.	7.000,00	35.000,00
Impressora Multifuncional	5 un.	4.900,00	24.500,00
Hd externo 1tb	5 un.	350,00	1.750,00
Projektor Multimídia - Data-show	4 un.	2.900,00	11.600,00
Ar Condicionado split hi wall 12.000btu/h	8 un.	2.400,00	19.200,00
Ar Condicionado split hi wall 18.000btu/h	6 un.	3.900,00	23.400,00
		TOTAL	2.216.895,00

Insumos

Diesel	100.000	7,00	700.000,00
Gasolina	10.000	5,90	59.000,00
Capa para barcos com console	10	1.500,00	15.000,00
Capota toldo para barcos	10	1.800,00	18.000,00
Colete Salva Vidas	100	180,00	18.000,00
Laço (Cambão)	20	545,00	10.900,00
Luvas de raspas	60	21,00	1.260,00
Pinção para captura de mamíferos	20	1.200,00	24.000,00
Pinção para Serpentes e Répteis	20	483,00	9.660,00
Rede Para captura de animais 240x240	20	450,00	9.000,00
Caixa de Transporte de Animais	10	1.200,00	12.000,00
Corda Estática (100m)	14	1.559,98	21.839,72
Trena de 7 metros	60	28,00	1.680,00
Conjunto de Fardamento completo	400	1.600,00	640.000,00
Barraca de Camping	220	360,00	79.200,00
Facões de 12"	220	155,00	34.100,00
Lanterna Tática Recarregável	220	232,50	51.150,00
Mochila de camping	220	290,00	63.800,00
Mochila de Hidratação	220	250,00	55.000,00
Redes Tática com mosquiteiro	220	430,00	94.600,00
Saco de Dormir(Emergências)	220	32,00	7.040,00
Faca de Selva	220	149,99	32.997,80
Bolsa para transporte de materiais de primeiros socorros	20	295,00	5.900,00
Óculos de Proteção Tático Militar Motocross	220	55,00	12.100,00
Colete Tático	220	800,00	176.000,00
Kit coldre	220	350,00	77.000,00
		TOTAL	2.229.227,52

Serviços			
Manutenção de veículos	30	20.000,00	600.000,00
Produção de Cartilhas de Educação Ambiental	1.000	25,00	25.000,00
Fornecimento e instalação de sistema CFTV	2	7.000,00	14.000,00
Caminhonete caracterizada (Locação)	6	384.000,00	2.304.000,00
		TOTAL	2.943.000,00
TOTAL			R\$ 7.750.562,52

1.2. Objetivo Específico Maior eficácia no combate ao desmatamento

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
6	Fortalecimento da gestão do órgão central e dos órgãos de apoio administrativo das atividades de Comando e Controle e Patrulhamento policial urbano, rural terrestre e fluvial e aéreo, ostensivo e especializado e ações de prevenção de desmatamento e degradação	48

Esse serviço consiste no fortalecimento da capacidade técnica e operacional da SEJUSP e dos demais órgãos de apoio na gestão administrativa do projeto, a fim de garantir a agilidade e legalidade dos atos administrativos relativos a execução dos recursos do projeto. Além disso, a SEJUSP também atuará na coordenação das ações de planejamento, monitoramento e avaliação dos planos operacionais executados pelas unidades do GEFRON e CIOPAER.

A estruturação desse serviço aéreo especializado demandará investimentos para que seja dado apoio policial necessário aos órgãos de justiça e segurança pública, bem como apoio ambiental, através do policiamento aéreo ambiental com foco na redução do desmatamento, principalmente nas áreas mais críticas.

Vale ressaltar que o patrulhamento aéreo realizado será orientado por planos operacionais periódicos e contínuos elaborados pela SEJUSP e PMAC, utilizando-se de dados e informações relativas à dinâmica do desmatamento produzidas pelo CIGMA/UCEGEO, além dos conhecimentos de inteligência produzidos pelo Núcleo de Investigação de Crimes Ambientais.

Além das atividades aéreas de caráter repressivo, a Unidade Aérea Pública UAP em apoio as unidades de policiamento ambiental das microrregiões também realizarão ações preventivas junto as comunidades rurais, cujo objetivo será alertar aos moradores sobre os tipos de crimes ambientais e as sanções penais a eles relacionados. As ações ilegais identificadas pelos operadores aerotático durante as operações de patrulhamentos aéreos serão encaminhadas para as unidades da Polícia Civil e posteriormente aos órgãos competentes pelas autuações e demais processos administrativos.

Faz-se necessário prever as despesas com passagens aéreas na capacitação de Recursos Humanos, tendo em vista os cursos para os Comandantes, Copilotos e Operadores Aerostáticos e Mecânicos para qualificação e aprimoramento técnico dos integrantes por meio de cursos ofertados fora do Estado do Acre e demandará ainda, investimentos para que seja implantado policiamento voltado para a área ambiental com foco na redução do desmatamento, principalmente nas áreas mais críticas. Com isso será necessário reparar o Grupo Especial de Operações em Fronteira – GEFRON/AC, pertencente a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre – SEJUSP/AC.

Esses investimentos proporcionarão o incremento da capacidade técnica e operacional do GEFRON para realizar os patrulhamentos terrestres e fluviais nas áreas urbanas e rurais de todas as microrregiões do Acre. Vale ressaltar que o patrulhamento realizado será orientado por planos operacionais periódicos e contínuos

elaborados pela SEJUSP/AC, utilizando-se de dados e informações relativas à dinâmica do desmatamento produzidas pelo CIGMA/UCEGEO, além dos conhecimentos de inteligência produzidos pela Diretoria de Inteligência da SEJUSP/AC.

Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Capacitação de Recursos Humanos			
Passagens aéreas	96	2.500,00	240.000,00
Treinamento Emergência do Esquilo AS-350 em simulador	4	40.000,00	160.000,00
Curso de IFR-teórico e prático	5	19.000,00	95.000,00
Curso de Instrutor de Voo - INVH teórico e prático	2	48.150,00	96.300,00
		TOTAL	R\$ 591.300,00
Máquinas e Equipamentos			
Embarcação Lancha de Patrulha Fluvial	4	30.000,00	120.000,00
Motor de Popa 40HP	4	36.000,00	144.000,00
Embarcação fluvial Blindada de Patrulha e Interceptação	1	890.000,00	890.000,00
Carretinha Reboque p/ barco de 06 metros	4	8.000,00	32.000,00
Capota toldo para barcos	4	1.800,00	7.200,00
Gerador de energia portátil	2	3.800,00	7.600,00
Drone - RPA (Aeronave Remotamente Pilotada) com termal	2	300.000,00	600.000,00
Maca Envelope	3	4.500,00	13.500,00
GPS Portatil garmin	5	4.000,00	20.000,00
Armário Alto 01 portas	8	1.650,00	13.200,00
Armário Alto 02 portas com prateleiras	8	1.650,00	13.200,00
Mesa em L 1,8x1,8	10	1.820,00	18.200,00
Mesa de estação de trabalho individual	8	1.200,00	9.600,00
Mesa de Madeira 2,5m - Rustica (Refeitório)	1	5.000,00	5.000,00
Cadeira Executivo Giratória	15	900,00	13.500,00
		TOTAL	R\$ 1.907.000,00
Insumos			
Colete Salva Vidas	24	1.800,00	43.200,00
Conjunto de Fardamento completo	100	2.900,00	290.000,00
Barraca de Camping	50	360,00	18.000,00
Coturno/Bota	50	400,00	20.000,00

Gorro	50	80,00	4.000,00
Camisa Antichama Verde (sage Green)	100	317,00	31.700,00
Camiseta	100	50,00	5.000,00
Lanterna Tática Recarregável	50	850,00	42.500,00
Mochila de Viagem 120l	50	650,00	32.500,00
Rede de Selva Tática com Mosqueteiro	50	250,00	12.500,00
Saco de Dormir	50	150,00	7.500,00
Faca de Selva	50	250,00	12.500,00
Bolsa para transporte de materiais de primeiros socorros	10	350,00	3.500,00
Colete Tático em Cordura com modulares	50	1.500,00	75.000,00
Kit de Aph Tático	50	1.500,00	75.000,00
Mochila Tática 30L	50	500,00	25.000,00
Aquisição de derivados de petróleo (combustível)	42857	7,00	300.000,00
Aquisição de derivados de petróleo (combustível)	10085	5,90	59.500,00
Poncho	50	280,00	14.000,00
Calça Tática (combate FR)	100	739,00	73.900,00
Peças aeronáuticas	1	1.295.000,00	1.295.000,00
QAV _ Querosene de Aviação	100000	11,50	1.150.000,00
		TOTAL	R\$ 3.590.300,00
Serviços			
Manutenção de aeronave	1	345.800,00	345.800,00
Manutenção de motor aeronáutico	1	1.999.600,00	1.999.600,00
		TOTAL	2.345.400,00
TOTAL			R\$ 8.434.000,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
7	Implantação de plataforma digital com as informações da gestão das unidades de conservação estaduais	48
<p>As Unidades de Conservação do Estado do Acre integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), nelas a responsabilidade pelo gerenciamento é da SEMAPI. O painel apresentará informações sobre tamanho em hectare de áreas protegidas, percentual das áreas conservadas, além de banco de dados das unidades criadas, tais como documentos de criação, planos de manejo, conselhos gestores, dados populacionais, econômicos, principais investimentos nas cadeias de sociobiodiversidade, pesquisas científicas, ocorrência e distribuição de espécies, anuências de licenciamento, obras de infraestrutura, relatórios técnicos,</p>		

POAs, garantindo a publicização e transparência das informações. O painel dinâmico trará dois ambientes, um com acesso amplo e irrestrito ao público em geral, e outro em intranet para uso exclusivo dos servidores da SEMAPI. A TNC disponibilizou o código fonte para o estado do Tocantins e ICMBIO, pensado para funcionar em formato weblivre e com possibilidade de expandir funcionalidades operacionais dentro da plataforma. A partir dessa referência a SEMAPI desenvolverá sua plataforma de unidades de conservação.

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de serviços técnicos especializados	24 meses	101.965,00	2.447.160,00
Passagens aéreas	24 unid	2.500,00	60.000,00
		TOTAL	R\$ 2.507.160,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais			
Smart TV LED 50" 4K UHD Samsung UN50AU7700GXZD - Wifi, HDMI - Painei Ucegeo	3	2.400,00	7.200,00
		TOTAL	R\$ 7.200,00
Serviços			
Contratação de serviços para desenvolvimento do palataforma digital de gestão das unidades de conservação estaduais	1	300.000,00	300.000,00
		TOTAL	300.000,00
TOTAL			R\$ 2.814.360,00

1.3. Objetivo Específico Aumento da resposta frente a incêndios florestais

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
8	Combate às queimadas e aos incêndios florestais pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre e brigadas comunitárias.	48
<p>O aparelhamento das unidades operacionais do CBMAC, localizadas nas cinco Regionais: Baixo Acre, Alto Acre, Tarauacá/Envira, Purus e Juruá, visa dar poder operacional face às crescentes necessidades previstas para o combate a incêndios ambientais, consoante às técnicas modernas para este fim. Quanto as capacitações das comunidades, estas terão a missão de atuarem em consonância com o recém lançado Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo (PRONAFOGO) do Ministério do Meio Ambiente, para a atuação conjunta com o IBAMA, ICMBio, SEMAPI, SEAGRI, Defesa Civil Estadual e Defesas Civis dos Municípios no monitoramento, apoio à prevenção, fiscalização e no combate a incêndios florestais. Desta forma tornar-se-á possível a participação efetiva e integrada do CBMAC no Centro Nacional Integrado de Gestão de Incêndios Florestais, a ser criado pelo Ministério do Meio Ambiente e a sua integração com o Centro de Monitoramento do Comitê Estadual de Gestão do Fogo do Acre.</p> <p>As atividades previstas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Treinamento e formação de brigadas de incêndios florestais • Reaparelhamento das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar • Fortalecimento da capacidade operacional 		
Orçamento		
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)

		Unitário	Total
Materiais de Combate a Incêndio Florestal			
Bomba costal	600	1.858,00	1.114.800,00
Abafador	1200	180,00	216.000,00
Facão com bainha	600	1.100,00	660.000,00
Enxada	600	110,00	66.000,00
Pá	600	110,00	66.000,00
Mascara com filtro	250	350,00	87.500,00
Lanterna	240	450,00	108.000,00
Mangueira de 30m de 1 ½"	50	1.800,00	90.000,00
Mangueira de 20m de 1 ½"	50	1.500,00	75.000,00
Mangueira de 15m de 2 1/2"	50	1.200,00	60.000,00
Esguicho regulável (tipo pistola)	10	4.875,00	48.750,00
Divisor de 02 saídas	10	1.580,00	15.800,00
Redução de 2 ½" para 1 ½"	10	275,00	2.750,00
Adaptador storz de hidrante	10	150,00	1.500,00
Chave de mangueira	10	60,00	600,00
		TOTAL	2.612.700,00
Equipamentos Auxiliares Operacionais			
Gerador elétrico a gasolina 4t	10	8.000,00	80.000,00
Motosserra à gasolina 2t	20	8.385,00	167.700,00
Roçadeira à gasolina 2t	20	7.150,00	143.000,00
Drone	1	30.000,00	30.000,00
		TOTAL	420.700,00
Equipamento de Proteção Individual- EPI			
Roupa de aproximação (Calça e Jaqueta)	150	14.300,00	2.145.000,00
Capacete de aproximação tipo gallet	150	3.800,00	570.000,00
Luva (pares)	150	1.680,00	252.000,00
Bota de aproximação	150	3.600,00	540.000,00
Equipamento de Proteção Respiratório – EPR	25	115.000,00	2.875.000,00
Capuz Balaclava	150	200,00	30.000,00
		TOTAL	6.412.000,00
Materiais de Serviços Técnicos e de Produção Audiovisual			
Prancheta de desenho	5	1.200,00	6.000,00
Câmara fotográfica	10	5.000,00	50.000,00
GPS manual	10	5.000,00	50.000,00
Filmadora	3	8.000,00	24.000,00
Impressora para Plotagem de mapas	1	20.000,00	20.000,00

			TOTAL	150.000,00
Veículos Operacionais				
ABTF	2	3.000.000,00	6.000.000,00	
AT	1	3.500.000,00	3.500.000,00	
ARF (caminhonete)	3	600.000,00	1.800.000,00	
Veículo leve (carro)	2	140.000,00	280.000,00	
Moto	2	40.000,00	80.000,00	
Ambulância	1	400.000,00	400.000,00	
			TOTAL	12.060.000,00
TOTAL				R\$ 21.655.400,00

1.4. Melhorias na Prevenção de desmatamentos e incêndios florestais

Nº	Produto/Serviço	Prazo de implantação (meses)	
9	Capacitações de produtores rurais, comunidades indígenas e alunos das escolas públicas quanto à prevenção e combate a incêndios florestais	36	
<p>As ações de prevenção consistem na realização de oficinas de educação ambiental e esclarecimentos a respeito da Legislação Ambiental em vigor, juntamente a agricultores de Projetos de Assentamentos (de forma integrada com INCRA/IBAMA), por meio de suas associações e/ou cooperativas. Além disso, serão realizadas fiscalizações na zona rural, com ações efetivas nas áreas com maior incidência ao desmatamento, especialmente nos projetos de assentamento.</p> <p>Haverá produção de impressos destinados às capacitações de brigadas voltadas à prevenção e combate a incêndios florestais em consonância com o Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo (PRONAFOGO) do Ministério do Meio Ambiente, para a atuação conjunta com o IBAMA, ICMBio, SEMAPI, SEAGRI, Defesa Civil Estadual e Defesas Cíveis dos Municípios no monitoramento.</p> <p>Parte das atividades preventivas estão inseridas nos produtos e serviços descritos anteriormente, uma vez que as ações de capacitação de produtores, alunos, indígenas, entre outros, integram a rotina das instituições.</p>			
Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Produção de Cartilhas voltadas à prevenção e combate a incêndios florestais e a queimadas	3000	20,00	60.000,00
			TOTAL
			60.000,00
TOTAL			
			R\$ 60.000,00

2. Componente Ordenamento Territorial

2.1. Objetivo Especifico: Redução de ameaças às terras indígenas

Nº	Produto/Serviço	Prazo de implantação (meses)
10	Terras indígenas do Acre beneficiadas com ações de fomento voltadas à proteção territorial	36

Os planos de vigilância já elaborados pelos indígenas e parcialmente implementados serão atualizados em oficinas e capacitações e serão o instrumento de monitoramento do sucesso dessa estratégia. Caberá a SEMAPI em conjunto com parceiros as capacitações e oficinas de trabalho junto aos agentes agroflorestais indígenas (AAFI) e demais atores-chaves das 34 Tis do Estado do Acre, e a instrumentalização com kits de vigilância e insumos para garantir as ações.

Neste contexto serão adquiridos barcos motorizados mais leves e potentes indicados para navegar em rios de pequeno porte, computadores e tablets, que também servirão ao envio de informações de alertas de ameaças e invasões das terras indígenas. Tais dados serão automaticamente enviados a uma rede mundial de computadores (internet) a uma plataforma de registros de alertas ambientais que estará sendo coordenada pelo Estado do Acre, através do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CIGMA. Estas informações ficarão à disposição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) responsável pelas ações de fiscalização e proteção das terras indígenas.

Para auxiliar os indígenas nas atividades de vigilância o projeto proverá o fardamento, placas de sinalização das terras indígenas, materiais de consumo (combustível e alimentação), entre outros.

As entregas de equipamentos nessa nova fase ocorrerão de forma diferenciada, com a doação feita de forma direta à Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), mediante a assinatura de convênio e um termo que garanta a posse e o uso direcionado de maneira prioritária aos agentes associados e inseridos nessa estratégia de proteção territorial.

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total

Materiais de Apoio a Vigilância Indígena

Barco de alumínio motorizado	34	25.000,00	850.000,00
Notebook básico	80	5.000,00	400.000,00
Tablet	80	2.000,00	160.000,00
		TOTAL	1.410.000,00

Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)

Oficinas em terras indígenas	8	70.000,00	560.000,00
Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de Plataforma de monitoramento das ameaças e invasões nas Terras Indígenas do Estado do Acre	1	400.000,00	400.000,00
Seminários estaduais	4	200.000,00	800.000,00
		TOTAL	1.760.000,00

Insumos

Combustível (gasolina) para atividades de vigilância	31200	7,00	218.400,00
Kit de combate à incêndios florestais	80	600,00	48.000,00
Kit de ferramentas para atividades de vigilância	78	600,00	46.800,00
Combustível para deslocamentos para as oficinas	6000	7,00	42.000,00
		TOTAL	355.200,00

Outros (serviços)			
Serviços de Diagramação	1	75.000,00	75.000,00
Serviços de Impressão	2500	80,00	200.000,00
		TOTAL	275.000,00
TOTAL			R\$ 3.800.200,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de implantação (meses)
11	Realização do geocadastro de áreas sem identificação de propriedade e de uso	48

Serão realizados os geocadastros (identificação, cadastro e georreferenciamento do perímetro dos imóveis) em, aproximadamente, 7.000 imóveis e em uma área de 600.000 mil ha nas regiões do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá, no período de 2023 a 2026.

Atividades a serem desenvolvidas:

- Contratar serviços de cadastro e georreferenciamento em áreas de indefinição fundiárias apontados pelo CAR (estratégia de implantação);
- Fiscalizar os serviços de georreferenciamento e cadastramento;
- Mediar conflitos fundiários nas áreas abrangidas pelo projeto;
- Buscar informações fundiárias sobre os imóveis nos cartórios, sindicatos, instituições fundiárias, etc;
- Realizar a Regularização Fundiária diretamente pelo ITERACRE nas possíveis áreas fora da faixa de fronteira;
- Impulsionar os processos de Regularização Fundiária nas áreas dentro da faixa de fronteira, e enviar os Programas aos Órgãos Federais para prosseguimento do processo de Regularização Fundiária – RF.

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de serviço de georreferenciamento e cadastro nas áreas de indefinição fundiárias apontados pelo CAR	3.796,00 km	1.550,00	5.883.800,00
		TOTAL	5.883.800,00

Máquinas e Equipamentos Nacionais

Aquisição de Receptores GNSS RTK L1 e L2 com coletora	1 par	130.000,00	130.000,00
Aquisição de Estação Total	1	100.000,00	100.000,00
Veículo tipo caminhonete	2	300.000,00	600.000,00
Barco tipo voadeira de 6 metros + motor HP 40	2	30.000,00	60.000,00
Barco com motor de rabeta de 6 metros + motor de 13 HP	2	35.000,00	70.000,00
		TOTAL	R\$ 960.000,00

Insumos			
Combustível tipo Diesel para execução das atividades de campo	100000	7,00	700.000,00
Combustível tipo Gasolina para execução das atividades de campo	50000	5,90	295.000,00
Manutenção de Veículos com reposição de peças	1	200.000,00	200.000,00
Material e insumos de campo (corda, terçado, lona, galões, etc)	1	16.000,00	16.000,00
Material de expediente	1	85.000,00	85.000,00
Material de informática (periféricos)	1	15.000,00	15.000,00
TOTAL			1.311.000,00
Outros (Serviços)			
Contratação de serviços gráficos e designer	1	250.000,00	250.000,00
TOTAL			250.000,00
Diárias e Passagens Aéreas			
Passagens aéreas	20 un	2.500,00	50.000,00
TOTAL			50.000,00
TOTAL			R\$ 8.454.800,00

2.2. Objetivo Especifico: Avanço na destinação dos vazios fundiários

Nº	Produto/Serviço	Prazo de implantação (meses)	
12	Modernização da base fundiária do estado do Acre	48	
<p>O ITERACRE irá fortalecer sua Gestão Técnica, através da criação de um banco de dados e, integrar o Sistema de Informação Fundiária do Estado do Acre, entre os parceiros SERFAL-DF, IMAC, SEMAPI, GIZ-DF/AC, INCRA/AC, Terra legal e SPU, no período de 2023 a 2026.</p> <p>Atividades a serem desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Customizar a ferramenta SIGEF-Destinação para as necessidades e especificidades do ITERACRE e integrar com o SIGEF-GEO; • Adquirir servidores de processamento de dados geográficos; • Adquirir licença de software para topografia e geoprocessamento de imagens; • Capacitar a equipe do ITERACRE para utilização do sistema; • Realizar oficinas de planejamento, troca de informações e divulgar os resultados (alinhamento para funcionamento e ajustes) com parceiros. 			
Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Capacitação de Recursos Humanos			
Capacitação equipe ITERACRE para utilização do sistema SITACRE atualizado	1	40.000,00	40.000,00

Realização de oficinas para troca de informações e divulgação dos resultados (alinhamento para funcionamento e ajustes) com parceiros	2	10.000,00	20.000,00
apacitação equipe técnica ITERACRE – DataGeosis	8	5.000,00	40.000,00
		TOTAL	100.000,00
Recursos Humanos de Terceiros			
Contratação de consultoria para atualização do SITACRE (Customização da ferramenta SIGEF-Destinação) e criação do mecanismo de disponibilização de informações fundiárias no site do ITERACRE, Integração com a base do SICAR e Gravação e leitura de dados na base cartográfica do SIG CAR.	1	3.500.000,00	3.500.000,00
		TOTAL	3.500.000,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais			
Aquisição de licença de Software - DataGeosis	8	3.500,00	28.000,00
Aquisição Software "PIX4Dmapper" com licença vitalícia de fotogrametria digital, para o processamento de imagens obtidas por RPA-Remotely Piloted Aircraft (Aeronaves Remotamente Pilotadas).	2	40.000,00	80.000,00
Aquisição de Servidor de processamento de dados	1	130.000,00	130.000,00
Aquisição de STORAGE para armazenamento de dados no servidor	1	20.000,00	20.000,00
Aquisição de HD de 04TB para armazenamento de dados no servidor	20	1.500,00	30.000,00
Aquisição de nobreak para servidor	2	10.000,00	20.000,00
Aquisição de Drones - Remotely Piloted Aircraft (Aeronaves Remotamente Pilotadas) e seus complementos (baterias, hub, hélices, cabos, cartões, etc)	2	60.000,00	120.000,00
Computador Intermediário	20	12.000,00	240.000,00
Computadores workstation (Estação de Trabalho Avançada)	2	100.000,00	200.000,00
Super nobreak de 1200 VA (para workstation)	2	800,00	1.600,00
Notebook Avançado	5	12.000,00	60.000,00
Locação de impressoras multifuncionais monocromática A4	5	21.600,00	108.000,00
Aquisição de Licença Windows Server atualizado Data Center	1	10.000,00	10.000,00
		TOTAL	R\$ 1.047.600,00
TOTAL		R\$ 4.647.600,00	

Nº	Produto/Serviço	Prazo de implantação (meses)
13	Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do estado do Acre - "ZEE VIVO"	36

Será realizado a implementação, monitoramento e avaliação do ZEE Vivo em um processo contínuo, visando manter a sua funcionalidade como instrumento estratégico orientador das políticas públicas de gestão ambiental e territorial visando o desenvolvimento sustentável do estado.

As atividades previstas para a implementação do ZEE VIVO são:

- Contratação de consultoria especializada para criação e implementação da Plataforma ZEE Vivo;
- Contratação de Empresa especializada para disponibilização de pessoal técnico e de apoio para alimentar a plataforma, por meio de dados oficiais;
- Atualização da Situação Fundiária do Estado do Acre;
- Contratação de consultoria especializada (jurídico) para revisão da proposta de lei do ZEE fase III e de acompanhamento até sua aprovação e publicação final;
- Difusão do documento ZEE, através do Documento Síntese, Resumo Educativo, Mapas Didáticos e publicidade em geral.
- Aquisição de equipamentos de informática;

Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de Consultoria especializada para criação da Plataforma do ZEE por 18 meses	1	270.000,00	270.000,00
Contratação de Serviçps técnicos especializados	18	57.000,00	1.026.000,00
		TOTAL	1.296.000,00
Equipamentos			
Notebook	8	6.000,00	48.000,00
Notebook Avançado	4	9.000,00	36.000,00
Veículos tipo caminhonete	1	300.000,00	300.000,00
		TOTAL	R\$ 384.000,00
Insumos			
Banner	50	120,00	6.000,00
Outdoor	20	4.000,00	80.000,00
Impressão A0	80	150,00	12.000,00
Adesivos	1000	20,00	20.000,00
Impressão do Documento Síntese (revisão, edição, impressão)	200	500,00	100.000,00
Mapas Temáticos (revisão, edição, impressão)	800	150,00	120.000,00
Mapa de Subsídios a gestão territorial (revisão, edição, impressão)	500	160,00	80.000,00
Mapas didáticos	1600	150,00	240.000,00
Aquisição de derivados de petróleo (combustível)	50120	7,00	350.840,00
Passagens aéreas	35	2.500,00	87.500,00
HD externo	10	500,00	5.000,00
		TOTAL	R\$ 1.101.340,00
TOTAL			R\$ 2.781.340,00

3. Componente Produção Sustentável

3.1. Objetivo Específico: Avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA)

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
14	Elaboração e implantação dos Projetos de Recomposição de Áreas Alteradas e Degradadas – PRADAs	36

Com a premissa de estarem cadastrados no CAR e dispostos a aderirem ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, serão selecionados 500 famílias, sendo que o fomento deste projeto contemplará a Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER e atingirá 2 hectares por produtor (a) na implementação de 400 de PRA, somado a 400 ha de mecanização, horticultura, energia fotovoltaica, capacitação, dentre outras. A elaboração dos Projetos de Recomposição de Áreas Alteradas e Degradadas – PRADAs será de responsabilidade da SEMAPI e da SEAGRI, como também a Celebração dos Termos de Compromisso Ambiental. A contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com atuação na temática florestal, agroflorestal e agropecuária e em sistemas de recomposição com fins econômicos, faz-se de suma importância para o acompanhamento direto nas atividades. Com base no PRADA será realizada a sensibilização ambiental considerando a aptidão e o interesse de cada produtor e sua área, de forma a atender as peculiaridades locais, associada à realização de cursos e oficinas sobre associativismo, cooperativismo e gestão administrativa, visando fortalecer a organização social. No que tange ao monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, ao longo da execução do projeto serão realizadas visitas, reuniões e encontros com as famílias beneficiadas e parceiros, com a finalidade de acompanhar e avaliar os avanços, dificuldades e desafios a serem superados no decorrer do período de execução do projeto. Paralelo ao monitoramento in loco será desenvolvido um sistema, via web, capaz sistematizar e consolidar as informações extraídas do campo e, devolver informações que sirvam como subsídio para a avaliação do que está sendo implantado, planejamento e replanejamento das ações futuras. O sistema não será utilizado apenas nesse projeto, servirá como instrumento para acompanhar outros projetos desenvolvidos pela SEAGRI. Ao fim do projeto, pretende-se disseminar os resultados e lições apreendidas para outras comunidades em geral a partir da implementação do projeto.

As atividades previstas são:

- Seleção das áreas e das famílias beneficiárias,
- Elaboração dos PRADAs e implementação dos PRA's
- Implementação dos sistemas produtivos sustentáveis
- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER
- Implantação de Sistemas de energia Sustentáveis
- Realização de ações de transferência de conhecimento e tecnologia, além de capacitação e intercâmbio
- Monitoramento e avaliação

Orçamento

Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
IMPLANTAÇÃO DE PRA			
Contratação de Empresa para Implementação do PRA	300 ha	20.000,00	6.000.000,00
		TOTAL	6.000.000,00
KIT HORTICULTURA			
Bobina de lona plástica transparente (6m x 100m) – Filme UV de 150 micra	100 und	2.810,00	281.000,00
Sementers de Hortaliças	300 kg	380,00	114.000,00
		TOTAL	395.000,00

MECANIZAÇÃO			
Contratação de serviços de destoca e gradagem (2 ha/família)	800 ha	4.750,00	3.800.000,00
TOTAL			3.800.000,00
Recursos Humanos de Terceiros			
Contratação de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para atender 500 famílias de agricultores por 36 meses	500 Famílias	8.500,00	4.250.000,00
Implantar um programa de sensibilização e capacitação, e acompanhar, em campo, a execução do projeto através de visitas e reuniões	250 Pessoas	1.280,00	320.000,00
Monitoramento, avaliação das ações e elaboração de PRADAS	500 Famílias	4.250,00	2.125.000,00
TOTAL			6.695.000,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais			
Implantação de Sistema Fotovoltaico	10 sistemas	40.000,00	400.000,00
TOTAL			400.000,00
TOTAL		R\$	17.290.000,00

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)
15	Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022)	12
<p>Estabelecer diretrizes e metodologias para a realização de um diagnóstico preciso e abrangente das Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) durante o período base 2018 a 2022, em forma de Inventário, dos principais setores de produção do estado visando aprimorar a gestão ambiental e contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate às mudanças climáticas.</p> <p>ATIVIDADES ESTABELECIDAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono; • Desenvolver protocolos e procedimentos para a coleta de dados e informações para subsidiar a atualização periódica do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) pelos servidores do IMC; • Elaboração de manual de operação para atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE), visando a sustentabilidade da operação pelos servidores do IMC. • Ministrar uma capacitação/formação para a equipe técnica do IMC, garantindo que todos estejam capacitados para atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE); • Socializar as informações do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre através de reuniões com os principais setores que contribuem com as emissões; 		

Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros (Pessoa Jurídica)			
Contratação de serviços de pessoa jurídica para elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022), desenvolvimento de protocolos e procedimentos, manual de operação para atualização do IGEE, realização de capacitação dos servidores do IMC, reuniões de socialização dos resultados.	1	1.400.000,00	1.400.000,00
		TOTAL	1.400.000,00
Serviços			
Contratação de serviços gráficos de criação, impressão e reprografia.	5 meses	20.000,00	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
TOTAL			R\$ 1.500.000,00

4. Componente Estrutura de Gestão do Projeto

Nº	Produto/Serviço	Prazo de Implantação (meses)	
16	Estrutura de Gestão do Projeto	48	
<p>A Unidade de Coordenação de Projeto (UCP) vinculada a Seplan será composta por uma Coordenação Geral, uma Gerência Administrativo-Financeira e uma Gerência Técnica. Para acompanhamento do Projeto é necessária a contratação de consultorias especializadas (Técnica, Administrativa/Financeira; de Monitoramento e Avaliação, Coordenação geral) e Auditorias.</p> <p>As consultorias estarão vinculadas à Coordenação Geral, que por sua vez manterá estreita relação com as atribuições da coordenação estratégica da Seplan. As auditorias financeiras serão realizadas anualmente e auditoria técnica e avaliação de impactos a cada dois anos;</p>			
Orçamento			
Descrição dos itens de custo	Qtde	Valor (R\$ mil)	
		Unitário	Total
Recursos Humanos de Terceiros			
Consultoria especializada	1	3.500.000,00	3.500.000,00
Auditorias	6	330.000,00	1.980.000,00
Formação em Gerenciamento de Projetos	5	20.000,00	100.000,00
		TOTAL	5.580.000,00
TOTAL			R\$ 5.580.000,00

F) INDICADORES DE EXECUÇÃO E DE EFETIVIDADE DO PROJETO

1. Componente Monitoramento e Controle

a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
Fortalecimento institucional dos órgãos de monitoramento e controle	Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	02	05
	Quantidade total de servidores capacitados	109	210
	Quantidade de servidoras do sexo feminino capacitadas	10	20
	Despesas liquidadas em projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	1.300.000,00	3.000.000,00
	Indivíduos capacitados em tecnologias de monitoramento	04	10
Indicadores de fiscalização	Quantidade de processos iniciados e finalizados	240	480
	Processos administrativos instaurados e finalizados	250	500
	Autos de infração lavrados	250	500
	Termos de embargos lavrados	40	80
	Quantidade de áreas embargadas	40	80
	Quantidade de apreensões efetivadas	30	120
	Quantidade de madeira apreendida (m ³)	253,9	1012
	Quantidade de veículos apreendidos	16	64
	Ações de fiscalização realizadas	30	40
	Quantidade de servidores/dia em ações de fiscalização	16	32
	Índice de eficiência processual (%)	0,05	0,5

b) Indicadores específicos do projeto

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
Informações integradas e disponíveis em tempo hábil	Área territorial com monitoramento de cobertura florestal	25%	Cobertura ampliada pelo menos em 50%
	Quantidade diária de alvos mapeados para a fiscalização remota	0	4 por dia
Maior eficácia no combate ao desmatamento	Percentual de polígonos de desmatamento priorizados verificados pela fiscalização	10%	Percentual de polígonos fiscalizados ampliados em pelo menos 50%
Aumento da resposta frente a incêndios florestais	Número de ocorrências de incêndios florestais verificadas	2.575/ano	3.500/ano

2. Componente Ordenamento Territorial

a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
ordenamento territorial	Quantidade de Terras Indígenas apoiadas	34	34
	Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	95 (41%)	173 (75%)
	Indivíduos capacitados e certificados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	23mil	23mil
	Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km ²)	241	319

b) Indicadores específicos do projeto

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
Redução da pressão de sobreas terras indígenas	Número de terras indígenas com ações de vigilância executadas e documentadas de forma sistemática	9	34
Avanço na destinação dos vazios fundiário	Área nas regionais do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá identificadas e geocadastradas	Estimativa de 600.000 hectares sem definição fundiária	600.000 hectares identificados e geocadastrados
	Número de imóveis rurais fora da área de fronteira regularizados	2.500 imóveis sem regularização	2.500 imóveis regularizados
Aumento da resposta frente a incêndios florestais	Número de ocorrências de incêndios florestais verificadas	2.575/ano	3.500/ano
Informações fundiárias e socioeconômicas integradas e disponíveis em tempo hábil	ZEE atualizado e disponível para consulta	26,2% do território acreano sem Ordenamento Territorial	26,2% do território acreano com indicativos de Ordenamento Territorial e destinação massiva

3. Componente Produção Sustentável

a) Contribuições aos indicadores do Fundo Amazônia

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
Fortalecimento do ordenamento territorial	Oficinas e cursos de capacitação	0	12
	Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	0	1000
	Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	0	500
	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	0	500
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica	0	500
	Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	0	1000

b) Indicadores específicos do projeto

IMPACTO ESPERADO	INDICADOR	SITUAÇÃO DE PARTIDA	SITUAÇÃO ALVO
Avanço na implementação do PRA	Quantidade de metodologias de recuperação de passivo ambiental com fins econômicos desenvolvidas e aptas para a implantação em escala, em projetos de assentamento	0	5
	Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	0	1000
	Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção atualizado	0	1

BNDES/Fundo Amazônia

G) QUADRO CONSOLIDADO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO

ITEM APOIÁVEL (em R\$) → NOME DO PRODUTO/SERVIÇO ↓	Obras Civas e Instalações	Capacitação de Recursos Humanos	Recursos Humanos de Terceiros	Máquinas e Equipamentos Nacionais	Máquinas e Equipamentos Importados	Insumos	Outros (descrever)	TOTAL
1- Monitoramento de Desmatamento e degradação Ambiental Implantado em Plataforma Computacional			3.670.740,00	516.850,00			2.190.050,00 (serviços)	6.377.640,00
2- Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado		300.000,00	1.615.250,00	282.000,00				2.197.250,00
3- Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais		300.000,00		3.671.070,00				3.971.070,00
4- Monitoramento de áreas do Programa de Regularização Ambiental - PRA/AC				354.000,00		100.000,00		454.000,00
5- Policiamento ambiental de Comando e Controle para combate ao desmatamento nas áreas prioritárias.		361.440,00	2.943.000,00	2.216.895,00		2.229.227,52		7.750.562,52
6- Fortalecimento da gestão do órgão central e dos órgãos de apoio administrativo das atividades de Comando e Controle		591.300,00		1.907.000,00		3.590.300,00	2.345.400,00 (serviços)	8.434.000,00
7- Implantação de plataforma digital com as informações da gestão das unidades de conservação estaduais			2.507.160,00	7.200,00			300.000,00 (serviços)	2.814.360,00
8- Combate às queimadas e aos incêndios florestais pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre e brigadas comunitárias.				15.243.400,00		6.412.000,00		21.655.400,00

BNDES/Fundo Amazônia

ITEM APOIÁVEL (em R\$) → NOME DO PRODUTO/SERVIÇO ↓	Obras Civas e Instalações	Capacitação de Recursos Humanos	Recursos Humanos de Terceiros	Máquinas e Equipamentos Nacionais	Máquinas e Equipamentos Importados	Insumos	Outros (descrever)	TOTAL
9- Capacitações de produtores rurais, comunidades indígenas e alunos das escolas públicas quanto à prevenção e combate a incêndios florestais		60.000,00						60.000,00
10- Terras indígenas do Acre beneficiadas com ações de fomento voltadas à proteção territorial			1.760.000,00	1.410.000,00		355.200,00	275.000,00 (serviços)	3.800.200,00
11- Realização do geocadastro de áreas sem identificação de propriedade e de uso			5.883.800,00	960.000,00		1.311.000,00	300.000,00 (serviços)	8.454.800,00
12- Modernização da base fundiária do estado do Acre		100.000,00	3.500.000,00	1.047.600,00				4.647.600,00
13- Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do estado do Acre - "ZEE VIVO"			1.296.000,00	384.000,00		1.101.340,00		2.781.340,00
14- Elaboração e implantação dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas			16.495.000,00	400.000,00		395.000,00		17.290.000,00
15- Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022)			1.400.000,00				100.000,00 (serviços)	1.500.000,00
16- Estrutura de Gestão do Projeto		100.000,00	5.480.000,00					5.580.000,00
TOTAL GERAL		1.812.740,00	46.550.950,00	28.400.015,00	0,00	15.494.067,52	5.510.450,00	97.768.222,52

BNDES/Fundo Amazônia

H) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO

PRODUTO/SERVIÇO □	DURAÇÃO EM TRIMESTRES (marcar com X*)																
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	TOTAL
1- Monitoramento de Desmatamento e degradação Ambiental Implantado em Plataforma Computacional	X	X	X	X	X	X	X	X	X								9
2- Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado	X	X	X	X	X	X											6
3- Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais	X	X															2
4- Monitoramento de áreas do Programa de Regularização Ambiental - PRA/AC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
5- Policiamento ambiental de Comando e Controle para combate ao desmatamento nas áreas prioritárias.	X	X	X	X	X												5
6- Fortalecimento da gestão do órgão central e dos órgãos de apoio administrativo das atividades de Comando e Controle		X	X	X	X	X	X	X									7
7- Implantação de plataforma digital com as informações da gestão das unidades de conservação estaduais		X	X	X	X	X	X	X									7
8- Fortalecimento da gestão do órgão central e dos órgãos de apoio administrativo das atividades de Comando e Controle		X	X	X	X	X	X	X									7

BNDES/Fundo Amazônia

PRODUTO/SERVIÇO □	DURAÇÃO EM TRIMESTRES (marcar com X*)																
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	TOTAL
9- Capacitações de produtores rurais, comunidades indígenas e alunos das escolas públicas quanto à prevenção e combate a incêndios florestais	X	X	X	X	X	X	X	X									8
10- Terras indígenas do Acre beneficiadas com ações de fomento voltadas à proteção territorial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
11- Realização do geocadastro de áreas sem identificação de propriedade e de uso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
12- Modernização da base fundiária do estado do Acre	X	X	X	X													4
13- Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do estado do Acre - "ZEE VIVO"					X	X	X	X	X	X							6
14- Elaboração e implantação dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
15- Elaboração de atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Estado do Acre dos principais setores de produção, (período base 2018 a 2022)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
19- Estrutura de Gestão do Projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16

BNDES/Fundo Amazônia

I) CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO PROJETO

PRODUTO/ SERVIÇO □	TRIMESTRE (Valores em Reais)																TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
1- Monitoramento Multisensores do Desmatamento e Degradação Ambiental Implantado em Plataforma Computacional		638.622,75	1.596.536,88	638.622,75	638.622,75	574.760,47	574.760,47	574.760,47	574.760,48	566.192,98							6.377.640,00
3 -Sistema de Fiscalização e Gestão de Atos Autorizativos implantado		550.812,50	550.812,50	550.812,50	544.812,50												2.197.250,00
3- Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais		1.323.690,00	1.323.690,00	1.323.690,00													3.971.070,00
4- Monitoramento de áreas do Programa de Regularização Ambiental - PRA/AC	227.000,00	227.000,00															454.000,00
5- Policiamento ambiental de Comando e Controle para combate ao desmatamento nas áreas prioritárias	1.937.640,63	2.325.168,76	503.786,56	542.539,38	310022,50	503.786,56	542.539,38	542.539,38	542.539,38								7.750.562,52

J) QUADRO DE USOS E FONTES CONSOLIDADO DO PROJETO


USOS	REALIZADO*	A REALIZAR	TOTAL
Obras Cíveis e Instalações	0,00	0,00	0,00
Capacitação de Recursos Humanos	0,00	1.812.740,00	1.812.740,00
Recursos Humanos de Terceiros	0,00	46.550.950,00	46.550.950,00
Máquinas e Equipamentos Nacionais	0,00	28.400.015,00	28.400.015,00
Máquinas e Equipamentos Importados	0,00	0,00	0,00
Insumos	0,00	15.494.067,52	15.494.067,52
Outros (descrever)	0,00	5.510.450,00	5.510.450,00
TOTAL GERAL	0,00	97.768.222,52	97.768.222,52
FONTES	REALIZADO*	A REALIZAR	TOTAL
BNDES		97.768.222,52	97.768.222,52
Recursos Próprios**			
Outras Fontes (Especificar)			
TOTAL GERAL		97.768.222,52	97.768.222,52

K) CONTRAPARTIDA NÃO FINANCEIRA

Descrever, caso houver, contribuição não financeira para o projeto da Instituição Proponente.

Não se aplica

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Nome d  Documento assinado digitalmente RICARDO BRANDAO DOS SANTOS Data: 25/09/2023 11:56:56-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	a)	Cargo: Secretário	Telefone: (68) 99936-4904
Ricardo Brandão dos Santos			